



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
BRASILEIRA

- DISSERTAÇÃO DE MESTRADO -



INSTITUTO CORAÇÃO DE ESTUDANTE: educação e  
mudanças sociais, políticas e culturais em comunidades rurais  
em Pentecoste - Ceará

AUTOR: FRANCISCO ANTONIO ALVES RODRIGUES  
ORIENTADORA: SÔNIA PEREIRA BARRETO

Fortaleza  
Setembro de 2007

FRANCISCO ANTONIO ALVES RODRIGUES

INSTITUTO CORAÇÃO DE ESTUDANTE: educação e  
mudanças sociais, políticas e culturais em comunidades rurais  
em Pentecoste - Ceará

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal do  
Ceará como requisito parcial  
para obtenção do grau de  
mestre em educação.

Banca Examinadora

---

Dra. Sônia Pereira Barreto (orientadora)

---

Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado (UFC)

---

Dra. Maria Neyára de Oliveira Araújo (UFC)

---

Dra. Célia Maria Machado de Brito (UECE)

---

Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho (UECE)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I	
1. SOBRE A PESQUISA E O PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO .	28
1.1 A educação no espaço rural .....	34
CAPÍTULO II	
2. O MUNICÍPIO DE PENTECOSTE .....	40
2.1 Cipó: a comunidade onde nasceu o Prece .....	44
CAPÍTULO III	
3. A CRIAÇÃO DO PRECE.....	
3.1 O contexto.....	49
3.2 Como tudo começou .....	54
3.3 As dificuldades e os desafios no cotidiano de estudo do grupo.....	59
3.4 Acesso à escolaridade básica: os primeiros desafios .....	69
3.5 Parcerias: o caminho para a viabilização das ações do Prece .....	72
A Igreja .....	72
Comunidades.....	73
Fundação Mary Harriet Speers .....	73
Universidade Federal do Ceará .....	74
Ceja Pe. Luís Gonzaga Xavier de Lima .....	75
3.6 A trajetória do ensino supletivo no Prece .....	78
CAPÍTULO IV	
4. A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO PRECE .....	81
4.1 O processo de escolha de monitores.....	88
CAPÍTULO V	
5. DA CASA DE FARINHA À UNIVERSIDADE .....	91
5.1 A repercussão do trabalho do Prece.....	95

5.2 A necessidade de expansão .....	97
5.3 Retornar para colaborar: lema dos precistas .....	102
5.4 Perfil atual dos estudantes do Prece nas comunidades pesquisadas ...	106
5.5 As relações externas e internas no Prece.....	112
5.6 Política, sociedade e educação na concepção de precistas .....	116
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	121
7. BIBLIOGRAFIA .....	126
ANEXOS.....	130

## RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo I - Gráfico demonstrativo de matrículas nas escolas da zona rural de Pentecoste no ensino fundamental no ano de 1993. .....	13
2	
Anexo II - Roteiro de entrevista.....	133
Anexo III – Modelo de questionário utilizado na pesquisa .....	134
Anexo IV – Gráficos com respostas ao questionário aplicado junto aos estudantes do Prece não universitário nas comunidades pesquisadas.....	136
Anexo V – Gráficos com respostas ao questionário aplicado junto a universitários e graduados do Prece nas comunidades pesquisadas.....	139

## RELAÇÃO DE SIGLAS

ACOMPARCC - Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores Rurais de Cipó e Capivara

CEFFAS - Centros Familiares de Formação por Alternância

CEJA – Centro de Educação de Jovens Adultos

COAMP - Central das Associações do Município de Pentecoste

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CPV - Curso Pré-Vestibular Comunitário

EPC – Escola Popular Cooperativa

FESP - Fundo de Emergência Social

FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério

GDPAD – Grupo de Desenvolvimento Político e Ação Comunitária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICORES – Instituto Coração de Estudante

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Edições Pedagógicas

LOGOS II – Curso de Habilitação para Professores Leigos

MAURV - Movimento das Associações do Vale do Rio Canindé

MEB – Movimento Eclesial de Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NAJUCOM - Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária

NAPR – Núcleo de Assessoria ao Pequeno Produtor Rural

NUCOM – Núcleo de Psicologia Comunitária

PRECE – Projeto Educacional Coração de Estudante

Obs: a partir do segundo semestre de 2004, o Prece, que operava como associação, passa a ser Instituto Coração de Estudante; porém, seus membros continuaram adotando a mesma sigla, agora significando Programa de Educação em Células Cooperativas.

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SEDUC – Secretaria de Educação do Estado de Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICEF - Fundo das Nações Unidas Para a Infância

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela oportunidade de realizar este trabalho. Agradeço, ainda, à minha orientadora, Sônia Pereira, pela paciência, disponibilidade, espírito crítico e constante colaboração na construção desta dissertação; aos meus pais, João e Neném, e meus irmãos que tanto me apoiaram e me incentivaram em toda a minha trajetória estudantil; à Aurilene, minha esposa, pela paciência, tolerância e constante apoio; aos precistas que responderam ao questionário da pesquisa; aos que me concederam entrevista; àqueles que prestaram relevantes contribuições à realização desta pesquisa, através de conversas informais; e, finalmente, a todas e a todos os precistas pelo que me ensinaram ao longo da caminhada. Por fim, meu sincero e reconhecido agradecimento a todos e a todas (não cito nomes para não cometer injustiça) que colaboraram, direta ou indiretamente, ao longo de minha trajetória estudantil. Ressalto, também, o apoio financeiro do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPQ, que me concedeu uma bolsa de estudos durante doze meses.

## RESUMO

As dificuldades de acesso à educação dos segmentos sociais menos favorecidos economicamente, sobretudo dos moradores da zona rural brasileira, têm se constituído, historicamente, como fator preponderante para a manutenção do analfabetismo, bem como da ínfima taxa de escolaridade registrada entre essa população, em especial na região Nordeste. Tal situação também reflete a subserviência da população diante de um sistema político caracterizado pela ação autoritária e centralizadora. A presente dissertação analisa as ressonâncias sociais, políticas e culturais do trabalho educacional desenvolvido pelo Instituto Coração de Estudante, através do Programa de Educação em Células Cooperativas, em comunidades rurais nos municípios de Pentecoste e Apuiarés, no estado do Ceará. A pretensão da instituição é possibilitar o acesso à escolaridade básica e ao ensino universitário a jovens e adultos de comunidades rurais que, no caso deste estudo, são as comunidades de Cipó e Canafístula. Pretende, também, desenvolver uma prática educativa politizada, voltada à compreensão da realidade, facultando aos estudantes ferramentas para uma participação mais ativa e qualificada em suas comunidades. Estaria o Instituto atingindo suas metas e os objetivos entre os sujeitos participantes de suas atividades? Em relação ao ingresso de estudantes na universidade, os resultados são inequívocos; mas, quanto à politização pretendida pela instituição, depreende-se que essa sinaliza para práticas ora tradicionais, ora progressistas. As práticas educativas do Instituto proporcionam aos estudantes espaços de participação, apontando para a elevação dos valores democráticos, da solidariedade e do aprendizado da cidadania.

## ABSTRACT

The difficulties of access to education of less economically favored social segments, especially of Brazilian rural zone residents, have constituted, historically, a preponderant factor for the maintenance of illiteracy, as like the lowest scholasticity which is registered between the Northeast region people, especially. This situation also reflects the subservience of population facing a political system that is characterized for an authoritarian and centralizer action. The present dissertation analyzes the cultural, political and social resonances of the educational work developed by Instituto Coração de Estudante, through the program of education in cooperative cells, in rural communities situated in the cities of Pentecoste and Apuiarés, that are located in state of Ceará. The pretension of this institution is to make possible the access to basic scholasticity and higher education to young and adult people of rural communities that, in this study's case, are the communities of Cipó and Canafístula. It aspires, also, to develop a politicized educative practice, directed to the comprehension of reality, facilitating the students to have ways for a more active and qualified participation in their communities. Would be the institute reaching its proposes and the objectives between the participating subjects of its activities? Relating to the entry of students in higher education, the results are unequivocal, but, concerning to the politization pretended by the institution, we can deduce that this politization signals to sometimes traditional, sometimes progressive practices. The educative practices of the institute provide, to the students, participation areas, pointing at the elevation of democratic values, and also of solidarity and of citizenship apprenticeship.

## INTRODUÇÃO

Minha trajetória de vida está estreitamente ligada à realidade do campo. Ali morei durante muito tempo e, até hoje, mantenho estreito contato com comunidades rurais, seja desenvolvendo trabalhos educativos, atividades de pesquisa ou, simplesmente, visitando parentes e amigos nos finais de semana. Como morador da zona rural, experimentei as dificuldades de acesso à escola, enfrentando a distância desta em relação ao local de moradia e a limitação de continuidade nos estudos, em razão da grande maioria das escolas presentes no campo ofertarem apenas o primeiro segmento do ensino fundamental.

A falta de incentivo e mesmo de oportunidades para que os moradores do campo tenham acesso e continuidade nos estudos são nuances que implicam, de modo contundente, no fenômeno da baixa escolaridade dessa população, além do alto índice de analfabetismo. Conforme dados do IBGE (2005), o município de Pentecoste, lócus desta pesquisa, apresenta uma população de pouco mais de 32.000 (trinta e dois mil) habitantes, dos quais mais de um terço da população, ou seja, 12.593 (doze mil quinhentos e noventa e três) pessoas, é analfabeta ou não ultrapassou a barreira dos três anos de escolaridade.

Assim, ao longo de minha relação com a educação no campo, acumulei experiências como educando e, posteriormente, como professor, vivenciando as duas faces da escola rural.

Como estudante (e também como professor), convivi com as precariedades estruturais, haja vista a inexistência de prédio escolar na comunidade (sempre estudei na casa da professora), a ausência de políticas de formação de professores(as) e a insuficiência de recursos pedagógicos que subsidiassem o trabalho docente. Esse conjunto de dificuldades limitava, sobremaneira, a ação eficaz da escola que, diante de tais adversidades, apresentava um panorama de pouco estímulo aos educandos, restando aos estudantes, aos pais e às comunidades, resignadamente, esperar da escola apenas o cumprimento da função de alfabetizar nas letras e nos números os que a ela recorriam. Conforme discute Miguel Arroyo, a

escola presente no campo cumpriu, historicamente, no geral, a função alfabetizadora, consolidando-se como a “escolinha das primeiras letras” (Arroyo, p. 32,1999).

Sem políticas públicas adequadas ao desenvolvimento da educação no campo, verifica-se que grande contingente dessa população foi excluída do direito de prosseguir estudando. Para ilustrar essa afirmação, basta recorrer aos dados educacionais do município de Pentecoste, onde se pode verificar a quase inexistência de oferta do ensino fundamental completo nas escolas da zona rural. Em 1993, das 75 (setenta e cinco) escolas existentes no campo, apenas 9 (nove) ofereciam algumas das séries do segundo segmento do ensino fundamental e apenas 34 (trinta e quatro) educandos estavam matriculados na última série desse nível de ensino, em um universo de matrículas de 4.085 (quatro mil e oitenta e cinco) estudantes matriculados nas escolas rurais<sup>1</sup>.

As oportunidades de estudos a partir da 5ª série do ensino fundamental para os educandos do campo eram bastante limitadas, em razão do segundo segmento ser ofertado em poucos estabelecimentos de ensino. Apenas 12% das escolas rurais ofereciam algumas dessas séries e, dos 377 matriculados nas séries finais do ensino fundamental, 177 (cento e setenta e sete) concentravam-se numa mesma escola (Escola tabeliã Raimunda Nonata da Silva), localizada no distrito de Serrota. Assim, apenas 200 estudantes encontravam-se matriculados nas demais escolas rurais, evidenciando que, além do pequeno número de matrículas, ainda havia o problema da concentração em determinada escola.

É bem verdade que, a partir da criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, em 1996, a situação da oferta educacional ganhou novo impulso no que se refere às condições de acesso, sobretudo com o atendimento dos alunos em escolas urbanas com o apoio do transporte escolar (MEC/INEP, 2002). No entanto, a expansão do atendimento não veio acompanhado da qualidade da educação, o que representa outro desafio a ser enfrentado pelas autoridades responsáveis pela execução das políticas públicas

---

<sup>1</sup> Ver tabela ao final do trabalho, anexo I.

educacionais. Dentre as dificuldades existentes, pode-se registrar o fenômeno do abandono e da evasão (Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, 2004). Além dos aspectos pedagógicos propriamente ditos, outro desafio para o alcance da qualidade da educação refere-se ao transporte escolar, o qual tem se mostrado precário e inadequado ao deslocamento dos estudantes, pondo em risco a vida de muitos educandos que o utilizam (Matos e Alencar, 2003, p. 20 - 21).

Como professor, enfrentei, no início dos anos 90, o desafio de atuar em sala de aula multisseriada, tendo alunos nos níveis de alfabetização à 4ª série, os quais apresentavam diferentes faixas etárias e interesses. Desafio especial em face da minha insuficiente formação pedagógica; desafio comum, porém, quando percebido dentro do contexto no qual atuavam os demais professores, no esforço que empreendiam de, através da educação, fortalecer a esperança de um futuro mais promissor para crianças, jovens e adultos nas comunidades rurais. Mesmo com esses percalços, a escola no campo resistiu ao abandono a que foi submetida ao longo de sua história e, mesmo com precariedades, manteve viva a esperança da construção de novos horizontes, consoante aos anseios, às necessidades e às especificidades de sua população.

Nessa caminhada de buscas e de resistência, fui compreendendo quão importante é a educação e o quanto ela representa para a construção social de relações mais humanas e justas.

Dentre as ações educativas das quais participei está a criação do Projeto Educacional Coração de Estudante – Prece, em 1994. As práticas educativas desenvolvidas no Prece alteraram, de forma substantiva, as perspectivas de jovens e adultos moradores do campo, em Pentecoste, quanto às oportunidades de acesso ao ensino básico e universitário. Essa iniciativa foi preponderante para que eu<sup>2</sup> e muitos outros estudantes pudéssemos chegar à universidade, mesmo vivendo em um ambiente no qual, majoritariamente, as perspectivas estudantis não ultrapassavam o primeiro segmento do ensino fundamental. É a experiência educacional

---

<sup>2</sup> Pelo fato de participar diretamente da criação do Prece e nele atuar até o momento, muitas vezes coloco-me como sujeito informante; isso em razão das experiências pelas quais passei na instituição seja como estudante, seja como professor ou atuando na coordenação de determinadas atividades, além de participante da diretoria da entidade, durante dois mandatos consecutivos (1998 – 2004), na função de vice-presidente.

desenvolvida pelo Prece e suas ressonâncias sociais, políticas e culturais na vida de estudantes de baixa renda<sup>3</sup> em comunidades rurais dos municípios de Pentecoste e Apuiarés, no estado do Ceará, que apresento neste trabalho.

Como estudante de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC, onde ingressara em meados de 1996, aproximei-me, aos poucos, de grupos de pesquisa e extensão voltados ao estudo e à investigação da educação no âmbito rural, além de cursar disciplinas que contemplaram a temática da educação popular e do campo<sup>4</sup>. Essas atividades de pesquisa e extensão das quais participei foram os alicerces que me possibilitaram conhecer, de modo mais sistemático, as dificuldades e os desafios postos na realidade da educação no campo. Tais experiências suscitaram questionamentos acerca da escola no campo e de como essa dialogava com os sujeitos e com as comunidades com as quais interagira; como se inseria no âmbito local e de que modo ela se integrava ao meio social mais amplo.

Como extensionista, participei, em 1999, do projeto “Escola Alternativa” - trabalho do Prece que acabara de ser registrado junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFC -, acompanhando estudantes de comunidades rurais no município de Pentecoste/CE que se preparavam para concluir a escolarização básica e, posteriormente, postular o ingresso no ensino universitário.

Participei, ainda, do Projeto de Alfabetização de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais e da Escolarização de Educadoras e Educadores em Áreas de Reforma Agrária no Ceará, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA<sup>5</sup>; da pesquisa Educação no

---

<sup>3</sup> São considerados estudantes de baixa renda aqueles cujas famílias não possuem renda fixa mensal ou, se a possuem, não ultrapassa o valor de 1 salário mínimo. Conforme levantamento de informações na pesquisa de campo, as famílias dos estudantes do Prece nas comunidades investigadas apresentam esse perfil.

<sup>4</sup> A proposta de educação do campo, embora orientada pelos princípios da educação popular, é um paradigma em construção que teve início no final dos anos 90, desencadeado a partir das lutas e das experiências educacionais dos movimentos sociais com atuação no campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Traz como elementos centrais, em sua discussão, a proposição de uma escola vinculada aos modos culturais, sociais, políticos e produtivos do campo, considerando a diversidade e a especificidade existentes no âmbito rural do País. A respeito da educação do campo ver Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (2003) e coleção Por uma Educação Básica do Campo com os seguintes autores: Arroyo e Mançano (1999); Benjamim e Caldart (2000); Arroyo, Caldart e Molina (2004); e Molina e de Jesus (2004).

<sup>5</sup> O PRONERA é uma ação governamental que objetiva atender demandas nos diferentes níveis de educação em áreas de assentamentos. No Ceará, esse programa foi desenvolvido através de parcerias entre a Universidade Federal do Ceará - UFC, por meio da Faculdade de Educação - FACED, o Movimento dos Trabalhadores Rurais

Campo: um desafio no contexto dos assentamentos rurais no Estado do Ceará<sup>6</sup>; como bolsista de apoio técnico, da pesquisa A Educação e as Políticas Compensatórias no Espaço Rural: o Cédula da Terra e o INCRA no Ceará<sup>7</sup>. Tais experiências constituíram-se em importantes subsídios à minha formação, à produção e à apropriação de conhecimentos sobre a educação no âmbito rural e do reconhecimento das suas especificidades, dilemas e desafios.

Com o intuito de produzir novos conhecimentos no âmbito da educação e instigado pelo palpável sucesso alcançado pelo Prece; sobretudo no que se refere à aprovação de estudantes provenientes dessa experiência no ensino universitário, decidi investigar, para produção desta dissertação de Mestrado, tal trabalho educativo.

O Prece é uma ação educacional iniciada, em 1994, na comunidade de Cipó, em Pentecoste, tendo como fundadores um professor universitário e cinco jovens que ousaram investir seu tempo e seu esforço em atividades de estudos na comunidade, com o objetivo de chegar ao ensino universitário.

No início, o Prece foi alvo de críticas de alguns moradores das comunidades, em razão, sobretudo, da metodologia de estudos adotada, pois os educandos aprendiam entre si, sem a presença formal de um professor, situação de difícil compreensão para essas pessoas. À época, o município de Pentecoste apresentava um baixo índice de acesso educacional da população do campo, isto é, em 1994, o número de alunos matriculados no segundo segmento do ensino fundamental era de apenas

---

Sem Terra - MST e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. O objetivo do projeto foi promover a escolarização de 63 educadores(a) e a alfabetização de 1.200 educandos(a) em diferentes áreas de assentamentos rurais no Estado do Ceará. Minha função era acompanhar, *in loco*, a atuação dos educadores em dez salas de aula do PRONERA, no município de Canindé, dialogando com as comunidades, com os educandos e com os educadores, com vistas ao fortalecimento de uma educação que estivesse inserida na vida cotidiana da comunidade. Esse projeto teve como coordenadora a prof. Dr<sup>a</sup>. Eliane Dayse Pontes Furtado.

<sup>6</sup> Pesquisa realizada no assentamento Santa Bárbara, Caucaia/CE, a qual analisou as práticas educativas na educação de jovens e adultos na escola convencional e nas salas de aulas do PRONERA, sob a coordenação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Eliane Dayse Pontes Furtado.

<sup>7</sup> Essa pesquisa dá continuidade aos estudos realizados na pesquisa anterior e buscou investigar duas realidades distintas: a do programa Cédula da Terra, uma política do governo estadual para promoção da reforma agrária, que consiste na reunião de um grupo de pessoas que se organizam na forma de associação e que, através do banco da terra, conseguem empréstimo para a compra da terra, e a realidade dos assentamentos do INCRA, fruto das desapropriações do governo federal, analisando a educação e suas relações com os desafios enfrentados pelos assentados. Pesquisa coordenada pela Prof. Dr<sup>a</sup>. Eliane Dayse Pontes Furtado.

8%, ao passo que 92% das matrículas concentravam-se nas séries iniciais (Secretaria Municipal de Educação, 2005). A partir desse quadro, era compreensível que a população, de modo geral, não tivesse a educação como prioridade e que a tentativa de romper com essa situação, por parte dos fundadores do Prece, não seria, de imediato, reconhecida e valorizada.

Frente às baixas perspectivas educacionais que o município apresentava, tornava-se necessário buscar espaços que possibilitassem o acesso da população ao conhecimento. Tal ação, expressa na formação inicial do Prece, era interpretada por muitos como esvaziada de sentido, sem possibilidades de êxito, pois era iniciativa da sociedade civil e não dos governantes, como de costume. Essa percepção refletia o marasmo que envolvia a educação na zona rural de Pentecoste, parecendo anestesiar os moradores no tocante ao despertar para a importância do acesso à educação como elemento desencadeador de mudanças nos aspectos sociopolíticos nas comunidades; daí a fundação do Prece representar um marco importante na história educacional de comunidades rurais do município, colocando-se a tarefa de ser um espaço efetivo de acesso ao conhecimento e, ao mesmo tempo, tendo diante de si o desafio de popularizar a idéia de que o acesso à educação era fundamental para a conquista de mudanças no quadro social e político que estava posto.

O espaço físico utilizado pelo Prece foi uma casa de fazer farinha, em desuso para o fim específico, local que passou a abrigar todos os jovens desejosos de investir em seus estudos. Desde o início, todas as atividades eram geridas pelos próprios estudantes, os quais, estudando coletivamente, aprendiam uns com os outros, iniciando, assim, uma experiência de educação compartilhada e solidária, na qual cada educando era, ao mesmo tempo, estudante e professor.

Em sua trajetória, o Prece atuou, inicialmente, como movimento, articulando e agregando pessoas interessadas em participar dos processos educativos em desenvolvimento na casa de fazer farinha. Posteriormente, ingressou na institucionalidade, experimentando um novo processo de organização que, de certo modo, trouxe benefícios, do ponto de vista do estabelecimento de parcerias que impulsionaram os projetos desenvolvidos pela instituição.

Atualmente, o Prece atua em quatro municípios do Estado e mais de uma centena de jovens e adultos que estudaram na entidade já ingressaram no ensino universitário. Tais resultados representam significativas mudanças quanto às perspectivas de estudantes de baixa renda, com tradição familiar marcada pelo analfabetismo ou pela baixa escolaridade, os quais têm a oportunidade de romper com a barreira do acesso ao conhecimento elaborado, ingressando num espaço tradicionalmente destinado à elite, a saber: a universidade.

Além dos resultados positivos no ingresso de estudantes no ensino universitário, o Prece tem ampliado, significativamente, sua área de atuação. Recentemente, a entidade passou a atuar em outras frentes, articulou mobilizações e, ainda, efetivou importantes parcerias, como, por exemplo, com o Núcleo de Psicologia Comunitária – NUCOM - do curso de Psicologia da UFC, e conquistou a participação no Conexões de Saberes<sup>8</sup>, parcerias que têm proporcionando novos aprendizados aos seus participantes. O Prece vem inovando o seu modo de atuar. Embora a educação preparatória para o vestibular ainda seja o ponto principal de atuação da entidade, outras ações de suma importância para o desenvolvimento social e político nas comunidades vêm se processando. Exemplo disso foi a criação do grupo de desenvolvimento político e ação comunitária – GDPAC, do Grupo de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – NAPR, do Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária – NAJUCOM e do Projeto Estudante Ativo.

O GDPAC é uma ação do Prece voltada a estimular a participação dos moradores das comunidades nos movimentos associativos, buscando, também, apoiar as instituições e os movimentos organizados no município de Pentecoste e pretende ser um canal de interligação entre a sociedade e o poder público. O GDPAC ainda é um movimento em fase de consolidação, mas já aponta para outro caminho deveras importante, qual seja, a preocupação com a participação politizada da sociedade civil.

---

<sup>8</sup> O Conexões de Saberes é um Programa do governo federal desenvolvido em parceria com as universidades públicas. Consiste no apoio, através de bolsas, a estudantes de origem popular para que eles atuem em suas respectivas comunidades e, assim, possam utilizar o conhecimento adquirido na universidade, visando ao alcance de melhorias para populações que se encontram em condições sociais e econômicas desfavoráveis. Também objetiva estabelecer relações entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular.

O Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária – NAJUCOM - é uma ação que se destina a prestar apoio jurídico às associações que atuam nas comunidades. Tal iniciativa visa munir os movimentos associativos de informações e serviços necessários a uma atuação mais eficaz.

O Núcleo de Assessoria ao Pequeno Produtor Rural – NAPR - tem a finalidade de promover o acompanhamento de pequenos agricultores da região, contribuindo com o aumento da produtividade e, ainda, fornecendo informações que ajudem no combate das pragas que atacam as lavouras.

O NAPR é coordenado por dois precistas graduados em Agronomia, os quais decidiram morar na própria comunidade e, há dois anos, estão desenvolvendo projetos visando à melhoria das condições de produção dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo. Através do Instituto Coração de Estudante – ICORES, esses agrônomos conseguiram financiamento da Fundação Mary Harriet<sup>9</sup> Speers e do Banco do Nordeste para atuarem junto aos pequenos agricultores e aos criadores de várias comunidades do município de Pentecoste.

Uma das realizações desses novos movimentos que surgiram dentro do Prece foi o envolvimento com a realização do Primeiro Fórum Municipal de Segurança de Pentecoste<sup>10</sup>. Tal necessidade foi constatada a partir das visitas dos membros do NAPR aos agricultores, os quais se queixavam dos freqüentes roubos que vinham ocorrendo nas comunidades, o que

---

<sup>9</sup> A Fundação Mary Harriet Speers é administrada pela Igreja Presbiteriana em São Paulo e apóia projetos que visam a melhoria das condições de vida de populações de baixa renda. O apoio de tal fundação ao trabalho realizado pelo Prece teve início em 1998, intermediado por Áureo Rodrigues, pastor da 1ª Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, em Fortaleza.

<sup>10</sup> O Fórum Municipal de Segurança mobilizou entidades governamentais e não governamentais, tendo o Prece assumido o atribuição de realizar as atividades de articulação e de mobilização; sobretudo junto aos movimentos organizados, discutindo junto às comunidades o problema da violência nelas registrada. A proposta do Fórum Municipal de Segurança surgiu através de visitas de membros do Núcleo de Assessoria ao Pequeno Produtor Rural – NAPR - aos agricultores da região, onde perceberam a desmotivação desses agricultores para investir em atividades produtivas, em razão dos seguidos furtos registrados na região: roubo de motores e de animais. Acompanhei várias reuniões em diferentes comunidades nas quais era discutido o problema da violência e, ao mesmo tempo, fazia-se a mobilização, visando a participação de representantes da associação local na plenária geral, realizada na comunidade de Cipó, na sede do Prece. Tal plenária contou com a presença de autoridades municipais, do poder judiciário, da segurança pública e de várias associações e representações da sociedade civil do município, reunindo um público estimado em 200 pessoas. Porém, o que me chamou atenção foi que em momento algum se discutiu a causa, o que poderia estar fomentando aquela onda de violência; e todos os interesses convergiam apenas para o combate desta.

prejudicava, sensivelmente, a produção agrícola, bem como a criação de animais. Essas circunstâncias inibiam os produtores que, diante dos constantes prejuízos, viam-se sem condições de investir em projetos produtivos.

Assim, foram articuladas reuniões preparatórias que antecederam a plenária final do fórum. Tais reuniões aconteceram em diferentes comunidades rurais: Arisco, Capivara, Irapuá, Carrapato, Canafístula etc. Nessas reuniões, coordenadas por membros do Prece, era debatido, sobretudo, o problema da violência, já mencionado. O objetivo de tais reuniões era discutir os problemas que as comunidades enfrentavam e, ao mesmo tempo, sensibilizá-las, com vistas à participação na plenária geral a se realizar na comunidade de Cipó, onde deveriam participar diversos segmentos representativos da sociedade local, incluindo tanto representação da sociedade civil quanto do estado.

Pude acompanhar algumas dessas reuniões realizadas nas comunidades e, mesmo reconhecendo a importância dessa ação, em relação, principalmente, ao despertar do interesse das comunidades na discussão dos seus problemas, percebi que esperavam que os precistas (adjetivo aqui utilizado para qualificar estudantes que participam da entidade) apresentassem soluções ou, ainda, concentravam-se naquilo que os representantes do Prece falavam. Com isso, vejo que se tal trabalho não tiver continuidade, se não for algo permanente, o processo de organização e participação nas comunidades ficará bastante comprometido; sobretudo em relação aos debates que suscitem os problemas, desafios e potencialidades locais. Também foi perceptível o nível de imaturidade sociopolítica de alguns precistas que conduziam as reuniões. Daí, é mister chamar a atenção para a questão da formação mais politizada no Prece, possibilitando aos seus membros a compreensão mais ampla e crítica da realidade (Freire, 1987, 1996), sem a qual qualquer processo participativo corre o risco de cair no vazio do ativismo.

Como previsto, a plenária geral foi realizada em Cipó e contou com a participação de lideranças de várias comunidades e de movimentos organizados do município, como presidentes de associações comunitárias, presidente da Central das Associações do Município de Pentecoste –

COAMP, representante do Movimento das Associações do Vale do Rio Canindé – MAVRC, autoridades locais (vereadores, secretários e prefeito), representantes do poder judiciário e o delegado municipal.

Tal plenária foi conduzida pelo Prece, haja vista que ele havia cumprido um importante papel no sentido da mobilização dos vários segmentos. Essa situação também lhe conferia “certo destaque”, na medida em que se colocou como principal interlocutor entre a sociedade civil organizada e o estado. A realização da plenária geral foi, sem dúvidas, um momento importante na história do município, haja vista ter a participação de moradores das comunidades e de representantes dos movimentos associativos, bem como do governo municipal e de autoridades do judiciário. Em virtude disto, vale ressaltar o grande significado da realização dessa plenária, com vistas ao aceno para a possibilidade de possíveis intervenções dos movimentos comunitários nos rumos da gestão pública do município, mediante o estabelecimento do diálogo entre a sociedade civil e o estado, com vistas à construção de políticas públicas locais.

Porém, ao ouvir os discursos, as falas dos representantes dos diferentes segmentos ali representados, chamou-me a atenção o fato de que, em nenhum momento, foram questionados os motivos que poderiam estar causando a violência no município, ficando, desse modo, ignorada a raiz do problema. Não se pensou nas causas, mas somente no combate à violência. Acredito que qualquer ação comprometida com transformação da realidade precisa considerar as duas dimensões do problema.

Entendo que a atuação do Prece reveste-se de grande importância para o desenvolvimento de uma cultura mais participativa, reflexiva e questionadora, haja vista a situação privilegiada que a instituição dispõe, pelo fato de produzir recursos humanos especializados. Todavia, para que tal atuação seja mais qualificada, é indispensável preocupar-se com a dimensão da compreensão social dos seus participantes, pois, do contrário, torna-se difícil a transformação social para a qual o Prece almeja contribuir.

A instituição desenvolve, ainda, o Projeto Estudante Ativo, atendendo a estudantes das escolas públicas que se encontram nas séries finais do ensino

fundamental. Tal atividade acontece aos finais de semana e busca aperfeiçoar o conhecimento dos educandos em determinadas áreas de conhecimentos, buscando articular conteúdos curriculares com o conhecimento da realidade da vida local.

Por ser uma atividade recente, ainda não se pode visualizar o alcance de tal ação. Mas, do ponto de vista político, percebe-se que falta maior diálogo entre o Prece e as instituições de ensino, ou seja, as escolas, pois, sem esse diálogo e entendimento, o projeto pode ser interpretado como uma ação paralela, em vez de compreendida como uma forma de apoio à escola; de contribuição com o aperfeiçoamento da aprendizagem dos educandos.

O Prece também conta com um programa na rádio local, em Pentecoste, com edição diária, através do qual são abordados temas sociais, educacionais, ações políticas locais etc., que vem se configurando como um espaço de debates que visa a ampliação da participação da sociedade civil nos espaços públicos.

A entidade também produz, desde 1998, o jornal *Coração de Estudante*, hoje denominado *Folha da Juventude*, o qual se propõe a divulgar as ações de cada Escola Popular Cooperativa - EPC, isto é, os núcleos do Instituto, além de notícias da região do Vale do Curu. Porém, a irregularidade na periodicidade do informativo tem comprometido o alcance dos objetivos que foram propostos quando da criação de tal instrumento de comunicação.

Enfim, o Prece apresenta uma gama de possibilidades de estudos de sua ação, pois, à medida que desenvolve diferentes canais de interação e intervenção na realidade, propicia diferentes desdobramentos que merecem olhares específicos, a fim de melhor compreender e analisar as ressonâncias de tais ações na vida cotidiana dos sujeitos e das comunidades.

Como estratégia de manutenção, ampliação e diversificação de suas atividades, o Prece conta com o massivo retorno dos estudantes que ingressam na universidade por meio da preparação na instituição. Esses,

voluntariamente, retornam, de forma sistemática, para contribuir com aqueles que trilham o caminho de, através dos estudos no Prece, chegar ao ensino universitário.

A instituição garante, dessa forma, os recursos humanos necessários para a sustentabilidade de suas atividades, através do retorno dos graduandos e graduados e, ao mesmo tempo, possibilita-lhes a manutenção de estreito vínculo com suas comunidades de origem. Essa interação propicia a integração entre o conhecimento acadêmico e as experiências próprias da vivência em grandes centros urbanos com a dinâmica do modo de ser e de viver das comunidades, tornando potencialmente possível o desenvolvimento de ações que possam fazer frente aos dilemas e aos desafios que a vida local apresenta.

O Prece empreende esforços de diversas ordens – financeiros, humanos - e conta com apoio tanto institucionais quanto da solidariedade de pessoas (individuais) para construir uma experiência educacional que proporcione uma formação crítica e abra perspectivas profissionais, sobretudo, ao jovem do campo.

No entanto, o número de participantes do Prece que se engajam em práticas comprometidas com mudanças – engajamento em movimentos e/ou associações de luta por melhorias das condições de sobrevivência de determinados grupos, formação de uma consciência política mais consistente que represente maior efetividade transformadora da cultura sociopolítica local, seja na própria comunidade ou município, seja em outras instâncias de participação - ainda é muito reduzido.

Essa situação propõe questões a serem examinadas, pois parece haver um descompasso entre os propósitos do Prece e a realidade prática. As práticas educativas desenvolvidas pela instituição visam propiciar aos educandos uma formação crítica baseada nos princípios da educação popular. Todavia, por vezes, o que parece ter ênfase é o direcionamento dos educandos para o ingresso na universidade, em detrimento de uma formação mais politizada.

Assim, trago algumas questões para serem examinadas neste estudo, sintetizadas nos seguintes questionamentos: a) Como se processam as

práticas educativas no Prece e como essas têm contribuído na formação de sujeitos críticos e participativos? b) Como se caracteriza a solidariedade entre os participantes do Prece em meio a uma sociedade caracterizada pelos valores individualistas? c) O que motiva o envolvimento dos estudantes nas atividades desenvolvidas pelo Prece e quais valores influenciam o retorno de graduandos e graduados a continuarem o trabalho do Prece nas comunidades? d) Que compreensão de sociedade, de política e da própria educação têm os participantes do Prece?

Essas são questões significativas para a apreensão das várias dimensões das práticas da instituição, considerando-se que ela se propõe a uma atuação de caráter popular, ou seja, o propósito do Prece é desenvolver um trabalho cujos estudantes e a própria comunidade sejam protagonistas do processo educativo de que participam. Todavia, não podemos relacionar o adjetivo popular somente ao fato dos participantes serem, em sua maioria, pessoas de baixa renda. Faz-se necessário atentar para o seguinte: tal expressão denota uma ação intencional e organizada do segmento social menos favorecido, fundamentando-se na participação que proporcione a compreensão crítica da realidade (Freire, 1987). Uma ação educativa pautada no diálogo, no respeito ao outro e na politização dos sujeitos (Freire, 1996, p.60), visando romper com as situações de injustiças, na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e humanizada. Em outras palavras, uma ação educativa que opta por um projeto ético-político de transformação (Mejía, 1994, p. 45 - 87) que busca a afirmação dessa população enquanto sujeitos de sua própria história.

Como tenho acompanhado a trajetória do Prece, trago a suposição de que as práticas educativas efetivadas pela entidade têm contribuído com a sedimentação de uma cultura mais participativa e, conseqüentemente, com a valorização de princípios democráticos que embasam as ações cotidianas entre os sujeitos e as comunidades envolvidas. Todavia, também é possível que a força da cultura autoritária (Paoli, 1995), característica da sociedade brasileira, perpassasse esse processo educativo, trazendo consigo uma zona de conflito e contradição entre a cultura marcada pela subserviência da

população mais pobre e a resistência a esse modelo. Assim, é mister dissecar, neste estudo, as ressonâncias do trabalho desenvolvido pelo Prece no meio em que atua, ou seja, nas comunidades rurais lócus da pesquisa.

Devido à minha estreita ligação com essa experiência educativa, haja vista ser um dos fundadores e, até hoje, participar de suas atividades, empreendi grande esforço para produzir um estudo com profundidade crítica e reflexiva, analisando as informações obtidas na interação com os sujeitos participantes da pesquisa e através da minha própria trajetória na instituição, à luz dos princípios da educação popular.

Para realizar esta pesquisa, trilhei um caminho árduo, uma tarefa que exigiu esforço significativo de aproximação e distanciamento, em virtude do meu vínculo afetivo com a experiência e com os sujeitos da investigação. Não poucas vezes deparei-me, também, com a sensação de angústia por estar diante de tantas informações e possibilidades de estudo que o Prece proporcionava; no entanto, tive que priorizar algumas delas, fazer um recorte, a fim de que pudesse viabilizar meu trabalho de pesquisa.

Sintetizando os questionamentos sobre o que o Prece representa do ponto de vista educacional, político e social no contexto em que atua, trago a seguinte questão, que considero central neste estudo: como o prece, em termos gerais, tem contribuído para a construção de valores pautados na solidariedade (Demo, 2005), na politização (Freire, 1987, 1996), na participação (Teixeira, 1998; Nogueira, 2004) e no fortalecimento dos valores democráticos? Tal questão reveste-se de grande significado, uma vez que a visão do Prece é a de *que cada cidadão seja um protagonista autônomo, e a de que cada comunidade seja um espaço de cooperação e de desenvolvimento igualitário.*

A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, a qual abordarei no capítulo seguinte, com mais profundidade, trazendo com detalhes a metodologia empregada.

O trabalho de campo foi realizado durante os meses de março a setembro de 2006, período no qual realizei observações, entrevistas e consultas a documentos da instituição. Devido à minha trajetória na instituição, dados de observações realizadas informalmente foram acrescentados ao material de análise da pesquisa.

Durante a investigação, realizei vários momentos de observação das atividades do grupo, participando de diversas reuniões com as lideranças do Prece. Aliás, a demanda de eventos semanais de que participam os precistas é algo que impressiona, chegando, em alguns casos, à realização de uma reunião para cada dia da semana e, por vezes, várias reuniões durante o mesmo dia.

Em muitas reuniões das quais participei percebi que, em muitas delas, o nível de participação do grupo não era satisfatório, considerando-se a visão que a entidade tem e o que ela espera de seus participantes. Nessas reuniões, a maioria das lideranças presentes não apresentava propostas nem tampouco discutia aquelas que, geralmente, eram expostas por membros da diretoria; sobretudo, pelo presidente da entidade. Alguns se arriscavam, expressavam suas opiniões, participavam e dialogavam. Porém, a maioria dos participantes geralmente assistia, passivamente, a tais reuniões, mesmo diante das críticas que eram tecidas em torno desse silêncio da maioria.

Eu me questionava sobre o porquê daquele comportamento entre as lideranças do Prece, as quais demonstravam engajamento nas atividades de que participavam nas comunidades e, ao mesmo tempo, apresentavam-se tão passivos em situações nas quais deveriam participar e debater as dificuldades, os desafios, as conquistas e as perspectivas para o futuro da entidade. O que estaria por trás daquele comportamento “acomodado”? Estaria o Prece formando sujeitos ativistas na prática cotidiana, mas desprovidos de compreensão política mais profunda? Estaria a direção do Prece, mesmo involuntariamente, atuando de modo centralizador, abrindo espaços para participação, mas concentrando em uma pessoa ou em um pequeno grupo as tomadas de decisões da entidade?

Depreendo que essa postura tímida, parecendo desinteressada, de lideranças do Prece em reuniões nas quais se debatiam perspectivas de atuação da entidade e/ou de enfrentamento de novos desafios etc. devia-se ao fato de que, por um lado, tais sujeitos provêm de uma tradição social marcada pela submissão, pela dependência política e pelo autoritarismo característico da sociedade brasileira, acentuando-se, ainda mais, nos

municípios de pequeno porte, onde predominam as oligarquias políticas (Carvalho, 2001); e, por outro, dentro da instituição as tomadas de decisões foram, durante muito tempo, concentradas na pessoa do seu presidente. Tal prática, mesmo sem nenhuma intencionalidade, pode reproduzir uma cultura subalterna, de espera, de receio à tomada de decisões, impulsionando a cultura da delegação de poderes, em prejuízo das decisões tomadas coletivamente.

Através de conversas informais com alguns participantes do Prece ou em rodas de conversas, percebi que, mesmo não sendo uma compreensão generalizada, havia por parte de algumas pessoas a nítida insatisfação com as decisões tomadas em algumas reuniões. O excesso de zelo na condução dos rumos da instituição, sobretudo pelo presidente, mesmo que fosse pensando no melhor para o Prece e seus participantes, deu margem à ação centralizadora, reproduzindo, assim, o modelo tradicional, de um modo geral predominante na sociedade.

A prática militante, comprometida, engajada, doada ao trabalho nas diferentes comunidades e nos diferentes modos de atuação da entidade pelos precistas e, ao mesmo tempo, ladeada por atitudes muitas vezes submissas, apáticas, não proativas, demonstradas em muitas reuniões, deixou-me instigado a compreender, com mais profundidade, as ressonâncias da atuação do Prece na formação desses sujeitos.

Para isso, utilizei algumas categorias consideradas essenciais no sentido da melhor apreensão da experiência em estudo; são elas: diálogo e politização como práticas mediadoras de uma ação educativa orientada por princípios democráticos e emancipatórios (Freire, 1987, 1996, 2003); participação, como expressão da manifestação dos anseios da sociedade civil, (Nogueira, 2004; Teixeira, 1998) e a noção de solidariedade como prática emancipatória (Demo, 2005). Tais categorias são movimentadas no decorrer da análise deste trabalho, sem, no entanto, serem assumidas como camisas-de-força, haja vista a própria natureza inovadora e criativa do processo de produção do conhecimento.

Assim, no primeiro capítulo, apresento uma visão panorâmica do referencial teórico-metodológico trabalhado na pesquisa, trazendo alguns conceitos e definições que considero importantes, no que tange à melhor compreensão da presente dissertação. A exposição do caminho percorrido na investigação e a explicitação das categorias, bem como a exploração das correntes teóricas, têm o propósito de familiarizar o leitor com a perspectiva analítica aqui empreendida. Trago, ainda, à guisa de contextualização, um breve apanhado sobre a educação no campo, em razão da pesquisa ter como lócus a experiência de educação do Prece, a qual vem se desenvolvendo no âmbito rural.

No capítulo seguinte, apresento o município de Pentecoste e a comunidade de Cipó, onde o Prece teve origem. Trago reflexões acerca da economia, da sociedade, da política no município e o histórico de movimentos que emergiram na comunidade de Cipó.

No terceiro, quarto e quinto capítulos, analiso a trajetória do Prece, enfocando o processo de organização da entidade, como ocorreram os estudos na casa de fazer farinha e as dificuldades e resistências dos estudantes iniciantes, bem como as conquistas, as vitórias alcançadas pelo grupo, a expansão registrada no Prece e as ressonâncias do trabalho desenvolvido pela instituição na vida de estudantes e das comunidades envolvidas.

Relato, ainda, a experiência da metodologia de estudo em células, abordando aspectos que levaram ao seu desenvolvimento, sua importância na apreensão dos conhecimentos e no favorecimento da participação dos educandos como sujeitos no processo educativo. A exposição da metodologia de educação em células desenvolvida no Prece não foi abordada, no início do trabalho, em razão desta ter sido construída ao longo dos anos de atividades da instituição, sendo, portanto, fruto de um processo. Essa metodologia foi tomando forma à medida que as necessidades dos estudantes iam surgindo, demandando, desse modo, anos de atividades para que ela fosse estabelecida e sistematizada.

No capítulo sexto, apresento as conclusões da pesquisa, mencionando aspectos relevantes do trabalho educacional do Prece, mas

também mencionando as dificuldades presentes na trajetória do trabalho da instituição.

## CAPÍTULO I

### 1. SOBRE A PESQUISA E O PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

Como suporte de análise nesta pesquisa foram de grande valia os pressupostos do referencial dialético, por considerar que essa abordagem metodológica privilegia a compreensão do fenômeno em estudo de forma ampla, considerando todos os aspectos que podem atuar e influenciar o campo ou os sujeitos estudados.

Na pesquisa de campo encontrei situações que revelaram diferentes pontos de vistas e a diversidade de interpretação da mesma realidade, como, por exemplo, numa atividade de discussão no Prece acerca do problema da violência nos municípios interioranos, em que um estudante da educação básica (ainda não havia concluído o ensino médio pelo supletivo) questionou as possíveis causas da violência, utilizando o seguinte argumento: “tem que ver também que o acesso ao mercado de trabalho é muito difícil, o jovem não tem oportunidade e isso pode contribuir para o aumento da violência no interior”. Em seguida, contrapondo-se a esse ponto de vista, outro membro do Prece, já graduado, fez a seguinte observação: “O que é que você sabe fazer? O que está faltando não é emprego, mas gente com qualificação para assumir os postos de trabalho”. Apesar da formação acadêmica mais “elevada”, contraditoriamente, a visão do segundo interlocutor acerca do tema abordado apresentava menor teor crítico que a do primeiro.

Diante dessas duas interpretações a respeito da problemática da violência nos municípios é possível vislumbrar que a visão crítica na interpretação dos fatos não depende do nível de escolaridade, haja vista a fala daquele precista com maior grau de escolaridade haver apresentado uma análise menos politizada, observando-se, através de sua intervenção, a influência da concepção neoliberal<sup>11</sup> na sua concepção de mundo,

---

<sup>11</sup> A concepção neoliberal pressupõe a crescente ação do mercado na vida social e política, tendo na globalização uma estratégia de fortalecimento dos valores e dos princípios que adota, dentre os quais incentivo ao consumismo, à competitividade, à imposição cultural, dentre outros, tendo, cada vez mais, diminuída a participação do estado; sobretudo, na área social. Para um estudo mais aprofundado acerca do neoliberalismo ver Nogueira (2004) e Sader (2005).

transferindo ao indivíduo a responsabilidade por sua inserção ou exclusão no mercado de trabalho ou em qualquer outro segmento da vida social.

Essa análise sobre o problema da violência e os pontos de vista apresentados sobre o tema em questão remetem-nos ao fato de que a leitura crítica da realidade (Freire, 1987) independe do grau de escolaridade, pois se vincula a uma prática educativa comprometida com a transformação de determinada realidade e não ao grau de conhecimento ou título obtido.

Por isso, como bem observa Minayo (1999, p. 64) acerca do referencial dialético, “esse caráter de abrangência, que tenta, a partir de uma perspectiva histórica, cercar o objeto de conhecimento através da compreensão de todas as suas mediações e correlações, constitui a riqueza, a novidade e a propriedade da dialética marxista para explicação do social”. Nessa perspectiva, privilegiei os sujeitos com seus pontos de vista, suas mediações e relações a partir do seu contexto, estabelecendo, ainda, tessituras com os aspectos mais gerais da cultura e da sociedade.

Os pressupostos da educação popular utilizados neste estudo apóiam-se na concepção de Educação Libertadora de Paulo Freire (1987). É a partir dela que o autor desenvolveu sua concepção de educação, tendo, na horizontalidade, na dialogicidade e na politização, os fundamentos de um processo educativo que torne a relação educador/educando mais humanizada; uma atividade de aprendizado recíproco; uma formação capaz de contribuir para o desvelamento da realidade, concebendo educador e educando como sujeitos na construção da práxis pedagógica.

Assim, o diálogo na perspectiva freireana representa uma via de mão dupla, na qual educador e educando interagem, convivem e se respeitam. Dialogar implica a aceitação do outro/outra e o profundo respeito pelas idéias e pensamentos que sujeitos ou grupos expressam. Dialogar remete-nos para além da fala, pois implica ouvir, valorizar a voz do outro. É na dialogicidade que se constroem os fundamentos radicais da superação da condição de opressão e desigualdade. É um ato de humanidade, o qual não pode existir sem um profundo amor pelo mundo, pelas mulheres e pelos homens que o habitam.

O diálogo, nessa perspectiva, é um ato de criação, de afirmação reflexiva sobre o mundo, acerca da realidade histórica e concreta; é a

demonstração da capacidade humana de entender-se, compreender-se mutuamente; todavia, o exercício do diálogo requer, de cada sujeito, uma atitude humilde e radicalmente democrática. Como diz Paulo Freire, “é neste sentido que há dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem nas diferenças, sobretudo, no respeito a elas...” (Freire, 1996, p. 60).

Quando Paulo Freire propõe uma prática educativa problematizadora, questionadora e instigadora, está indicando o diálogo e a horizontalidade como pontos imprescindíveis, ou seja, o desenvolvimento de um processo educativo no qual haja participação efetiva entre os sujeitos participantes.

Assim, a horizontalidade exercida na práxis pedagógica remete-se a uma relação entre iguais, respeitando-se as especificidades e os papéis que os diferentes sujeitos desempenham. Rompe, desse modo, com a concepção tradicional das relações hierárquicas, nas quais há aqueles poucos que mandam e muitos que obedecem ou, ao menos, devem obedecer.

Uma prática educativa horizontal requer maior compromisso e responsabilidade de todos os sujeitos envolvidos, ensejando a oportunidade de construção coletiva de aprendizados que vão além da apreensão de conteúdos, ao proporcionar o exercício de valores democráticos e de relações sociais que estimulam a participação politizada dos envolvidos.

Desse modo, outro elemento indissociável da concepção pedagógica freireana é a politização. Uma educação proposta para a emancipação humana não pode deixar de abordar e de discutir os fatores sociais, políticos e econômicos que interferem diretamente no cotidiano das pessoas. Compreender os diversos fatores que interferem na realidade dos sujeitos é fundamental para a compreensão crítica e fundamentada da realidade (Garcia, org., 1994). Tal compreensão é condição essencial no processo educativo comprometido com uma ação transformadora.

A reflexão, o questionamento e a postura crítica frente ao mundo e aos projetos hegemônicos são fatores integrantes de um processo formativo voltado à emancipação humana. Esses princípios devem orientar as práticas desenvolvidas na perspectiva da Educação Popular, ensejando uma formação em que teoria e prática caminhem lado a lado.

É importante observar que, nesse processo, é necessário definir claramente qual projeto de sociedade e qual tipo de educação estão sendo propostos; se esta está associada a projetos orientados pela lógica de uma sociedade excludente, excessivamente competitiva e individualista, ou a uma proposta de sociedade com valores humanos que contemplem a solidariedade entre os povos, o respeito às diferenças e às diversidades étnicas e culturais.

Com relação à participação e ao protagonismo da sociedade civil nos diferentes espaços propiciados pela redemocratização do país, tem se observado um número cada vez maior de organizações e movimentos que buscam reivindicar ou defender seus direitos (Gohn, 2005; Teles, 1999). Porém, convém observar que, regida pelo pensamento neoliberal, a política brasileira tem propiciado espaços de participação à sociedade civil; entretanto, tal participação tem sido caracterizada, em sua maioria, pela ausência de conteúdo crítico e politizado. A esse respeito, Nogueira (2004) chama-nos a atenção para o fato de que essa participação tem um viés que representa uma perda social significativa: a despolitização. O incentivo do Estado e do próprio mercado quanto à organização de movimentos, de associações e de outras formas de participação da sociedade civil representaram, na verdade, um modo de desenvolver a política neoliberal, o que representou um extraordinário prejuízo político, tanto que, em meados dos anos 90, poucos movimentos contestavam o sistema social, econômico e político vigente (Dagnino, org. 1994). É justamente nesse contexto de participação ativa, mas de pouco teor político, ao qual Nogueira se refere, que o Prece emerge.

O descrédito da política, sobretudo pelos sucessivos escândalos que ela tem apresentado, tem contribuído para que esse setor de significativa importância para a vida societária seja visto com restrições e com desconfianças pela sociedade (Nogueira, 2004; Sader, 2005), alentando, ainda mais, a concepção neoliberal no sentido da participação social desprovida de conteúdo político.

“Isso quer dizer que precisamos de uma perspectiva que não só valorize a sociedade civil e celebre seu crescente protagonismo, mas também colabore para politizá-la. Libertando-a das amarras reducionistas e repressivas dos

interesses particulares, aproximando-a do universo mais rico e generoso dos interesses gerais, da hegemonia, em outra palavra, do estado” (Nogueira, p. 102, 2004).

Para Teixeira (1998), a forma de participação da sociedade civil e sua interação com o estado, reivindicando ou defendendo interesses comuns, são entendidas pelo autor como participação cidadã. Tal processo ocorre mediante a intensa atuação dos cidadãos nos espaços públicos<sup>12</sup>, por meio de reivindicações de direitos existentes e demandando a criação de novos direitos, a partir da dinâmica social. O autor concebe a participação como instrumento fundamental nas lutas empreendidas pela sociedade civil, através das mobilizações dos sujeitos sociais que protagonizam as reivindicações, que devem ser regidas por uma visão crítica da sociedade civil em relação ao Estado e ao próprio mercado.

A pesquisa teve uma abordagem eminentemente qualitativa sem, contudo, desprezar alguns dados quantitativos que se mostraram relevantes para a melhor compreensão do estudo realizado, no qual pesquisador e pesquisados atuaram como sujeitos, na produção do conhecimento. Como afirma Goldenberg (2002, p. 62), “a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões, de modo a ter maior confiança de que seus dados não são produtos de um procedimento específico ou de alguma situação particular”. Para dar conta de uma análise qualitativa, mergulhei no cotidiano dos sujeitos com os quais trabalhei, imprimindo, desse modo, um caráter etnográfico à pesquisa.

Para coleta das informações, lancei mão, inicialmente, da aplicação de um questionário, que objetivou mapear, de forma geral, o perfil dos estudantes participantes do Prece nas comunidades de Cipó, Boa Vista e Canafístula, bem como dos universitários e dos graduados envolvidos nas atividades sócio-educativas da entidade nesses locais. Após a aplicação e a análise do questionário, seguiu-se o momento de realização das entrevistas. Para tanto, recorri a alguns critérios, no procedimento de escolha dos sujeitos

---

<sup>12</sup> O termo espaço público é utilizado com base no trabalho desenvolvido por Teixeira, (1998) em tese de doutorado, o qual apresenta o espaço público como sendo o ambiente caracterizado como local de discussão, de debate, de formação de opinião; ou seja, um espaço em que a argumentação destaca-se na formulação de proposições que se deseja encaminhar junto às instâncias da esfera pública. Assim, os fóruns, as manifestações e as associações constituem-se em exemplos de espaço público.

entrevistados. Os critérios de seleção daqueles que seriam entrevistados foram: tempo de permanência dos sujeitos nas atividades do Prece, participação em coordenações, bem como a participação no corpo diretivo da entidade, por considerar que esses informantes apresentavam melhor perfil para concretizar o alcance dos objetivos propostos neste trabalho.

As entrevistas do tipo semi-estruturadas possibilitaram maior flexibilidade, no que concerne à condução do processo investigativo, deixando o informante mais à vontade para expressar seus pontos de vista. Foram importantes as contribuições de Minayo (1999), a qual concebe a entrevista como instrumento que visa contemplar o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa. Segundo a autora, ela “contribui para surgir a visão, os juízos e as relevâncias a respeito dos fatos e das relações que compõem o objeto, do ponto de vista dos interlocutores” (1999: 99).

Acompanhei vários momentos da entidade, como reuniões em que se tratou dos problemas e dos avanços do trabalho educacional do Prece, momentos de planejamento das atividades, atividades de estudos no pré-vestibular cooperativo, conversas informais, reuniões preparatórias e plenária geral do primeiro Fórum Municipal de Segurança de Pentecoste, do qual o Prece foi uma das entidades promotoras. Tais momentos de observação foram enriquecedores, haja vista terem proporcionado maior aproximação com os sujeitos da pesquisa e, conseqüentemente, melhor apreensão da realidade estudada.

Portanto, foram múltiplos os momentos nos quais pude acompanhar e registrar, através de observações, de conversas e de entrevistas, o trabalho educacional desenvolvido pelo Prece. Por atuar em comunidades rurais e propiciar o ingresso de estudantes na universidade, a instituição vem contribuindo para modificar o cenário de baixo índice educacional registrado, historicamente, entre a população residente no campo, como vemos a seguir.

### **1.1 A educação no espaço rural**

As reflexões aqui postas sobre a educação no âmbito rural têm o propósito de situar o leitor, de forma panorâmica, no quadro de dilemas e de

desafios que a educação no campo apresenta. Em pleno século XXI, ainda nos deparamos com o desafio de convivência com o analfabetismo, com o alfabetismo funcional e com a baixa qualidade da escola, condições, essas, que se apresentam como limitações reais à construção de uma sociedade com afirmação dos valores democráticos, solidários e de justiça social.

Com a acentuação do discurso de modernidade e de industrialização, iniciado mais efetivamente na década de 30, o campo passa a ser visto, por alguns setores da sociedade, como sinônimo de atraso (Ghiraldelli 1990). Ainda sobre esse mesmo tema, Damasceno e Beserra (2004) apontam que, mesmo diante da política do Estado nos anos 50 e 60, que objetivava promover a permanência do homem no campo, todavia o êxodo rural se manteve, deixando tal iniciativa de surtir o efeito desejado<sup>13</sup>.

Observa-se que o espaço rural brasileiro, ao longo de todo o processo histórico, não teve a devida atenção do estado, no sentido de propiciar condições favoráveis aos modos e às condições de vida de sua população, (Martins, 2003). A educação no campo foi tratada quase sem referência à especificidade de sua população que, submetida à vontade de oligarquias, sobretudo na região Nordeste, vivia explorada e cada vez mais empobrecida não apenas do ponto de vista econômico, mas também no que concerne ao conhecimento:

A escola no campo brasileiro surge tardiamente e não institucionalizada pelo Estado. Até as primeiras décadas do século XX, era destinada a uma minoria privilegiada; embora o Brasil fosse um país de origem e predominância eminentemente agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891... (RAMOS, MOREIRA e SANTOS, 2004, p. 7)

A educação ministrada no campo apresentou deficiências, tais como: dificuldade de acesso e adequação à realidade e às necessidades específicas dessa população. A escola no campo não mobilizou interesses das classes dirigentes, no sentido de equipá-la e de expandir a oferta educacional. Com a desvalorização da educação ministrada no campo,

---

<sup>13</sup> Esse artigo apresenta o estado da arte da educação no campo, trazendo um levantamento dos estudos referentes a essa temática nos anos 1980-90.

tivemos uma escola cuja relevância se limitava aos aprendizados elementares da leitura, da escrita e das incipientes operações numéricas (Arroyo, 1999). Esse modelo de escola não deu resultado, fato expresso pelo alto índice de analfabetismo e do baixo nível de escolaridade daqueles que freqüentaram os bancos escolares.

Para vislumbrar a grave realidade educacional brasileira, basta que recorramos aos dados divulgados pelo censo demográfico (2000), os quais apontam que, no Brasil, 18,8% da população reside no campo e que esta possui uma média de escolaridade inferior a quatro anos entre a população na faixa etária de 15 anos em diante. Se considerarmos especificamente a região Nordeste, verificaremos que 31% da população reside no âmbito rural e que a média de escolaridade da população na mesma faixa etária antes aludida é de pouco mais de dois anos. Esse mesmo censo aponta que o nível de renda dos habitantes do campo da região Nordeste é o mais baixo do país, expressando uma possível relação entre a escolaridade e o rendimento observados entre os moradores do campo nas diferentes regiões do país.

Em relação ao analfabetismo no campo, os índices apontam que, no Brasil, 29,8% de sua população é analfabeta e que, no Nordeste, esse índice sobe para 42,6% da população (IBGE, 2000). Esses resultados demonstram o grau de precariedade e de desigualdade social e educacional vigentes nessa região.

É verdade que os problemas educacionais não estão localizados apenas no campo; porém, é nesse espaço onde se observam os maiores problemas, tanto de oferta como de qualidade da escola ofertada. As políticas compensatórias e os programas emergenciais freqüentemente lançados para o atendimento educacional da população do campo são paliativos, que mascaram e aprofundam, ainda mais, as desigualdades existentes. Damasceno e Beserra (2004:77) argumentam que os interesses da oferta de educação estão ligados diretamente às exigências do mercado, “Não sendo um requisito para o trabalho rural e, nesse caso, dispensável para a reprodução do capital, a educação rural é negligenciada”.

Em meio a tantas dificuldades enfrentadas pela educação no campo, surge um novo paradigma, na tentativa de buscar soluções adequadas à

realidade educativa no campo. A luta por uma educação **do** campo emerge em meados dos anos de 90, tendo como experiências as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, pelos Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs, entre outras, que, ao longo de suas atividades, construíram ricas experiências de Educação do Campo, tanto fora do sistema oficial de ensino quanto em parceria com este (Referências para uma política nacional de educação do campo, 2004).

É bem verdade que, desde meados do século XX, os movimentos populares têm ocupado espaços junto à população, sobretudo daquela mais carente. As ações desenvolvidas pelo Movimento Eclesial de Base – MEB, promovido pela ala progressista da Igreja Católica, pelo movimento de Educação Popular liderado por Paulo Freire e pela criação da União Nacional dos Estudantes – UNE - expressavam momentos de participação e de oportunidades de expressão daqueles que, historicamente, viviam na zona da exclusão (Ghiraldelli, 1990).

Em 1998, ocorreu em Luiziana – Goiás - a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, tendo a participação de vários movimentos sociais e de Ongs engajadas na luta pela democratização da terra e do acesso ao conhecimento como elementos básicos para que se avance na construção de uma realidade social mais justa neste país<sup>14</sup>.

O referencial da educação do campo visa fortalecer os processos educativos desenvolvidos no âmbito rural e se pauta pelo reconhecimento e pela valorização das diversidades étnicas e culturais e pelas especificidades do espaço rural. Também denuncia a negligência do poder público pelo descaso observado com a educação aí ministrada, haja vista o alto índice de analfabetismo e da baixa escolaridade observada entre aqueles que de algum modo tiveram acesso à escola, mas que a abandonaram, e o que se convencionou chamar de alfabetismo funcional.

---

<sup>14</sup> Esse movimento teve como entidades promotoras a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura – UNESCO - e Universidade de Brasília – UNB.

Na concepção da educação do campo, a escola deve ser um espaço privilegiado das discussões que dizem respeito aos interesses e aos anseios do âmbito local; um espaço cuja ação não se restringe apenas a conteúdos, mas que também esteja ligada aos temas, às necessidades concretas e aos desafios da vida cotidiana.

Através do movimento da educação do campo, foi criado, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, o qual guarda a singularidade de ser uma iniciativa estatal, da esfera federal, que conta com a importante participação dos movimentos sociais e sindicais com atuação no campo. A execução dos projetos do Pronera é de responsabilidade das universidades públicas ou de caráter filantrópico, das escolas técnicas e/ou agrícolas e das escolas municipais ou estaduais, a partir de convênio celebrado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Em 1999, o Pronera chegou a atender 55.000 alfabetizando e 2.500 monitores nas 27 unidades da federação (Haddad & Di Piero, 2000). O Programa atende, exclusivamente, à demanda das áreas de assentamentos federais, contemplando projetos de alfabetização, de escolarização, de formação em nível técnico, superior e especialização. Tais ações têm, como objetivo, contribuir para o fortalecimento dos processos de reforma agrária, promover uma educação que contemple os interesses e as especificidades presentes na realidade do campo, numa perspectiva de desenvolvimento sócio-ambiental equilibrado. Apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente, no início de sua implantação, o programa vem subsistindo e, gradativamente, afirmando-se como ação permanente de educação nos assentamentos de reforma agrária. No contexto vigente, o Pronera vem se configurando como uma política pública específica voltada ao atendimento das necessidades educacionais dessas populações específicas.

No Ceará, as atividades em áreas de reforma agrária através do PRONERA tiveram início em 1998, com uma proposta educativa pautada no respeito à cultura e valorização dos saberes dos educandos, ou seja, um processo educativo vinculado às práticas sociais (Furtado, 2003, p. 202). Atualmente, a UFC vem executando o Projeto de Alfabetização e Escolarização de Trabalhadoras e Trabalhadores Assentados, atendendo a

uma demanda de 1898 educandos, distribuídos em 95 (noventa e cinco) salas de aula nas diferentes regiões do Estado (Holanda e Rodrigues, 2005). Desenvolve ainda o Projeto de Escolarização em nível médio de Educadores e Educadoras e o Curso Licenciatura Plena em Pedagogia – Pedagogia da Terra.

Recentemente, no âmbito do governo federal, vem se verificando o interesse em se debater e discutir a temática da educação do campo (Ramos, Moreira e Santos, 2004), como contraponto à educação rural, e, junto com essa temática, o problema do analfabetismo. Porém, vale ressaltar que programas de alfabetização, de caráter “campanhista”, como o “Brasil Alfabetizado”, não são suficientes, pois a garantia de continuidade dos estudos da população do campo é fundamental para que se possa alcançar um patamar de desenvolvimento social, capaz de promover mudanças substanciais na vida cotidiana dos habitantes do meio rural.

Estudos divulgados pelo Fundo das Nações Unidas Para a Infância - Unicef - (2003) revelaram que a situação da educação nas áreas rurais é pior que aquela das regiões urbanas. Crianças que vivem nas áreas rurais, por exemplo, no Estado do Ceará, têm três vezes menos chance de ir à escola e duas vezes mais possibilidades de não serem alfabetizadas do que as da cidade. Esse panorama desfavorável quanto ao acesso e à permanência, na escola, de crianças, de jovens e de adultos tem que ser enfrentado com bastante seriedade pelo estado, com vistas a viabilizar políticas públicas educacionais capazes de responder às demandas presentes no campo, além do atendimento em condições adequadas.

Para transformar esse panorama é que a discussão de uma educação no e **do** campo vem sendo desenvolvida, buscando construir e consolidar um novo paradigma que seja capaz de corresponder aos grandes desafios ora apresentados e cujos referenciais sejam pautados pela participação e pela visão crítica e criativa dos sujeitos, visando a formação humana emancipadora.

Apesar de alguns avanços que se têm observado, principalmente a partir da criação do Fundef, em 1996, ainda perduram sérios problemas, principalmente na questão da oferta da educação básica no campo, bem como da qualidade da escola ofertada. A oferta escolar da educação básica,

a partir do segundo segmento do ensino fundamental em diante, acontece, via de regra, fora do espaço de vida dos educandos, ou seja, nas cidades. Para tanto, são utilizados transportes escolares, muitas vezes sem o mínimo de segurança (Matos, 2003), e, além desses fatores, essa escola não conhece a realidade e as necessidades da vida no campo.

Tais dificuldades de acesso à escola representam significativa perda concernente ao desenvolvimento social, cultural e político, sobretudo, da população de baixa renda, e, ainda, dá margem à manutenção de práticas políticas centralizadoras, como veremos no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO II**

### **2. O MUNICÍPIO DE PENTECOSTE**

O município de Pentecoste, estado do Ceará, situa-se, na região Norte, a 86 km de Fortaleza. Apresenta uma população de 32,6 mil habitantes, dentre os quais 19.212 estão distribuídos na zona urbana e 13.388 na zona rural, IBGE (2000). Possui um contingente eleitoral de 23.064 eleitores, dos quais apenas 4% possuem o ensino médio completo. Como se observa, o grau de escolaridade da população do município é muito baixo, decorrente, principalmente, da falta de escolas que ofereçam esse nível de ensino na zona rural. Conforme dados fornecidos pela secretaria de educação do município, dos quatro mil trezentos e nove estudantes matriculados na zona rural, no ano de 1990, apenas quarenta e quatro freqüentavam a 8ª série e, na matrícula do ano de 1995, o número de estudantes freqüentando essa mesma série em escolas da zona rural era de somente setenta e quatro educandos. As matrículas entre a alfabetização e a 4ª série, isto é, cursando o primeiro segmento do ensino fundamental, representavam mais de 90% do total dos estudantes matriculados entre o período de 1990 a 1995, ao passo que nas séries finais desse nível de escolaridade o número de matrículas diminuía à medida que se avançava de uma série para outra. Enquanto em 1990 as matrículas na 5ª série somavam 94 alunos, em 1993 esse número caiu para 34, entre os matriculados na 8ª série.

Segundo o IBGE (2005), 39% da população do município é analfabeta ou possui de um a três anos de escolaridade. Esses números evidenciam a precariedade da escola, a qual concentrou sua atuação nas séries iniciais, como pode se observar nos dados já mencionados, e, mesmo assim, ainda apresenta uma estatística bastante desfavorável, pois grande contingente da população não conseguiu completar nem mesmo quatro anos de escolaridade, ou seja, concluir as séries correspondentes ao primeiro segmento do ensino fundamental.

Para situar esse quadro educacional nas teias das relações econômicas e sociais da vida municipal, trago, a seguir, os dados que nos possibilitam visualizá-las.

Nesse município, situa-se o açude Pereira de Miranda, que possui uma bacia hidrográfica de 2.840 km<sup>2</sup> e capacidade de 395.638.000 m<sup>3</sup> de água (IBGE, 2000). As terras que margeiam o açude foram loteadas e divididas pelo governo federal, nos anos 1970, entre moradores do entorno. Com a posse da terra, mas diante da escassez de assistência técnica e de financiamento, a maioria dos pequenos agricultores não encontrou condições para retirar da terra as condições de sustentabilidade sua e da própria família. Essas condições adversas contribuíram para que esses pequenos agricultores vendessem suas pequenas propriedades, na busca de solução para os seus problemas. No entanto, tal situação só transferiu as dificuldades para outro setor, pois o que resultou foi a saída de vários moradores do campo para as cidades, em busca de melhores condições de sobrevivência; contudo, sem qualificação para enfrentar o mercado de trabalho competitivo, essas pessoas passaram a viver de subemprego ou permanecendo na terra, mas agora residindo como morador<sup>15</sup>, em propriedades privadas de maior porte, isto é, nas fazendas.

Assim, parte das terras às margens do açude Pereira de Miranda encontra-se, atualmente, em poder de proprietários que, em sua maioria, apresentam alto poder aquisitivo e moram em Fortaleza. Essas fazendas, fruto da compra de vários lotes por uma mesma pessoa, são utilizadas, principalmente, para criação de animais e para a plantação de forragem. Com isso, a população local, sem terra, trabalha alugado, ou seja, vende sua força de trabalho como diarista.

---

<sup>15</sup> O morador é o trabalhador rural que mora em casa cedida pelo dono da terra, o fazendeiro. Geralmente, o morador só trabalha na propriedade do dono da casa, ora cultivando as roças do proprietário da terra, no caso seu patrão, ora cuidando de plantações para sua própria subsistência. Vale ressaltar que o trabalho desenvolvido pelo morador nas lavouras do dono da terra é remunerado, embora seja uma remuneração irrisória. Essa prática tem modificado, sobremaneira, a relação do trabalhador rural que vive na condição de morador, pois, em meados dos anos 70, havia uma relação de “sujeição” desse trabalhador em relação ao patrão, tendo aquele que trabalhar sem remuneração para o proprietário da terra.

A pesca é outra fonte de sobrevivência explorada por algumas famílias do entorno do açude; todavia, sem apoio e sem incentivos de políticas públicas para o setor, atuam artesanalmente e levam uma vida precária e de subsistência.

Apesar dessas dificuldades em que se encontra a maioria dos que sobrevivem da atividade pesqueira, o município tem um dos maiores centros de pesquisas ictiológicas da América Latina, o que poderia resultar em benefícios e em melhorias para a população, haja vista o potencial produtivo na área de piscicultura que o Município apresenta.

Portanto, a maioria da população do município de Pentecoste é pobre, constituída de pequenos agricultores, de moradores sem terra, de pescadores, de aposentados, de pequenos comerciantes, de feirantes e de funcionários públicos municipais.

No que concerne à estrutura fundiária, o município apresenta grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários<sup>16</sup>, característica que não o difere dos demais municípios brasileiros, sobretudo os da Região Nordeste. Há, no município, o perímetro irrigado do Vale do Curu, através do aproveitamento das águas do açude Pereira de Miranda. No perímetro irrigado existe maior diversidade de culturas produzidas, dentre as quais se destacam o coco e a banana. Todavia, o que predomina na produção rural em Pentecoste é a agricultura de subsistência, com a exploração das culturas do milho e do feijão. O Município possui três áreas de assentamentos da reforma agrária, com capacidade total para comportar duzentas e cinquenta (250) famílias.

No aspecto político, registra-se, em Pentecoste, uma cultura oligarquico-patrimonialista, ou seja, a permanência de pequenos grupos que

---

<sup>16</sup> Dados do Censo agropecuário (1995 – 96) apontam que existem, em Pentecoste, 322 estabelecimentos com menos de 10ha, representando uma área total de 1.559ha. Dividindo a soma desses hectares pela quantidade de imóveis chegamos a um tamanho médio de 4 hectares por imóvel. Contrastando com esses minifúndios, existem 107 estabelecimentos com dimensões entre 100ha e menos que 1000h ocupando uma área de 28.402ha, e 4 imóveis com área entre 1000 e menos de 10.000ha, correspondendo a uma área de 6.500ha. Como se verifica, há grande desigualdade no tocante à posse da terra, sem contar, ainda, com aqueles que a não possuem e que trabalham de aluguel ou migraram para os centros urbanos.

se revezam no poder, através de práticas autoritárias e clientelistas, subjogando a população através de ações assistencialistas, que atrelam e que subordinam a maioria dos habitantes aos “chefes” políticos. É comum, na história do Município, a permanência desses “chefes” durante longos períodos, exercendo o controle da vida política local, influenciando, de modo incisivo, nas decisões e nos rumos municipais, os quais trazem ressonâncias diretas sobre a vida da população que, em sua maioria, vive sem emprego e em precárias condições de subsistência. Conforme observam os estudiosos (Chauí, 1986; Paoli, 1995; Oliveira, 1999), os traços do autoritarismo e do favorecimento pessoal são as expressões mais nítidas de uma sociedade profundamente marcada pelas desigualdades. A pobreza é, de fato, resultado da histórica exploração da população de baixa renda pelas oligarquias, cujos interesses particulares prevaleceram sobre os interesses coletivos ou, como aponta Oliveira (1999), o que resulta dessa prática é a apropriação do público pelo privado.

Embora nosso objeto de estudo não seja o município de Pentecoste, considero pertinente trazer estas reflexões a respeito de sua história, haja vista que o foco desta investigação está voltado para uma experiência popular no referido Município, que traz, em sua vida atual, as marcas de um sistema político centralizador, permeado por práticas clientelistas cujos efeitos assolam a população, que vive à mercê de favores políticos.

No tocante à educação no Município, no início da década de 90, na maioria das comunidades o acesso à educação formal só era possível até a 4ª série do ensino fundamental, conforme mencionado, o que contribuía para que os estudantes encerrassem, prematuramente, sua vida estudantil. Em algumas localidades, era possível o acesso ao ensino fundamental completo, ou seja, da 5ª à 8ª série, por intermédio do sistema telensino, o qual apresentava sérias limitações, considerando-se a falta de formação docente adequada para o exercício do magistério das disciplinas e dos conteúdos requeridos por esse nível de ensino.

Havia, em toda a zona rural do município, em 1990, setenta e uma escolas, dentre as quais apenas nove desenvolviam atividades educacionais

entre a 5ª e 8ª séries do ensino fundamental, conforme dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, em 2005.

Para ilustrar e para dimensionar essa situação, constata-se que, do número de matrícula do ano de 1995, 4.890 (quatro mil oitocentos e noventa estudantes), apenas 1% desses estudantes, estavam na 8ª série. Durante os anos compreendidos entre 1990 e 1998, o índice de estudantes matriculados da 5ª à 8ª série, na zona rural, ficou em torno de 7 a 11%, e que tal percentual cada vez mais diminui, à medida que se aproxima a conclusão do ensino fundamental, apontando para uma evasão nas séries que compõem esse segmento de ensino.

Esses dados explicitam a deficiência educacional registrada no município, o qual não desenvolveu políticas educacionais que assegurassem aos moradores do campo a conclusão, pelo menos, do ensino fundamental, como base indispensável para melhores condições de vida e do exercício da cidadania.

Esse contexto de dificuldades quanto ao acesso à escolarização básica no campo, uma lacuna educacional não preenchida pelo poder público, propiciou o surgimento de organizações imbuídas de preocupações em estimular o acesso ao conhecimento nesses espaços. Dentre elas, está o Instituto Coração de Estudante - ICORES, conhecido como Prece, que atua em atividades educativas com o propósito de estimular e de criar condições de estudos para que moradores de comunidades rurais de Pentecoste tenham acesso não só à escolarização básica, mas que prossigam estudando até o ensino universitário.

## **2.1 Cipó: a comunidade onde nasceu o Prece**

Cipó é uma pequena comunidade situada a 16 km da sede do Município, na estrada Pentecoste/Paramoti. O número de famílias residentes na comunidade é bem pequeno: são apenas dez, que praticam a agricultura de subsistência e a pesca como fonte de sobrevivência. A pesca é praticada artesanalmente, servindo, basicamente, para compor a alimentação das

famílias: essa atividade é realizada no açude Pereira de Miranda, cujas águas chegam até a comunidade, principalmente, na quadra invernos. A maioria das famílias vive em pequenas propriedades ou mora e trabalha na única fazenda ali existente, pertencente a um político do município, sobrevivendo, principalmente, da venda da força de trabalho.

A comunidade dispõe de um prédio escolar, que atende aos estudantes da alfabetização à 4ª série do ensino fundamental, e uma congregação evangélica (igreja), assistida pela primeira Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, com sede em Fortaleza. Até o ano de 1996, a comunidade não dispunha de energia elétrica e, até hoje, não dispõe do serviço de água encanada. Paradoxalmente, apesar de estar próxima ao açude Pereira de Miranda, há muitas dificuldades no abastecimento d'água, sobretudo para o consumo humano.

No início dos anos 90, a comunidade iniciou sua experiência associativa, através da criação da Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores Rurais de Cipó e Capivara – ACOMPARCC. Nesse período, somente através de associações era possível, no Ceará, acessar recursos junto ao Estado, a partir do novo modelo de gestão implementado pelo “governo das mudanças”, sob a liderança de Tasso Jereissati (Pereira, 2002), segundo o qual as comunidades só receberiam financiamento estatal se estivessem organizadas juridicamente.

De um modo geral, no Ceará, observa-se que tal processo não foi acompanhado por uma efetiva organização comunitária, pois o que ocorreu, na prática, foi a tentativa de utilização desses espaços organizativos por políticos locais, buscando a autopromoção e o exercício do controle e da influência pessoal nas associações. Mesmo diante dessas limitações, tais espaços organizativos propiciaram o contato das comunidades com um “mundo” de novas possibilidades, sobretudo no aprendizado de que, unida, a comunidade detinha muita força para lutar pelas melhorias desejadas, mesmo que, nesse aspecto, fossem apenas tímidas sinalizações, conforme discorre Pereira (2002).

Na comunidade de Cipó, o trabalho organizativo apresentou alguns resultados, dentre os quais a construção de uma casa de fazer farinha e uma unidade de beneficiamento de raspa de mandioca, conseguidas junto à

Secretaria de Agricultura do Estado. Essa construção ficou conhecida como “a maior casa de farinha construída com verbas públicas” no estado do Ceará, àquela época, 1992.

Embora dispusessem de infra-estrutura, sem incentivos governamentais, como financiamento e apoio técnico, os agricultores não tiveram condições de plantar mandioca e, conseqüentemente, o prédio praticamente não foi utilizado com a finalidade para a qual fora construído. Diante da falta de uso para o fim que lhe era próprio, a associação aproveitou o espaço físico da casa de fazer farinha para oferecer um curso de datilografia, realizado gratuitamente, tendo agregado muitos jovens de diferentes comunidades em torno dessa atividade, ainda no ano de 1992. Por motivos técnicos - “quebra” da máquina de datilografar - apenas duas pessoas dessa turma concluíram o curso: minha professora e eu que, na época, era um dos freqüentadores do curso, mesmo morando a 15 km de distância de Cipó. Para concluir o curso e para receber o certificado, tivemos que nos deslocar para a comunidade de Ombreira, um bairro da cidade de Pentecoste em que havia o mesmo curso, inclusive com máquina cedida pela ACOMPARCC. Esse curso foi realizado em parceria com o Patronato Nossa Senhora da Conceição de Pentecoste, o qual era responsável pela expedição dos certificados.

Esse trabalho promovido pela associação contou com a importante contribuição de muitas pessoas, dentre as quais a do professor Manoel Andrade<sup>17</sup>, do departamento de Química Orgânica e Inorgânica da Universidade Federal do Ceará - UFC que, juntamente com seu irmão, Adriano, presidente da ACOMPARCC no início dos anos 1990, buscaram

---

<sup>17</sup> Manoel Andrade é professor e pesquisador do Departamento de Química Orgânica e Inorgânica da UFC e presidente do Instituto Coração de Estudante – ICORES. Filho da região de Cipó, mais precisamente, desenvolveu alguns trabalhos comunitários na zona rural de Pentecoste, antes da criação do Instituto. Um desses trabalhos foi a organização de campeonatos esportivos entre as equipes das comunidades vizinhas a Cipó, a qual ensinou que as comunidades iniciassem processos organizativos, tendo como base o futebol. Nesses campeonatos também era divulgada, além das idéias de organização comunitária, a convivência pacífica nas comunidades, através da campanha contra o uso de armas nos dias de jogos. O uso de armas era uma prática quase natural, em se tratando da cultura local; no entanto, tal fato culminava com a ocorrência de muitos conflitos, resultando, inclusive, em mortes. A realização dos campeonatos, no período de 1990 a 1995, contribuiu, consideravelmente, para a mudança de mentalidade nas comunidades, no que se refere a essa prática do uso de armas nas praças esportivas. O esporte passou a ser compreendido como uma festa, um momento de confraternização entre as comunidades e a rivalidade entre as equipes a ser vista como restrita apenas dentro de campo, no momento do jogo.

atrair projetos e investimentos para a região, visando o alcance da melhoria da qualidade de vida na comunidade.

Manoel Andrade é natural da comunidade de Cipó, onde seus pais moram até hoje. Mesmo tendo saído daí ainda criança e vindo morar com familiares em Fortaleza para estudar, sempre esteve próximo da comunidade tanto em momentos de férias, na época da educação básica, como posteriormente, em todos os finais de semana, quando já pertencia ao quadro de professores efetivos da UFC.

Diante da crise no setor agrícola do Ceará, nos anos 1990, devido à falta de apoio técnico e financeiro à produção, a associação foi enfraquecendo. Não surgiram novas lideranças e, com a saída do então presidente Adriano Andrade, a ACOMPARCC deixou de atuar. Posteriormente, com a minha ida para Cipó (fui morar na comunidade no segundo semestre de 1994), a associação foi reativada: fui eleito presidente dela e, nesse período, ocorreu o projeto de eletrificação para a comunidade. Posteriormente, a ACOMPARCC foi extinta, tendo em vista que o trabalho desenvolvido na comunidade voltara-se, exclusivamente, para o âmbito educacional. No entanto, uma nova associação foi criada e essa passou a articular os diversos sujeitos interessados na educação.

Outras associações também foram instituídas nas comunidades adjacentes a Cipó, estimuladas, principalmente, pela política adotada pelo Estado: a de só liberar recursos financeiros às comunidades mediante a organização em associações. Como já mencionado, tais associações sofreram influências de políticos locais. Esse mecanismo adotado pelo Estado para se relacionar com a sociedade civil acabou por promover uma enxurrada de associações que, ao invés de fortalecer a organização comunitária, acabaram por funcionar, com algumas exceções, como espaços de disputas políticas controlados por representantes de políticos locais.

Mesmo com limitações e com precariedades, a pequena comunidade de Cipó contribuiu, sobremaneira, para a vida socioeducacional não só de seu entorno, mas do município como um todo. Quando a ACOMPARCC foi extinta, surgiu um novo movimento, agora educacional, que apresentou novos horizontes e novas perspectivas para a vida de jovens e de adultos da região, apoiando e estimulando o acesso aos estudos na escolarização básica, bem

como o cultivo do sonho de inserção destes no ensino universitário. Esse movimento educacional, fundado em meados de 1994, é o objeto de investigação deste estudo, cuja preocupação é analisar as ressonâncias da atuação do Prece na vida dos sujeitos envolvidos.

## **CAPÍTULO III**

### **3 A CRIAÇÃO DO PRECE**

#### **3.1 O contexto**

Como visto anteriormente, a situação educacional no município de Pentecoste, no início dos anos 90, de modo especial na zona rural, era profundamente desalentadora, em razão das difíceis condições de acesso da população ao segundo segmento do ensino fundamental. Dificuldades decorrentes da falta de oferta desse nível de escolaridade à população residente no campo.

Em 1994, o número de matrícula alcançava 4.356 (quatro mil trezentos e cinqüenta e seis) estudantes no ensino fundamental em todo o município, dentre os quais 3.915 (três mil novecentos e quinze) constavam nos níveis de alfabetização à 4ª série, ao passo que da 5ª à 8ª, somente 441 (quatrocentos e quarenta e um) e, desses, somente 45 (quarenta e cinco) estavam na 8ª série.

Esses dados revelam que apenas uma minoria freqüentava a última série do ensino fundamental, o que corroborava, decisivamente, para a manutenção do baixo índice de escolaridade registrado no município. Tal realidade evidencia o quanto a educação foi negligenciada aos moradores do campo e que, não por acaso, essa população foi submetida à dominação de oligarquias, pois essas se aproveitavam da falta de esclarecimento da população para exercer seu domínio de forma opressora.

Desse modo, o cenário dominante no Município impunha sérias restrições aos estudantes da zona rural, no que se refere à continuidade dos estudos, haja vista que somente em algumas localidades era possível concluir o ensino fundamental pelo sistema telensino (Rodrigues, 2006, p. 69); ademais, para concluir o ensino fundamental, ou mesmo cursar o ensino médio, o estudante tinha que se mudar para a sede do município, fato quase impossível à maioria da população estudantil do campo, devido ao baixo poder aquisitivo da grande maioria. Estudar na cidade só era possível para alguns mais

abastados financeiramente, cujos pais enviavam os filhos para morar na cidade, enquanto estudavam, seja em casa de parentes, alugada ou mesmo comprada, contanto que os seus filhos pudessem prosseguir com os estudos. Essa realidade reproduzia o sistema que, historicamente, privilegia uma minoria para a qual é possível avançar nos estudos. Essa prática teve início ainda no período colonial, em que famílias abastadas enviavam seus filhos para estudar na Europa (Freyre, 1983), ao passo que praticamente toda a população era analfabeta.

Foi no contexto de precariedade das condições educacionais no âmbito rural que surgiu, no segundo semestre de 1994, na comunidade de Cipó, um movimento educacional que agregou alguns jovens em torno de um ideal: investir na educação, nos estudos, concluir a educação básica e ingressar no ensino universitário. Essa foi a proposta apresentada pelo professor Manoel Andrade a alguns jovens da região - muitos dos quais ele conhecera através do esporte -, como tentativa de enfrentar a falta de oportunidade educacional que atingia, principalmente, a população de baixa renda.

Manoel Andrade foi o mentor da idéia da criação de um espaço que se destinasse a apoiar estudantes da comunidade de Cipó e da região circunvizinha, com o propósito de incentivá-los a buscar, através dos estudos, condições para mudar suas perspectivas, rompendo com o cenário histórico no qual filhos de pequenos agricultores, pessoas de baixa renda, não tinham acesso ao conhecimento formal e sequer vislumbravam a possibilidade do ensino universitário.

Indagado sobre os motivos pelos quais ele resolvera se dedicar voluntariamente às atividades que representassem novas perspectivas aos moradores da comunidade de Cipó e adjacências, o professor respondeu que:

“Pelo fato da oportunidade que tive de estudar me senti muito incomodado ao perceber que entre os jovens nas comunidades, em sua maioria, não havia perspectivas de um futuro melhor. E eu percebia que o caminho capaz de transformar aquela realidade era a educação. Também não me conformava em ver meus amigos de infância vivendo em

condições precárias e me questionava: eles têm tanta inteligência como quaisquer outras pessoas e porque vivem nessa situação? É óbvio que o que eles não tiveram foi oportunidade de construir uma vida melhor. Por isso resolvi me engajar nessa luta pela educação, visando construir alternativas que possibilitem a essa juventude romper com uma realidade de injustiça e atraso político”

Manoel saíra da comunidade para estudar em Fortaleza, passando a morar com parentes, enfrentando dificuldades econômicas e estudando em escola pública. Sua convivência com grupos religiosos, como membro da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, as dificuldades que enfrentou para concluir a educação básica e, posteriormente, para chegar à universidade foram experiências que, certamente, possibilitaram o desenvolvimento de “certa sensibilidade social”, que o levou a contribuir com sua comunidade e a acreditar no potencial de jovens e adultos em mudar sua própria realidade.

Convivendo sistematicamente aos finais de semana com os moradores e amigos de sua região, conhecendo as dificuldades por eles enfrentadas, resolveu dedicar-se a atividades que possibilitassem aos moradores de Cipó e das comunidades adjacentes a condição de melhor inserção social. Para tanto, buscou empenhar-se na luta pela educação. Segundo Manoel Andrade, a educação era o único caminho capaz de modificar o ambiente de conformismo e de dependência de favores políticos da população, cujas conseqüências se refletiam nas precárias condições de sobrevivência.

Visando ser alternativa de enfrentamento de uma realidade desigual e excludente, foi criado um espaço educativo, com a finalidade de oportunizar o acesso aos estudos a jovens e adultos, mas que também se prestasse a uma reflexão crítica sobre a realidade social e política; sobretudo, a local. Apesar da reflexão sobre a realidade, o professor Manoel Andrade não se inspirava em nenhuma teoria educacional, embora a prática educativa em curso se aproximasse da proposta da educação libertadora de Paulo Freire, cuja concepção de educação, em tese, era de possibilitar um conhecimento crítico da realidade, capaz de facultar ao oprimido a condição de sujeito de sua própria libertação (Freire, 1987).

Quanto a mim, morava na localidade de Serrinha, também no Município de Pentecoste, onde cursei até a 4<sup>a</sup> série do ensino fundamental no ano de 1982. Posteriormente, interrompi os estudos durante cinco anos (1983-87), pelo fato de não haver em minha comunidade escola que ofertasse as séries seguintes.

Durante esse período, fiquei trabalhando nos serviços da roça, ajudando meu pai na agricultura de subsistência. Minha história de vida testemunha o histórico descaso da educação a que a população residente no campo foi submetida; atesta a falta de políticas públicas que possibilitassem a essa população, sobretudo a de baixa renda, a ter acesso a direitos garantidos pela Constituição de 1988, como é o caso do direito à educação. Todavia, mesmo diante dessas adversidades, sempre almejei continuar meus estudos.

Assim, não desisti do sonho de concluir a escolaridade básica e fiquei sempre atento a qualquer oportunidade que pudesse aproveitar para continuar com os estudos. Enquanto esperava a oportunidade para voltar aos estudos, realizei as atividades comuns ao trabalhador da agricultura: capinei, plantei e colhi nos períodos em que houve safra; joguei futebol, aliás, essa era, praticamente, a única opção de lazer acessível na zona rural, aos finais de semana. Foi através dele que fiz muitas amizades, que conheci muitas localidades e comunidades no Município e que vim a participar da fundação do Prece.

Após cinco anos sem estudar, ingressei no sistema supletivo, na primeira turma que surgiu na cidade de Pentecoste, em 1988. O ingresso no curso foi realizado mediante prova de seleção, na qual o candidato teria que obter, pelo menos, nota cinco. Após aprovação nessa etapa, iniciei os estudos à distância, através dos módulos de estudos e, semanalmente, realizava as avaliações na Secretaria de Educação do Município, concluindo o ensino fundamental em 1990. Nesse mesmo ano conheci o professor Manoel Andrade, através da minha participação no campeonato esportivo por ele organizado na comunidade de Tamarindo.

No ano seguinte, por processo seletivo, ingressei no antigo “Logos II”, curso de ensino médio voltado para a formação de professores, também à distância. O “Logos II” habilitava o estudante para atuar no magistério nas séries iniciais do ensino fundamental.

Apesar das dificuldades de locomoção, haja vista a não existência do serviço de transporte escolar, do modelo de estudo à distância e da distância de 18 km de Serrinha a Pentecoste, concluí a escolarização básica por essa modalidade de ensino, no ano de 1992.

Nesse mesmo ano, Manoel e eu conhecemos a comunidade de nome Coelho: uma localidade esquecida, abandonada pelas autoridades municipais, sem ter sequer uma escola funcionando. Os jovens, em sua maioria, haviam saído da comunidade em busca de melhores condições de sobrevivência, migrando, majoritariamente, para Fortaleza.

Sensibilizados com aquela realidade, lançamos para a comunidade o desafio de reabrirmos a escola, sendo essa idéia bem acolhida pelos moradores, muito embora demonstrassem descrença diante do que estávamos propondo. Essa desconfiança expressa pela comunidade devia-se ao fato de que, geralmente, promessas feitas pelos políticos do Município não se concretizavam.

Após alguns contatos e reuniões com a comunidade, chegou-se à conclusão de que o local onde funcionaria a escola seria o salão comunitário, seguindo-se os procedimentos de levantamento da demanda de estudantes e de realização de matrícula. Iniciamos as aulas no mês de outubro de 1992, atendendo 21 educandos. Pelas aulas ministradas, o professor Manoel Andrade colaborava com a “remuneração” simbólica de R\$ 20,00 mensalmente. Diariamente, eu percorria 26 quilômetros, utilizando uma bicicleta para fazer o caminho de minha casa até a comunidade de Coelho (ida e volta). O trabalho escolar prosseguiu até dezembro e tanto os estudantes quanto a comunidade estavam motivados com a perspectiva de continuidade das atividades educativas.

No ano seguinte, 1993, lutamos pela incorporação da escola pela Secretaria de Educação do Município de Pentecoste, quando, então, ela foi formalmente reconhecida e assumida. A escola já tinha nome: chamava-se Escola de Primeiro Grau São Francisco, pois, em outras épocas, já havia funcionado.

No ano de 1994, recebi o convite do professor Manoel Andrade para iniciar outras atividades educacionais, agora na comunidade de Cipó. Não tínhamos, porém, clareza das atividades, de como seriam desenvolvidas, havendo, inicialmente, somente a intenção de se criar alguma situação que favorecesse e que estimulasse os jovens a investir na educação como condição fundamental para a transformação da realidade local. A partir do segundo semestre daquele ano, passei a residir em Cipó e, então, outro desafio teve início.

### **3.2 Como tudo começou**

A busca de alternativas visando transpor a difícil realidade de acesso à educação em comunidades rurais de Pentecoste começou na comunidade de Cipó, em agosto de 1994, inicialmente com a oferta gratuita do curso de datilografia para estudantes das escolas públicas das adjacências de Cipó, atividade que congregou muitos jovens em torno dela.

A intenção era atrair jovens através do curso de datilografia e, a partir daí, estabelecer um diálogo com os mesmos, abordando a importância da educação na vida de cada um. Após dois meses de atividades no curso de datilografia, veio a idéia da formação de um grupo de estudos, agregando jovens que estavam freqüentando a escola regular, mas que se encontravam fora da faixa etária, e outros que haviam abandonado a escola, geralmente por falta de oportunidade de continuar com os estudos. A convite do professor Manoel Andrade, esses estudantes vieram de diferentes comunidades rurais para participar do grupo de estudo (Jardim, Capivara, Serrinha, Parnaíba e do próprio Cipó).

Eis o depoimento de um membro do grupo inicial:

Fiz o curso de datilografia e, posteriormente, foram feitas algumas reuniões com o Andrade, tudo na antiga casa de fazer farinha, hoje é a casa do estudante. Em uma delas o Andrade perguntou se a gente queria estudar. Foi aí que teve início a formação do grupo com os primeiros estudantes que participaram da fundação do Prece. Particularmente, nesse período, eu não tinha perspectiva do que ia acontecer com os meus estudos, como iria continuar estudando, pois não havia oferta do ensino médio nas comunidades.

(Beto, estudante fundador do Prece e graduado em Agronomia pela UFC, Cipó, 2006.)

Pode-se perceber, a partir desse depoimento, que as expectativas de estudo entre os jovens não eram promissoras; aliás, eram permeadas de incertezas. Esse jovem havia concluído a educação fundamental e trazia consigo o dilema de enfrentar as dificuldades para continuar os estudos ou fazer uma pausa que, via de regra, culminava com o afastamento definitivo do acesso à escola.

No início das atividades, os estudantes, de fato, não tinham clareza do que poderia acontecer, a partir dos estudos naquele pequeno grupo; no entanto, todos os jovens estavam dispostos a investir nos seus estudos com bastante determinação.

Embalados pelo sonho de ter um futuro melhor através da educação, cinco jovens aceitaram o desafio de iniciar um grupo de estudos na velha casa de fazer farinha e, sem a formalidade da presença de um professor, dedicaram-se aos estudos com o objetivo de concluir a escolaridade básica e, um dia, chegar à universidade. Ainda em 1994, somaram-se ao grupo de estudos mais dois jovens, totalizando, assim, sete estudantes sonhadores que desafiaram o preconceito de que estudar não era coisa para pobre, muito menos pensar em chegar à universidade.



Conversa com estudantes na casa de farinha

Na verdade, essa visão limitada de que estudar era coisa para quem tinha dinheiro era o pensamento dominante àquela época em Cipó e nas comunidades vizinhas. Assim, nasceu o Prece. Atualmente, denomina-se Instituto Coração de Estudante – ICORES - e desenvolve atividades socioeducacionais e agrícolas em comunidades rurais e nas sedes dos municípios de Pentecoste e Apuiarés, no Estado do Ceará. Ao longo dos doze anos de atividades o Prece expandiu-se e, hoje, atua também nos municípios de Paramoti e Fortaleza.

Dentre os sete estudantes que formaram o grupo (base) de fundação do Prece, apenas eu havia concluído a educação básica pelo sistema de educação a distância. Três haviam concluído o ensino fundamental pelo telensino – e estavam sem opção de continuidade dos estudos - e três possuíam o ensino fundamental incompleto.

O ideal de dedicação aos estudos interrompeu o círculo vicioso que praticamente obrigava o jovem a abandonar sua comunidade e a aventurar-se na busca de trabalho nos grandes centros urbanos, cuja condição desfavorável, por falta de qualificação profissional e baixa escolaridade, ensejava que a maioria se acomodasse em subempregos ou que fosse explorada como mão de obra barata, vivendo exposta às mazelas sociais, como a violência, a falta de assistência médica e a precarização da moradia, dentre outras.

Assim, com a perspectiva de mudar a nossa realidade através da educação, dedicamo-nos aos estudos. No início, estudávamos à noite e, durante o dia, eu ministrava o curso de datilografia na casa de farinha. Nesse período, a comunidade não dispunha do serviço de eletrificação e o estudo noturno era realizado à base do candeiro (lâmparina), condição que não desestimulava o grupo. Após a primeira semana de estudos, optamos por estudar também durante o dia, com o cuidado de não negligenciar o período noturno, pois a intenção era ampliar a carga horária dedicada aos estudos.

Em razão da maioria dos componentes do grupo morar distante da casa de fazer farinha, surgiu a idéia de que o local de estudos também servisse

como moradia para os estudantes que, devido a essa circunstância, decidiram morar nesse local.

Sobre os rumos que o grupo de estudos poderia tomar, nem mesmo o professor Manoel Andrade tinha noção precisa. Inquirido a respeito do que ele pensava sobre a formação do grupo, afirmou que “não tinha idéia de que aquele grupo viesse a se tornar uma ação educacional com tantos resultados, com tanta importância para os anseios educacionais dos jovens e adultos do município”.

De fato, era difícil conceber que aqueles jovens tão inexperientes se credenciassem para protagonizar uma das mais exitosas ações de educação no município; sobretudo, no que se refere à aprovação de estudantes de origem popular na universidade. Tal conquista foi realmente significativa, principalmente por se desenvolver em um ambiente social marcado pelo conformismo e pela opressão política, tendo pela frente o desafio de superar as dificuldades naturalmente inerentes ao processo de convivência e de organização em grupo e de lançar-se no desafio de aprender cooperativamente.

Havia no âmbito nacional movimentos e experiências que objetivavam possibilitar o ingresso de estudantes oriundos das classes populares no ensino universitário. Porém, tais experiências eram pouco divulgadas e aconteciam em parcerias, sobretudo, com as universidades, como é o caso dos Cursos Pré-Vestibular Comunitários – CPVs - ligados ao Fundo de Emergência Social – FESP - da PUC-Rio (Carvalho, Filho e Costa, 2005), da iniciativa dos estudantes do curso de história que fundaram, no final da década de 80 o Projeto Novo Vestibular, vinculado ao Curso de História da UFC, para atender a estudantes da escola pública com vistas à preparação para realização das provas nos vestibulares.

Tais movimentos sinalizavam para a luta dos estudantes de origem popular em reivindicar o direito de também ter acesso à universidade. Desse modo, foi encampado o ideal de democratização do ensino universitário, historicamente negado àqueles cujas condições econômicas eram

insuficientes. De certo modo, o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino médio provocou uma demanda que se refletiu na maior procura por vagas nos cursos universitários.

Tais experiências ocorriam nas capitais, onde havia maior demanda de estudantes populares nos cursos de ensino médio, mas que, em se tratando de experiências desse tipo, em municípios de pequeno porte, sobretudo em comunidades rurais, tornava-se mais difícil, em razão da possibilidade de ingresso na universidade ser considerada bastante remota, quase impensável.

Retornando ao trabalho educativo na comunidade de Cipó, em meio a tantas dificuldades era pouco provável que aquela experiência lograsse êxito ou mesmo que fosse vista com bons olhos pelo conjunto das comunidades do entorno de Cipó. Quem ouvira ao menos falar que conteúdos escolares pudessem ser apreendidos a não ser na escola formal? E o que dizer da pretensão daqueles estudantes que com seus próprios esforços, com as circunstâncias adversas, sonhavam em ingressar na universidade? Talvez os iniciantes do grupo de estudos fossem chamados de “loucos”, pelo fato de acreditarem que, através dos conhecimentos apreendidos naquela casa de fazer farinha, iriam mudar suas perspectivas; chegar à universidade.

Acerca das razões que o levava a participar daquele grupo de estudos na casa de fazer farinha, um dos estudantes fundadores do Prece assim se pronunciou:

A educação para mim, na minha cabeça, ela sempre foi uma coisa que eu queria usar para ter uma vida digna no futuro. Então eu via a educação eu sendo um professor ou outra coisa, mas tudo em cima da educação. Minhas conquistas seriam em cima de educação. E até aquele momento ali eu não via assim um caminho. Meus caminhos estavam todos fechados. Mas quando eu conheci o projeto, depois da minha primeira entrevista com o professor Andrade, ele falou para mim como iria funcionar, os objetivos, me explicou tudo. Então ali foi uma grande porta que se abriu na minha frente, era a possibilidade de estudar e entrar na faculdade e construir uma vida diferente para mim. Foi a partir daquela entrevista que aí eu me senti muito atraído por aquela proposta, por que iria resolver meu problema. Quer dizer, não tinha porta, as portas

estavam todas fechadas e agora se abriu uma grande porta para mim. Então, isso foi que me atraiu, essa possibilidade concreta de estudar e entrar na universidade e ter um nível superior e construir uma vida melhor.

(Francisco, estudante fundador do Prece e graduado em Agronomia pela UFC, Cipó, 2006.)

Como se pode observar, havia no pensamento desse jovem a idéia de que a educação era um fator importante para que ele pudesse construir um futuro melhor. No entanto, havia poucas oportunidades para que ele concretizasse o seu sonho; o seu ideal. Para ele, a proposta do professor Manoel Andrade - que através dos estudos na comunidade de Cipó ele poderia chegar à universidade - representava uma oportunidade ímpar, algo que lhe motivou a acreditar no grupo.

Francisco iniciou seus estudos aos dez (10) anos de idade e, em 1994, estava cursando a 7ª série do ensino fundamental, pelo telensino, quando recebeu o convite do professor Manoel Andrade para participar desse grupo de estudos em Cipó. Abandonou a escola regular e dedicou-se integralmente aos estudos no Prece. Concluiu sua escolarização básica através do curso supletivo da Secretaria de Educação do Estado – SEDUC<sup>18</sup> - e, em 1997, realizou seu sonho de ingressar na universidade, sendo aprovado para o curso de Engenharia de Pesca da UFC. Posteriormente, transferiu-se para o curso de Agronomia, tendo-se graduado em 2003.

### **3.3 As dificuldades e desafios no cotidiano de estudo do grupo**

No primeiro momento, tudo era novidade. Após reunião entre o professor Manoel Andrade e os jovens que iniciariam o grupo de estudos, combinou-se que nos reuniríamos diariamente, à noite, para estudarmos. De

---

<sup>18</sup> Este curso era realizado através de módulos de estudos e à distância. Para os estudantes que ingressavam no ensino fundamental, havia um núcleo de atendimento na cidade de Pentecoste; porém, aqueles que se matriculavam no ensino médio tinham que se deslocar para Fortaleza periodicamente para realizar as avaliações dos módulos. Esse deslocamento era mais uma dificuldade, devido ao baixo poder aquisitivo dos pais desses estudantes e, durante o período de 1994 a 2000, ainda era pequeno o número de estudantes no Prece que ingressavam no ensino médio. A partir de meados do ano 2000, uma parceria celebrada entre o Prece e o Centro de Educação de Jovens e Adultos de Itapipoca – CEJA Padre Luís Gonzaga Xavier de Lima, de Itapipoca, possibilitou o atendimento dos estudantes através da modalidade supletivo na própria comunidade. Esse fato teve importância significativa para o Prece e para os jovens e adultos das comunidades, pois possibilitou ao Prece atender a um número maior de alunos, os quais, agora, estudam sem os custos de deslocamentos para Fortaleza para concluir sua escolarização básica.

início, havia escassez de material didático e não havia biblioteca ou outros recursos que pudessem facilitar o processo de aprendizagem. Nos meses iniciais, enfrentamos muitas dificuldades para realizar os estudos; principalmente as relacionadas aos aspectos da leitura e da escrita, em razão da maioria não ter o domínio adequado dessas habilidades.

Os estudos em grupo iniciaram-se com a realização da revisão do ensino fundamental, começando pela disciplina de História, com livros adquiridos pelo professor Manoel Andrade; por sinal, os únicos livros de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries disponíveis naquele momento para os nossos estudos.

Para cada série havia apenas um livro disponível, o que nos levou a realizar um estudo priorizando a leitura em voz alta. O grupo reunia-se em torno de uma mesa e fazíamos a leitura dos textos, alternando os leitores, a fim de que cada membro do grupo tivesse a oportunidade de ir treinando a capacidade de leitura, haja vista ser esta uma deficiência que dificultava a própria compreensão dos textos lidos. Após as leituras, seguiam-se as discussões sobre o assunto estudado e resolvíamos os exercícios propostos ao final de cada capítulo. Foi com essa dinâmica que o grupo encarou o desafio de aprender os conteúdos, buscando, através do próprio esforço, chegar à universidade.

No caso específico da disciplina de História, fui o coordenador do grupo de estudos, pelo fato de ter um pouco mais de experiência com a docência e afinidade com a matéria. Essa prática de coordenação dos estudos aos poucos foi se consolidando como metodologia: quem se identificava com determinada matéria, ou conhecia um pouco mais alguns conteúdos dela, constituía-se em colaborador do grupo, compartilhando, assim, seus conhecimentos.

Nos primeiros anos do grupo houve algumas resistências e preconceitos por parte de algumas pessoas nas comunidades, as quais não compreendiam que um pequeno grupo de estudantes sem a presença de um professor - conforme o modelo formal - pudesse lograr êxito. Algumas delas criticavam os pais que permitiam que seus filhos se dedicassem aos estudos

em tempo integral no Prece, sugerindo que seria melhor que esses jovens estivessem trabalhando com seus pais, ajudando a prover o sustento da família.

Sobre essa situação, vejamos o depoimento de um dos estudantes que experienciou tais fatos:

Você está ali sabendo que muitas pessoas da sua comunidade, naquele primeiro momento, estavam contra os nossos pais deixarem a gente estudar na casa de farinha né, achando que lá era um ambiente de quem queria sair do serviço pesado. Isso aí foi um pouco difícil. Mas meu pai sempre disse: rapaz, se você quiser estudar lá eu não tenho dinheiro, mas o que eu puder fazer por você dentro das minhas condições eu faço. Você não trabalha para você estudar, me apoiou bastante. Então isso foi muito importante para que eu pudesse chegar aonde cheguei.

(Genival, graduado em Agronomia pela UFC, Canafístula, 2006).

Romper a barreira do preconceito de muitas pessoas, nos anos iniciais, foi uma tarefa difícil. Na realidade, para aqueles que criticavam os jovens que se dedicavam aos estudos na casa de fazer farinha, a educação nunca representou mudanças ou perspectiva de melhoria de vida. De fato, não se poderia esperar de uma população que não teve acesso à educação subitamente a valorizasse, a ponto de abrir mão da força de trabalho dos filhos em prol dos estudos.

Era justificável que não compreendessem a importância que aquele grupo de estudantes poderia representar para o desenvolvimento educacional e social das comunidades. Para o grupo, esses momentos iniciais de afirmação foram marcados pela resistência e pela persistência, pois, mesmo diante dessas dificuldades, foi se firmando a convicção de que só através dos estudos era possível romper com uma cultura na qual os jovens abandonavam, prematuramente, suas comunidades, migrando para as cidades, buscando, numa aventura incerta, melhores condições de sobrevivência. Não foi fácil. Todavia, os estudantes do grupo sempre foram apoiados pelos diálogos dos finais de semana com o professor Manoel Andrade, cujas palavras de incentivo nunca faltaram.

O Andrade sempre estava ali com a gente né, estimulando, sempre dando força. Isso fez com que a gente superasse os obstáculos.

(Genival, graduado em Agronomia pela UFC, Canafístula, 2006).

Passo a passo, fomos construindo e conquistando espaços junto às comunidades. Com o decorrer do tempo, passamos a ofertar cursos na casa de fazer farinha; sobretudo das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, aos estudantes que estavam matriculados no sistema regular de ensino e que buscavam melhorar seus conhecimentos. Além disso, esse encontro possibilitava melhor interação entre nós - que estudávamos na casa de fazer farinha - e os demais estudantes que, futuramente, viriam a participar das atividades desenvolvidas pelo Prece.

Após algum tempo, o olhar preconceituoso cedeu lugar ao reconhecimento, pois estudando em grupo conseguimos acumular conhecimentos que passaram a ser reconhecidos pelos próprios professores das escolas presentes nas comunidades, os quais passaram a nos convidar para ministrar algumas aulas no sistema telensino, tendo em vista a dificuldade que enfrentavam na compreensão de alguns conteúdos. Fomos, aos poucos, tornando-nos, de certo modo, “especialistas”, cada um na área de conhecimento com a qual mais se identificava. As aprovações de estudantes no vestibular também contribuíram para modificar a visão negativa de algumas pessoas das comunidades em relação aos estudos na casa de fazer farinha. Tais fatos contribuíram para o aumento da demanda de pessoas para estudar no Prece.

As dificuldades foram várias e exigiram de todos (estudantes e apoiadores) firmeza de propósito em relação à finalidade do grupo de estudos. Vejamos como outro estudante expõe seu sentimento diante das dificuldades encontradas:

Apesar das condições serem muito difíceis, eu via o Prece como a minha casa, onde não ia me faltar nada. Assim, quando eu estava com problema, falta de visão, de fé, havia pessoas que conversavam comigo, que me levantavam. Então

esse apoio era muito importante. As condições de alimentação, de transporte, de roupa, de tudo que você imaginasse que uma pessoa precisa para sobreviver era difícil, mas o aconchego que eu sentia dentro do Prece isso me fazia bem, entendeu. Isso me fazia sentir em casa, sentia que eu estava sendo apoiado, entendeu. Eu acho que isso é que me sustentava ali.

(Francisco, graduado em Agronomia pela UFC, Cipó, 2006)

É notório que os estudantes pioneiros enfrentaram adversidades de diferentes ordens: as dificuldades relacionadas à alimentação na casa de fazer farinha, adaptação à nova moradia, convivência em grupo, falta de recursos financeiros e de aquisição do hábito de estudo foram fatores que exigiram do grupo de estudantes criatividade, determinação e o desenvolvimento de uma cultura na qual cada um buscava apoiar e incentivar o outro, de forma solidária. Uma solidariedade que, conforme Demo (2005), não se trata da ajuda a outrem, mas que conforma uma maneira de dominar, um modo de tornar o sujeito que recebe a ação solidária dependente de quem com ele se solidariza. Na visão do autor, tal solidariedade deve ser refutada, pois a mesma não rompe com o círculo vicioso da dependência e se caracteriza como efeito de poder. A solidariedade desejável é aquela que, ao ser exercida, possibilita o confronto dos sujeitos oprimidos com suas dificuldades e que, conhecendo-as, busca superá-las.

Desde o início das atividades de estudos, contamos com o apoio da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, através de sua congregação em Cipó, que oferecia apoio espiritual, uma palavra de conforto e estímulo nas horas difíceis; sobretudo quando as esperanças de permanecer no grupo se desfaziam. Outro importante apoio vindo da igreja diz respeito à contribuição financeira: ela repassava, mensalmente, certa quantia para custear algumas despesas com alimentação do grupo de estudantes. Tal contribuição foi essencial, uma vez que a maioria dos pais não tinha condições de manter o filho estudando e morando na casa de fazer farinha. Sem esse apoio, os empecilhos teriam sido ainda maiores. Mesmo assim, em vários momentos, os estudantes tiveram que se alimentar em algumas casas próximas de

onde estudavam, contando com a solidariedade de dona Nenê e de dona Fransquinha.

A minha situação era um pouco diferente, pois, mesmo morando na casa de farinha, alimentava-me na casa dos pais do professor Manoel Andrade (dona Fransquinha e seu Arão), pois, quando fui convidado para coordenar as atividades de estudos em Cipó, foi-me ofertada a alimentação como condição básica de minha manutenção na comunidade. No entanto, conversava bastante com os meus colegas sobre a situação que enfrentavam, no tocante à alimentação, e, sempre que visitava meus pais, procurava trazer algum alimento para partilhar com os amigos que moravam e que se alimentavam no espaço de estudo.

No grupo inicial, havia um estudante que não tinha sequer rede para dormir e, por vários dias, improvisou com bancos de madeira o local onde passava as noites. Posteriormente, ele ganhou uma rede, ofertada por dona Nenê. Esse mesmo estudante concluiu o ensino fundamental pelo sistema supletivo em tempo recorde: apenas três meses. Tal feito já demonstrava os resultados dos estudos desenvolvidos pelo grupo de estudantes da casa de farinha, uma vez que tal modalidade de estudo, o supletivo, era considerado bastante difícil pelo fato do estudante não dispor de acompanhamento sistemático para o esclarecimento de suas dificuldades de aprendizagem, o que poderia implicar na demora da conclusão do curso ou, mesmo, na desistência do educando, o que era, por sinal, fato comum. Por exemplo, na turma da qual fiz parte, em 1988, formada aproximadamente por quarenta estudantes, apenas três concluíram o curso, em 1990. Muitos desistiram e outros se encontravam desestimulados e na iminência de desistir dos estudos.

Portanto, nos momentos de dificuldades, no que diz respeito à alimentação, as famílias da dona Fransquinha e dona Nenê, professora na comunidade, foram de grande relevância, pois, solidariamente, supriam as necessidades alimentícias apresentadas pelo grupo de estudantes, em vários momentos.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas para estudar no Prece, vejamos a fala de outro estudante.

Uma coisa que me marcou bastante foi eu sair da casa dos meus pais. Nunca tinha saído antes, e para ter maior eficiência nos meus estudos foi necessário sair da casa de meus pais e ficar morando tempo integral na casa de farinha. Uma das coisas assim que me marcou bastante foi as dificuldades que a gente enfrentava no início, tanto de infra-estrutura como de alimentação. Mas no início, uma coisa que me marcou bastante foi a primeira vez que eu fui para lá, chegando na casa de farinha estava o Francisco, à tardinha, quase ao anoitecer. Aí o Francisco estava lá sozinho e disse: vamos jantar! Vamos. Aí ele tirou uma panela de baião, duro, e ele comia aquilo ali como se fosse uma comida assim muito gostosa. E eu tentei comer e não consegui, pensei que não ia suportar pelo fato de estar acostumado com as comidinhas caseiras da mamãe. Mas eu pensei assim, eu não vou me desestimular. Sempre que podia a dona Nenê nos auxiliava, tanto na alimentação como no estímulo, aí nos ajudava a superar muitas dificuldades. Com o tempo a amizade, o interesse pelos estudos dos colegas da casa de farinha que já haviam passado pelo que eu estava passando no primeiro momento de adaptação, me ajudou muito. Porque é muito difícil, você sair da sua comunidade e mudar totalmente de rotina, se desligar um pouco do esporte no final de semana para se dedicar mais aos estudos, para mim, isso no primeiro mês foi muito difícil! Depois é que começou a melhorar né. Aí a gente começou a trabalhar três vezes na semana, durante  $\frac{1}{2}$  expediente, ao seu Arão, pai do Andrade, e a gente ganhava em troca a alimentação para a semana toda. Isso melhorou bastante o problema da alimentação. (Genival, graduado em Agronomia pela UFC, Canafístula, 2006).

Como se observa, a própria adaptação dos estudantes à nova realidade também se constituía em dificuldades. Para solucionar o problema da alimentação dos estudantes, na casa de fazer farinha foi estabelecido um acordo entre o professor Manoel Andrade e os estudantes: eles trabalhariam  $\frac{1}{2}$  período durante três dias em sua propriedade ou na de seu pai e, em contrapartida, receberiam a alimentação, inclusive nos finais de semana. Os estudantes recebiam café da manhã, almoço e jantar, conforme foi mencionado por Genival, no depoimento anterior.

Essa solução para o problema alimentar dos estudantes foi importante, tendo em vista que, além da garantia das refeições, os

estudantes não tinham que despendar tempo para o preparo da alimentação, podendo, assim, ampliar a carga horária de estudos.

Como já mencionadas, as adversidades enfrentadas, sobretudo nos primeiros anos das atividades de estudo na casa de fazer farinha, eram de diversas ordens: emocional, motivacional, alimentícia e financeira, além das pedagógicas. Porém, a busca de soluções, visando superar os desafios, proporcionou ao grupo o exercício da solidariedade, o cultivo da amizade e o desenvolvimento do sentimento de coletividade, como podemos observar na fala de um dos estudantes:

Apesar das dificuldades que enfrentamos foi também muito gratificante, a gente fez muitas amizades, fizemos muitos amigos mesmo, companheiros de luta, de estar juntos tanto nos estudos como até na parte financeira mesmo, se a gente precisasse de alguma coisa, mesmo tendo pouco. E isso foi uma coisa assim muito marcante: uma amizade assim para a vida toda né. (Genival, graduado em Agronomia pela UFC, Canafístula, 2006).

De fato, as várias estratégias utilizadas na superação dos problemas estimularam o sentimento de solidariedade e da mútua cooperação; aliás, um sentimento/ação que, na minha compreensão, contribuiu, decisivamente, para superar muitos obstáculos, desenvolvendo, também, o senso de pertencimento ao grupo, de afirmação, de construção de identidade. Essa solidariedade desenvolvida pelo grupo foi imprescindível para que os problemas fossem minimizados. Essa prática solidária foi uma ação geradora e mobilizadora de interesses comuns, possibilitando ao grupo o desenvolvimento dos laços de identidade e de pertencimento. Conforme discorre Demo (2005), embora a solidariedade seja intrínseca ao comportamento humano, historicamente ela foi construída muito mais como forma de poder e de dominação. Com isso, o autor chama-nos a atenção para o sentido da solidariedade que praticamos: se aquela que produz subalternidade ou a que faculta ao oprimido confrontar-se “com a marginalização” (Demo, 2005:13) e, assim, buscar alternativas de superá-la.

É importante esclarecer que, corriqueiramente, o favor e a ajuda são interpretados como sendo ações solidárias. De fato, tais procedimentos

podem até expressar o sentimento solidário; porém, podem abrigar um sentimento de dominação, que não almeja tornar o outro um sujeito com autonomia, mas torná-lo, muitas vezes, inferiorizado e dependente. Demo (2005) diz:

“A solidariedade precisa, dialeticamente, compor-se com a noção de confronto que o excluído precisa elaborar e praticar, sem que isso necessariamente desande em violência física, mas inclui, sempre, pelo menos a violência da práxis alternativa” (Demo, p. 13, 2005).

Conforme expressaram os estudantes com os quais convivi no Prece, a solidariedade praticada, sobretudo nos anos iniciais do grupo, tinha o objetivo de fortalecer os participantes na sua caminhada educativa, visando a que ele pudesse atingir os seus objetivos. Nesse sentido, foi uma solidariedade de confronto com a realidade desfavorável, que apontava para a superação das adversidades, dos obstáculos.

Portanto, compreendendo o termo solidariedade como sendo uma ação, individual ou coletiva, com o propósito de transformar uma dada realidade; de proporcionar ao oprimido a possibilidade da libertação, de alcançar sua afirmação enquanto sujeito histórico (Freire, 1987).

Na condução inicial do grupo, organizávamos, coletivamente, os horários de estudos, que eram feitos em tempo integral e que, durante a semana, eram desenvolvidos sob minha coordenação. Para tentar manter a rotina organizada, reuníamos-nos frequentemente, com o intuito de discutir as dificuldades e os avanços nos estudos, momento em que tínhamos a oportunidade de expor nosso pensamento acerca da organização das atividades e de definir quais os responsáveis pelas tarefas da casa, como, por exemplo, limpeza e preparo da alimentação, nos períodos em que esta era feita na casa de fazer farinha. Tais reuniões eram momentos de colocarmos em discussão tudo o que dizia respeito às condições de manutenção e de aprimoramento do grupo na casa.

Aos finais de semana, acontecia o aprofundamento do debate de algumas temáticas estudadas durante a semana, com a participação do

professor Manoel Andrade ou com algumas pessoas que ele convidava para colaborar com o grupo. Além disso, abordávamos temas relacionados à realidade sociopolítica local, com o intuito de refletir sobre o sistema social e político no qual estávamos inseridos. Assim, o grupo foi se consolidando e outros estudantes aderiram às atividades de estudos na casa de fazer farinha, um espaço coletivo dedicado à educação, gerido, desde o início, pelos próprios educandos.

De 1994 a 1996, o número de estudantes participantes do Prece ainda era pequeno, em torno de quinze. Conseguir aprovação de estudantes no vestibular era aguardado com muita expectativa pelo grupo, enquanto, pela comunidade, em geral, ressoava a incerteza a respeito da concretização desse objetivo. Porém, em 1996, os resultados mais expressivos do grupo começaram a surgir, prestei vestibular pela primeira vez e consegui aprovação. Tal resultado impulsionou a esperança dos demais integrantes do grupo de estudos, no sentido do alcance do objetivo de se chegar ao ensino universitário. Posteriormente, voltarei a falar sobre as aprovações no vestibular e sobre o seu significado para o fortalecimento do Prece, bem como o que isso representou para a vida dos estudantes.

Passo a passo foram construídas as bases do trabalho educacional desenvolvido pela entidade. No período de 1994 a 1998, a experiência desenvolveu-se como uma ação não institucionalizada, existindo apenas como movimento, grupo. A partir do final deste ano, passou a existir juridicamente. No final do ano de 1998, o movimento educacional institucionalizou-se: foi eleita uma diretoria e passou a atuar como uma associação de estudantes denominada Projeto Educacional Coração de Estudante – Prece, nome com o qual se tornou popular e conhecido no município de Pentecoste.

Tal associação estudantil teve o seu quadro de sócios formado, principalmente, pelos estudantes que participavam dos estudos na casa de farinha. A posse da primeira diretoria foi marcada por um evento que reuniu mais de duzentas pessoas de diferentes comunidades, momento em que comemorávamos, também, quatro anos de existência do movimento. Do

ponto de vista jurídico, no ano de 2004, o Prece modificou seu estatuto, passando de associação a Instituto, que, também, é uma forma de associação, mas que engloba maior diversidade nas atividades que desenvolve. Passou, então, a se chamar de Instituto Coração de Estudante. Tal modificação ocorreu em razão da variedade de trabalhos que a entidade desenvolvia e da perspectiva de atuar em novas frentes de atividades, como, por exemplo, a pesquisa. A entidade preservou, porém, o nome que marcara historicamente os participantes: Prece; agora significando Programa de Educação em Células Cooperativas.

O primeiro registro formal do Prece, em 1998, foi basicamente idealizado pelo professor Manoel Andrade, pois não havia, no grupo, preocupação com o registro formal, já que todas as atenções estavam voltadas para os estudos. Já a mudança ocorrida em 2004 contou com discussões entre parte dos sócios para decidir quais os rumos do Prece, devido à abrangência que alcançara, necessitando, desse modo, de adequação às novas perspectivas que se apresentavam. A institucionalidade em que o Prece adentrara, a partir de 1998, também viria a possibilitar as parcerias e os financiamentos necessários à manutenção de suas atividades. Mesmo contando com o voluntariado dos recursos humanos produzidos na própria entidade, esta carecia de recursos financeiros para o desenvolvimento da parte operacional, como, por exemplo, compra de material para reforma do prédio da casa de fazer farinha, despesa com custeio de passagens e alimentação dos voluntários.

### **3.4 Acesso à escolaridade básica: os primeiros desafios**

Uma das primeiras ações do Prece, no sentido de viabilizar a continuidade dos estudos de jovens e de adultos que estavam fora da escola ou que a freqüentavam, mas que estavam fora da faixa etária, foi estimulá-los a se matricularem no ensino supletivo ofertado pelo Estado. Para aqueles estudantes que ingressariam no ensino fundamental, a matrícula era realizada na sede do município, Pentecoste, onde se poderia estudar e concluir esse nível de ensino pelo sistema modular e à distância. Mas, para ter acesso ao supletivo de nível médio, era necessário matricular-se em

Fortaleza, o que implicava em maiores dificuldades, sobretudo no que diz respeito ao aspecto financeiro.

Um exemplo dessa luta para concluir a escolaridade básica foi protagonizada por Noberto, que, aos dezoito anos, só havia estudado até a 4ª série do ensino fundamental e que, graças à oportunidade oferecida pelo Prece, concluiu seus estudos e, hoje, é doutorando em Química na UFC.

Na verdade, com relação aos meus estudos, eu divido em duas etapas: uma antes e outra depois do Prece. Eu considero minha vida estudantil propriamente dita depois do Prece né, porque eu só havia estudado até a 4ª série. Na verdade, a partir daquele momento da entrada no Prece foi que a minha vida estudantil começou. As circunstâncias me fizeram partir com garra, com força. A necessidade que eu estava enfrentando, enfim, tudo que eu tinha naquele momento que estava entrando no prece era aquele grupo presente lá, era a ferramenta, esse apoio que eu tinha, tudo que eu precisava para ser apoiado, para seguir a' diante naquela dificuldade que eu passava no ano de 1993 para 1994. (Noberto, doutorando em Química/UFC, Canafístula, junho de 2006).

Assim, os estudantes do grupo inicial enfrentaram o desafio de seguir estudando, agora, com uma perspectiva diferente daquela existente antes da criação do Prece, porque a motivação que os participantes do grupo de estudos apresentavam constitui-se numa das maiores conquistas dos estudantes da região; uma motivação que se traduzia na fala de muitos deles: “agora eu sei para que estou estudando”. Estudavam para prestar vestibular; para alcançar novos horizontes.

Entretanto, era necessário aos estudantes precisas que concluíam o ensino fundamental efetuar a matrícula no supletivo de nível médio, em Fortaleza. Porém, o deslocamento desses estudantes para realizarem provas na capital foi um dos obstáculos enfrentados. Tais dificuldades expressavam-se tanto na falta de recursos financeiros para o pagamento de passagens e de outras despesas quanto na sistemática burocrática exigida pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, onde os estudantes matriculavam-se e realizavam as avaliações. Em virtude das dificuldades econômicas enfrentadas pelos pais dos estudantes, muitas vezes esses educandos eram

transportados pelo professor Manoel Andrade, em seu próprio carro, e que, por diversas oportunidades, também os hospedava em sua casa.

Portanto, deslocar-se para realizar as avaliações do supletivo em Fortaleza demandava despesas que, muitas vezes, estavam fora do alcance das famílias dos educandos. Somando-se a esses percalços, os estudantes ainda tinham, freqüentemente, a suspensão de suas matrículas, pelo fato de não comparecerem no tempo previsto – ao menos uma vez por mês – ao CEJA, para as avaliações dos módulos de estudo ou para as orientações dos professores da escola. Por não cumprir esse requisito, os educandos, muitas vezes, não eram atendidos, ficando, desse modo, impossibilitados de realizar as avaliações dos fascículos estudados. Mesmo argumentando que as dificuldades financeiras é que limitavam sua presença regular na escola, em geral os estudantes não eram compreendidos pela direção do CEJA, que orientava o educando a fazer a reativação de sua matrícula como condição para seu atendimento na próxima vez que fosse à escola. Essa postura da escola deixava os estudantes bastante revoltados, em razão da falta de flexibilidade e de compreensão da realidade do educando por parte da escola.

Com essas adversidades, de 1995 ao início do ano 2000, os educandos matriculados no ensino médio, através do supletivo, enfrentaram uma verdadeira maratona para concretizar o objetivo de concluir a escolaridade básica e para se preparar para o ingresso na universidade. Todas elas superadas com garra e determinação, embora tais obstáculos impedissem que mais estudantes participassem do Prece nessa modalidade de ensino. As dificuldades financeiras para o custeio das despesas com transporte e alimentação eram quase de todos, pois, convenhamos, custavam caro às pequenas posses dos pais desses estudantes. Eis o depoimento de quem vivenciou essa realidade:

Uma das maiores dificuldades que enfrentei foi a falta de recursos pra ir fazer as provas do supletivo em Fortaleza. Então, isso foi uma coisa que marcou esse momento, a dificuldade de se conseguir dinheiro para cobrir essas despesas para ir realizar as provas.

(Beto, estudante fundador do Prece e graduado em Agronomia pela UFC, Cipó, 2006).

Devido a essas circunstâncias, em 1997, três estudantes que cursavam o supletivo de nível médio foram morar em Fortaleza, nas dependências da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil que, mais uma vez, participou do apoio ao estudante precista. Como a Igreja ficava muito próxima do CEJA, os estudantes não precisavam pagar passagens quando da realização das provas; além disso, esses estudantes recebiam uma cesta básica e algum pagamento pelos trabalhos de limpeza realizados na Igreja. Posteriormente, outros estudantes também participaram da experiência de morar em Fortaleza, enquanto cursavam o supletivo do ensino médio.

### **3.5 Parcerias: o caminho para a viabilização das ações do Prece**

#### **3.5.1 A Igreja**

Desde a fundação do Prece, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, através de sua congregação em Cipó, apoiou as atividades educativas realizadas na comunidade. Como já citado anteriormente, essa congregação tanto contribuiu com recursos financeiros como oferecendo apoio espiritual e palavras de incentivos aos estudantes do Prece.

Fiéis congregacionistas e o Reverendo Áureo Rodrigues, Pastor da 1ª Igreja Presbiteriana Independente do Brasil em Fortaleza, responsável pela congregação local, sempre envidaram esforços para deixar transparente aos estudantes da casa de fazer farinha a estima e a admiração que tinham pela forma dedicada com que os precistas se empenhavam nos estudos.

Assim, durante toda a trajetória da entidade, essa igreja tem se constituído como um importante parceiro, colaborando direta e decisivamente com os estudantes. Além dos apoios já citados, ela também disponibilizou suas dependências em Fortaleza para local de moradia de alguns estudantes precistas, além de abrigar, em suas dependências, por vários anos, os estudantes, quando da realização do vestibular na UFC.

### 3.5.2 Comunidades

As comunidades constituíram-se em grandes parceiras, à medida que não mediam esforços para ajudar o Prece em diferentes momentos: arrecadação de alimentos, participação nos eventos realizados pela entidade, disponibilização de meios de transporte para locomoção de estudantes, de professores e da própria comunidade, quando da participação destes em atividades promovidas pela entidade. Enfim, houve mobilização de várias famílias nas diferentes comunidades para apoiar as ações do Prece. Várias comunidades atuaram, efetivamente, como cooparticipantes de muitas realizações empreendidas pelo Prece.

Porém, no início das atividades do Prece, esse apoio foi bastante restrito e, durante um bom tempo, as famílias da dona Fransquinha e da dona Nenê, ambas da comunidade de Cipó, foram a única sustentação vinda da comunidade.

### 3.5.3 Fundação Mary Harriet Speers

Outra importante iniciativa de apoio e de colaboração com as atividades desenvolvidas pelo Prece veio da Fundação Mary Harriet Speers, a partir do ano de 1998. Sediada no estado de São Paulo e administrada pela Igreja Presbiteriana, essa fundação apóia vários projetos em diferentes estados brasileiros. Uma forma de atuação da mesma é a concessão de bolsas para estudantes do curso de Agronomia com a finalidade de que tais estudantes possam atuar, nessa área, em comunidades de baixa renda.

Como havia, no Prece, dois estudantes cursando Agronomia, a Fundação Mary Harriet Speers concedeu bolsas para esses universitários, o que lhes representou uma significativa ajuda. Como os laços entre o Prece e a Fundação foram se estreitando, as bolsas foram substituídas por um repasse mensal de recursos para o Prece. A partir de então, a Fundação passou a constar como a maior apoiadora, em termos financeiros, contribuindo sistematicamente com recursos que muito representavam para cobrir parte das despesas da entidade. Não é uma contribuição expressiva,

em termos monetários, pois há doações ou premiações, esporádicas, que representam um volume maior de recursos; porém, em se tratando de contribuição sistemática, a Fundação tem representado essa base sólida de colaboração.

A Fundação Mary Harriet Speers também esteve presente no processo de reorganização do Prece, em 2004, quando ele deixou de atuar como associação e passou a Instituto, enviando um representante para prestar assessoria jurídica, no que diz respeito às orientações na reestruturação/redefinição da entidade.

O Prece também recebe financiamento de outras fundações; porém, são recursos esporádicos e pontuais, geralmente voltados ao apoio de determinados projetos.

#### 3.5.4 Universidade Federal do Ceará - UFC

Após o ingresso de alguns estudantes do Prece na UFC, a entidade buscou o apoio dessa universidade, no sentido de registrar, como projeto de extensão, as atividades desenvolvidas no Prece. Representantes da entidade apresentaram as atividades que eram realizadas na comunidade de Cipó ao então Pró-Reitor de extensão da Universidade Federal, professor René Barreira, o qual demonstrou muito interesse em apoiar. A conversa deu-se no final do ano de 1998; no ano seguinte, o Prece foi registrado como projeto de extensão e, a partir de então, tornei-me o primeiro bolsista.

Um dos principais apoios da Universidade, através da Extensão, foi o de fornecimento de transporte, durante vários anos, para o deslocamento dos universitários precistas de Fortaleza às comunidades, às sextas-feiras, e o retorno destes, às segundas. Esse apoio foi importante, pois possibilitou o retorno dos universitários precistas às suas comunidades para continuarem as atividades desenvolvidas pela instituição. Porém, em vários momentos dessa parceria, a Universidade não correspondeu às expectativas e às demandas que o Prece apresentava. Em razão disso, ocorreram momentos de tensão que desgastavam as relações entre os parceiros. Porém, o Prece

tem estabelecido importantes parcerias, graças ao seu registro como projeto de extensão, coordenado pelo professor Manoel Andrade, junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFC.

### 3.5.5 Ceja Pe. Luís Gonzaga Xavier de Lima

Após várias tentativas por parte da direção do Prece, no sentido de encontrar alternativas para o atendimento educacional de jovens e adultos, através da modalidade supletivo, em abril de 2000, a instituição firma uma das mais importantes parcerias do ponto de vista do trabalho educacional que desenvolvia.

Reconhecendo as dificuldades que os educandos enfrentavam, quando da realização das avaliações do curso supletivo de ensino médio, a direção do Prece procurou dialogar com um Ceja, em Fortaleza, buscando a formalização de parceria para melhor atender a demanda que existia nas comunidades de Cipó e adjacências. Porém, diante dos obstáculos da burocracia e da própria insensibilidade de gestores da escola, além das dificuldades inerentes às condições de funcionamento observadas nas escolas públicas, não se concretizou nenhuma ação que democratizasse o acesso a essa modalidade de ensino nas comunidades.

Todavia, por indicação de pessoas do próprio Ceja, a partir do qual a tentativa de parceria não se efetivou, estabeleceu-se um outro canal de contato que poderia representar a solução que o Prece buscava, com relação ao atendimento dos educandos no ensino médio. O contato indicado foi o Ceja de Itapipoca. A direção do Prece foi àquela cidade e, lá chegando, teve a grata surpresa, ao perceber a sensibilidade e o interesse do diretor, Sr. Pedro Jaime, ao contemplar as reivindicações apresentadas pela entidade. Sem maiores dificuldades, formalizou-se a parceria que mudaria a história do atendimento educacional de jovens e adultos em que atuava o Prece.

A partir de meados de 2000, o Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA - Pe. Luiz Gonzaga Xavier de Lima, em Itapipoca/Ce, passou a realizar todas as atividades e as avaliações do ensino supletivo na sede do

próprio Prece, em Cipó. Isso representou a diminuição dos custos para os educandos, que, a partir de então, passaram a realizar as avaliações na própria comunidade, o que representou a oportunidade de muitos estudantes participarem dessa modalidade de ensino e de concluírem a educação básica.

Inicialmente, o CEJA promovia o acompanhamento e a aplicação das avaliações, enviando, sistematicamente a cada vinte e um dias, dois professores à comunidade de Cipó. Após seis meses de atividades, a equipe do Prece, formada por estudantes universitários, assumiu tanto as atividades de acompanhamento quanto a de aplicação das avaliações, apresentando ao CEJA, mensalmente, relatórios dos trabalhos realizados.

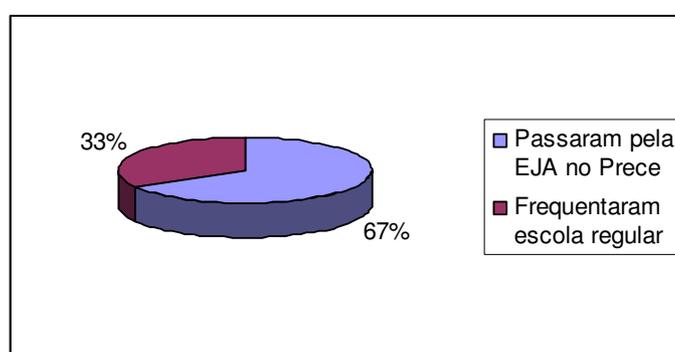
Esta parceria entre o Prece e o CEJA de Itapipoca significou um grande avanço no atendimento ao estudante na própria comunidade. Para se ter uma idéia da importância desse novo momento para os estudantes das comunidades e para o próprio Prece, basta verificar que, até o início do ano 2000, apenas 15 educandos precisistas estavam matriculados no ensino médio. Após a parceria, esse número cresceu para mais de 70 estudantes, ou seja, houve maior democratização de acesso ao ensino básico, em razão da significativa diminuição dos custos financeiros que dificultavam a seqüência dos estudos de muitos educandos. Ademais, a atuação do Prece foi revigorada, pelo fato de seu trabalho educativo atender a um número maior de pessoas e de comunidades. A instituição tornou-se mais “forte”, em razão do maior alcance de atendimento aos estudantes que a ela recorria.

O Prece atende a quatro núcleos do supletivo nas comunidades de Cipó, Canafístula, Boa Vista e Muquenzinho, possibilitando a jovens e a adultos o acesso aos ensinos fundamental e médio em suas próprias comunidades, contribuindo, consideravelmente, para o desenvolvimento educacional tanto dessas comunidades quanto do Município como um todo.

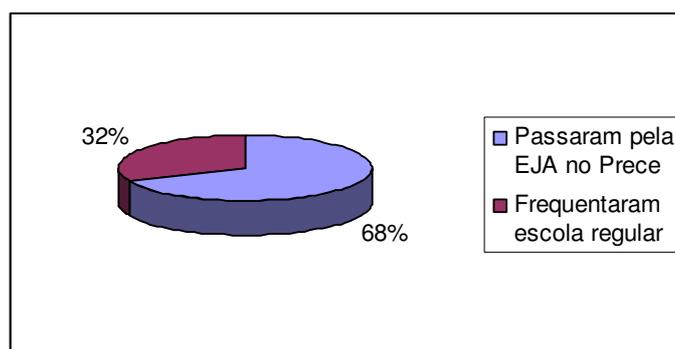
Muitos dos estudantes que hoje são universitários passaram pela modalidade do curso supletivo no Prece. Todos os estudantes fundadores da entidade, por exemplo, passaram por essa modalidade de ensino,

evidenciando que aquela teve considerável importância ao viabilizar a continuidade dos estudos de jovens e de adultos moradores da zona rural. Mesmo com as limitações que os cursos supletivos apresentam, convém ressaltar que ele foi estratégico para a continuidade dos estudos de muitos jovens e adultos, sem que esses tivessem que se ausentar de suas comunidades. Para visualizar a importância do curso supletivo na trajetória de estudantes das comunidades de Canafístula e Cipó, vejamos os seguintes gráficos:

#### Universitários de Canafístula



#### Universitários de Cipó



Como se observa pelos gráficos, quase 70% dos estudantes que chegaram à universidade dessas duas comunidades passaram pela modalidade do ensino supletivo, evidenciando o significado que essa modalidade de ensino representou para as aspirações educacionais dos jovens e adultos dessas comunidades.

Em razão da escolarização básica dos educandos do Prece ter ocorrido, em sua maioria, por intermédio do curso supletivo, convém que se apresente, de modo mais detalhado, como se desenvolveu essa modalidade de ensino na entidade, quais as conquistas, as dificuldades e os desafios que perpassaram essa experiência.

### 3.6 A trajetória do ensino supletivo no Prece

Observo que, devido às atenções prioritárias do Prece estarem voltadas para o pré-vestibular, o supletivo ficou ofuscado e, de certo modo, condicionado pelo ritmo ditado pelos estudos preparatórios para o vestibular. Com isso, as dificuldades com relação ao espaço físico e à estrutura (cadeiras, material didático, mesas etc.) foram maiores, ensejando várias reivindicações por parte daqueles que se dedicavam ao trabalho com a educação básica no Prece. É como se as atividades desenvolvidas pelo supletivo ficassem em segundo plano. Nas reuniões da entidade, por várias vezes esse assunto foi abordado, mas o professor Manoel Andrade, presidente do Prece, não concordava com o argumento de que havia certa “discriminação” com o supletivo, na instituição; acreditava que o supletivo tinha o espaço merecido, que era considerado uma atividade muito importante para o Prece.

Mas, na prática, o supletivo, até bem pouco tempo, não tinha recursos definidos, o que limitava a aquisição de materiais e a diversificação das atividades que poderiam enriquecer os processos educativos.

Visando melhorar a formação daqueles que participavam do supletivo, investia-se mais tempo em atividades paralelas aos estudos dos módulos. Essas atividades eram reuniões mensais, das quais participavam discentes e docentes (universitários do Prece) que discutiam os avanços e as dificuldades enfrentadas nos estudos em cada disciplina e sugestões para melhorar o atendimento aos educandos; além de abordar temas relacionados à vida local, tais como produção agrícola, movimentos associativos e compreensão da política enquanto atividade que envolve toda a sociedade; portanto, não restrita apenas aos momentos de eleições e ao exercício de mandatos

públicos. Também eram abordados temas de abrangência geral, buscando sempre atualizar o grupo e fazer uma leitura crítica dos acontecimentos, buscando compreender a sociedade, sua forma de funcionamento e a estruturação desta, com a perspectiva de transformá-la, inspirados em estudos de Paulo Freire, especialmente.

Tais atividades aproximavam os estudantes do seu contexto, facilitando a leitura e a compreensão da realidade mais próxima e imediata, ao mesmo tempo em que os levava a uma reflexão mais geral, acerca dos diversos aspectos: sociais, políticos, culturais e econômicos, indispensáveis na perspectiva da formação emancipadora, fundamentada nos princípios da Educação Popular (Freire, 1987).

Portanto, esses momentos que proporcionavam aos educandos e aos educadores uma reflexão sobre o mundo, sobre as condições sócio-ambientais, e os desafios que se apresentavam diante de um sistema social pautado pelas injustiças e pelas desigualdades de diferentes ordens sinalizavam para a formação transformadora, crítica e criativa empreendida junto aos sujeitos participantes da práxis pedagógica do curso supletivo na instituição. Promover uma educação questionadora e politizadora são requisitos indispensáveis de uma prática educativa cuja intencionalidade seja formar sujeitos com capacidade de intervir criticamente no curso da realidade.

Nos estudos preparatórios para o vestibular, paulatinamente as ações foram se concentrando, fundamentalmente, na apreensão dos conhecimentos exigidos nas provas dos vestibulares. Tal concentração pode implicar em sérias limitações à formação humana crítico-transformadora. Mesmo com o esforço de uma prática educativa alternativa, a dimensão política da educação, muitas vezes, não era trabalhada satisfatoriamente, comprometendo a formação de uma “consciência” capaz de modificar, de transformar os valores e as práticas enraizadas, historicamente calcadas na opressão clientelística, a qual muda, constantemente, de forma e de estratégia, para se manter estável. E o desafio da educação popular remete-se à apropriação de uma “consciência” entre os sujeitos participantes, capaz

de transformar e não apenas de conviver com a realidade opressora (Freire, 1987, 1996).

A equipe de coordenação do supletivo no Prece também desenvolveu uma programação no calendário anual, denominado dia de esporte e lazer. Trata-se de um dia festivo, no qual os estudantes das diferentes comunidades reúnem-se na comunidade de Cipó, onde participam de vários jogos em diferentes modalidades esportivas, movimentando a comunidade e, atraindo, inclusive, os estudantes do pré-vestibular a participar do evento. Assim, foram introduzidos na programação do supletivo momentos de valorização da cultura local, resgatando, inclusive, músicas e poesias que retratavam a cultura nordestina, os valores, as crenças e as peculiaridades quase esquecidas, devido à forte influência exercida pela grande mídia; sobretudo a televisiva, no cotidiano das pessoas, atingindo, principalmente, os mais jovens.

Considero importante registrar que, desde a parceria realizada com o CEJA de Itapipoca, muitos educandos optaram por cursar o ensino médio no Prece, através do supletivo, mesmo com a oferta do transporte escolar para transportar os educandos para a sede dos Municípios. Segundo esses estudantes, que preferiam cursar o ensino médio no Prece, lá eles aprendiam mais, além de não desperdiçar tempo nas longas e demoradas viagens; sobretudo no período de inverno. Também justificavam essa escolha em razão da atenção que recebiam da instituição, com relação à orientação nos estudos, o que lhes proporcionava maior motivação.

## CAPÍTULO IV

### 4. A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO PRECE

O sucesso educativo obtido pelo Prece com o ingresso de estudantes na UFC ampliou significativamente o número de educandos participando de suas ações e, conseqüentemente, a instituição viu aumentar a necessidade de sistematização metodológica. Essa preocupação deu-se em razão do Prece desejar manter um processo de aprendizagem que assegurasse a participação efetiva de cada estudante na apreensão dos conhecimentos, assim como ocorrera com os educandos do grupo de estudos que iniciara em 1994.

A partir daquela experiência de estudo em grupo, foi sistematizada, pelo Prece, a metodologia que se convencionou chamar de “educação em células”, denominação sugerida pelo professor Manoel Andrade. Essa prática metodológica constitui-se em um processo de estudos em que estudantes colaboram entre si, aproveitando a experiência dos precistas fundadores da entidade que inauguraram essa inovação metodológica, semelhante aos círculos de estudos propostos por Paulo Freire. Essas células são compostas de, mais ou menos, cinco a sete estudantes, contando com a participação de um monitor, sendo este o responsável pelo acompanhamento e pela orientação das atividades de estudos no grupo (Rodrigues, 2006, p. 72,73).

Com o passar do tempo, tal prática foi se aperfeiçoando em metodologia que tem como princípio fundamental o respeito ao estágio de conhecimento e de desenvolvimento de cada educando. Para tornar possível o atendimento aos educandos, respeitando-se as diferenças dos níveis de conhecimento que apresentavam, bem como as diferenças no ritmo de apreensão dos conteúdos, surgiram três categorias de células: monitores, estudantes veteranos e estudantes novatos. Os



Estudo em Célula

monitores são alunos que assumem a orientação junto às células educacionais em alguma disciplina. Geralmente, atuam orientando grupos de estudos e, após esse momento, reúnem-se para o estudo dos conteúdos, com vistas à realização do vestibular. As células formadas por veteranos são aquelas cujos membros já participam do Prece há, pelo menos, um ano; e células de novatos são compostas pelos educandos que ingressam na instituição a cada ano. Com isso, busca-se adequar a formação das células ao nível de conhecimento apresentado pelos estudantes. Para tanto, é realizada uma avaliação diagnóstica e, após análise do desempenho dos educandos, é que são formadas as células.

Nesse sistema de estudos desenvolvido pelo Prece existem, como já mencionado, três categorias de células: veteranos, iniciantes e monitores. As duas primeiras possuem estruturas semelhantes, varia apenas o nível de conhecimentos de seus participantes. As células formadas pelos estudantes considerados veteranos abordam conteúdos mais complexos, haja vista que já acumularam conhecimentos e experiências no estudo em célula em anos anteriores. Já os iniciantes partem da revisão do ensino fundamental, momento em que apreenderão os conceitos básicos de cada disciplina para, em seguida, partir para o estudo de conhecimentos mais aprofundados. Na célula formada pelos monitores não há um mediador específico; há, porém, um revezamento entre eles para proceder ao registro dos assuntos estudados, dias e horários de estudos e frequência dos membros da célula. Tais informações são repassadas à Coordenação Pedagógica do Prece que, assim, acompanha a atuação da célula.

Sobre a metodologia de estudo utilizada pelo Prece, eis o depoimento a seguir:

A grande diferença é a valorização do conhecimento que cada um tem, porque tem pessoas que desenvolvem o aprendizado mais rápido, outros mais lentos, eu considero o meu mais lento. Então eu tive essa valorização, onde eu ficava com pessoas que tinham as mesmas dificuldades que eu. Na escola pública não, todo mundo é taxado como um nível só, você acompanha se você puder, se você tiver capacidade. Se você não tiver vai acabar ficando para o lado. E aqui no Prece não, a gente acaba formando os grupos de acordo com o nosso nível de aprendizagem e isso é muito importante para

cada pessoa né. (Nonata, graduanda em Pedagogia/UFC, Cipó, 2006).

Como pode se observar pela fala da estudante, o respeito ao nível de cognição do educando e o reconhecimento de que esse possui conhecimentos são fatores fundamentais para que ele se sinta estimulado a prosseguir aprendendo e para que se sinta valorizado no processo de apreensão do conhecimento. Na prática, trata-se de partir de conhecimentos que o aluno já possui para, só depois, gradativamente, ir adquirindo novos conhecimentos, como observa Paulo Freire, quando afirma que a leitura do mundo precede a leitura da escrita ou, ainda, há conhecimentos e não o conhecimento simplesmente conteudista (Freire, p. 30, 1996).

O processo de aquisição desses conhecimentos é mediado pelo diálogo, na célula, favorecendo a uma estreita relação com os aspectos da motivação e da auto-estima dos educandos. Quando o estudante descobre que estudando através da metodologia das células educacionais consegue apreender e gerar conhecimentos, simultaneamente eleva-se seu potencial de aprender com autonomia, compreendo que a metodologia do estudo em células não diminui, de modo algum, a importância da atuação do educador, no caso da aplicação desse modelo para a escola convencional. Com essa metodologia, o docente desempenharia seu verdadeiro papel, qual seja: fomentar o aprendizado do educando, instigando, como diz Paulo Freire, sua curiosidade, seu desejo de aprender. A curiosidade é fundamental para que se aprenda algo (Freire, p. 84-90, 1996).

Assim, a formação de uma célula de estudos deve respeitar, como dito anteriormente, o nível de conhecimento do estudante, o que implica partir da realidade por ele conhecida, sem a preocupação com a quantidade de conteúdos abordados. O importante é a qualidade; é como se aprende e não a quantidade de conteúdos necessariamente vistos. É necessário, também, conforme já assinalado, que o estudante passe a refletir sobre o que ele está aprendendo, sobre sua realidade, sobre o mundo, como sujeito histórico e protagonista da aprendizagem. Por sinal, essa é condição *sine qua non* para que o processo educativo seja efetivamente transformador. Paulo Freire

demonstra sua preocupação com uma educação que contemple não apenas conteúdos curriculares, mas que tais conteúdos sejam associados às experiências e às realidades dos educandos; sobretudo daqueles advindos das classes populares, quando questiona:

“Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduo?” (Freire, p. 30, 1996)

A dimensão do respeito e a valorização dos saberes que o educando traz consigo é fundamental ao processo educativo cuja preocupação centra-se na formação humana transformadora. É nesse ponto que o Prece deve direcionar sua atuação; caso contrário, a formação dos educandos perderá o conteúdo politizante, qual seja: a capacidade de ação crítico-transformadora.

O estudo em células estabelece-se como uma relação de troca, de compartilhamento de saberes e de experiências; por isso, é um ambiente propício não apenas para o estudo dos conteúdos curriculares, mas também para a discussão de temas provenientes da realidade concreta dos educandos. Assim, aprendem os conteúdos ao mesmo tempo em que adquirem uma visão crítica sobre o seu contexto.

A proposta da educação em células desenvolvida pelo Prece é fortalecida pelo compromisso e pela responsabilidade que cada membro assume perante seus pares, na célula. O envolvimento de cada pessoa é o oxigênio que a célula precisa para estar sempre fortalecida, haja vista que esta é um espaço caracterizado pela horizontalidade, pelo diálogo constante face aos desafios de aprendizagem que o grupo tem diante de si. Sobre a experiência de estudo em células, assim se expressa um participante:

A metodologia do estudo em célula foi uma coisa que deu certo. Você está ali, cooperando com os seus colegas na célula. Então se você não sabe de um assunto, mas o colega já sabe um pouco mais e ele pode lhe ensinar, se eu já sei um pouquinho mais de matemática, outro pode saber mais de

Biologia. Então é essa boa vontade de ajudar o companheiro naquilo que ele não sabe. Isso é muito gratificante, você se sente muito importante de estar podendo colaborar com o seu colega. Essa metodologia é uma coisa que sempre estimula a gente a sempre procurar estudar mais, porque a gente sabe que vai ser procurado por colegas que, às vezes, não dominam certas matérias. Então a gente sempre procura estudar um pouco mais aquilo (matéria/disciplina) que a gente sabe, que a gente domina para que possa passar aos colegas, e isso é muito gratificante. A gente aprende ensinando e aprende também junto com as pessoas, porque a gente, às vezes, acha que sabe tudo, mas, na célula, a gente aprende mais do que ensina. (Genival, graduado em Agronomia/UFC, Canafístula, 2006).

Como já mencionado, a composição de uma célula conta com a participação de cinco ou sete membros, incluindo a participação de um monitor. Assim, uma mesma célula pode ter diferentes monitores, dependendo da área do conhecimento que estejam estudando. Por exemplo, digamos que os componentes A,B,C,D e E de uma célula tenham o monitor N na matéria M, mas nos estudos da matéria X essa célula é acompanhada pelo monitor Y. Cada célula tem, em média, três horas de estudos diários.

O estudo em célula contempla a horizontalidade e estimula a expressão oral dos participantes, possibilitando o constante diálogo entre os seus membros. Esse diálogo não se refere a uma simples troca de palavras, mas, sobretudo, ao sentimento de respeito e de coletividade estabelecido no grupo, em que os pontos de vista apresentados são debatidos e respeitados. Como diz Freire, “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que devemos ou não conceder uns aos outros” (Freire, p. 59, 1996). A metodologia de estudo em células foi algo que motivou os educandos no processo de apreensão dos conhecimentos, haja vista o aprendizado tornar-se mais prazeroso, em razão do estudante encontrar um ambiente onde todos compartilham do mesmo objetivo: aprender uns com os outros, como afirma Helano, estudante do curso de Agronomia na UFC:

É um pouco diferente né, a gente chegou aqui e era um pouco diferente de toda experiência que eu já havia tido antes, que

era estudar e voltar pra casa, que tinha a prova, mas não tinha aquela cobrança, não havia mais um estímulo para gente estudar em casa. No Prece é diferente, o estudo em grupo com outras pessoas, gostei muito, me adaptei bem, gostei das amizades que eu fiz lá, aprendi a gostar de estudar, diferente que eu estudava só pra passar na prova, aí achava que já podia esquecer aquilo. No Prece tinha a perspectiva do vestibular e teria a prova no final do ano. Então, dessa forma, tinha que aprender mesmo para no final do ano estar sabendo né. E assim eu fui aprendendo a estudar e gostar de estudar e adquirir conhecimento não só para as prova, mas, também, para a vida, no estudo em grupo né, naquela brincadeira, estudando, conversando, dialogando, o que eu nunca tinha visto em toda a minha vida escolar. (Helano, graduando em Agronomia/UFC, Canafístula, 2006).

A função do monitor, em cada célula, é estimular a participação e a discussão no grupo, favorecendo a que todos se sintam igualmente importantes, aprendendo, inclusive, com os colegas da célula, numa ação pedagógica onde a interação estabelecida entre os membros no interior da célula reveste-se de fundamental importância para o aprendizado de todos.

Assim, o objetivo da formação das células educacionais é promover maior interação e participação dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, estimulando a reflexão e o debate dos assuntos estudados, bem como da realidade social que os cerca (se não há reflexões mais politizadas nas células e uma leitura crítica do mundo, o processo de formação para emancipação certamente ficará comprometido). No estudo em células também é reservado espaço para que haja um encontro coletivo entre os membros das diferentes células que se encontram no mesmo nível, visando à discussão ampliada sobre os temas estudados e discutidos.

É necessário, porém, considerar que esse modelo de diferentes classificações das células nem sempre é posto em prática em todos os núcleos de atuação do Prece, ou seja, nas EPCs, mas somente naquelas que possuem as diferentes categorias de estudantes que têm disponibilidade para estudar em tempo integral. O processo pedagógico posto em prática pelo Prece apóia-se na relação horizontal entre educandos/educandos e educandos/educadores (Freire, p. 86, 1996); ambos compreendidos como

sujeitos e protagonistas de um processo que se propõe a ir além do aprendizado dos conteúdos, uma vez que aponta para a possibilidade do aprendizado da participação e da compreensão da realidade social, as quais ensejam maior envolvimento dos atores com as questões que dizem respeito à comunidade, ao local, e que sinalizam para o exercício da cidadania.

As atividades de estudos acontecem durante a semana, de segunda a sexta-feira, sob a direção e a organização dos monitores. Aos finais de semana, os estudantes das células de veteranos e de monitores participam das aulas e dos momentos de estudos coordenados pelos universitários e pelos graduados. São momentos de estudos mais específicos na preparação para o vestibular, que, geralmente, ocorre desde a manhã do sábado até o meio dia de domingo. Os estudantes das células formadas pelos iniciantes geralmente não participam das atividades de estudos aos finais de semana.

Como se pode observar pela descrição das atividades, há grande concentração de carga horária nas células de estudos e, se tais momentos se centrarem apenas em estudos conteudistas, estará o Prece cumprindo o papel a que se propõe? Estaria formando sujeitos para a emancipação ou para concorrer na acirrada disputa de vagas na universidade? É necessário que a coordenação do Prece e das EPCs reflitam sobre os pressupostos básicos que orientam as atividades nas células, cuidando para que o enfoque crítico, a discussão e a “leitura do mundo” (Freire, p. 81, 1996) sejam discutidos e valorizados nos momentos de estudos das células.

Compreender a realidade, o contexto social de modo mais amplo, é fundamental para que os participantes do Prece não percebam a instituição apenas como “preparadora” de estudantes de baixa renda para ingressar na universidade. Mesmo sendo tal objetivo justificável em si mesmo – isto é, ingressar na universidade é realmente importante para a parcela da população que, historicamente, não teve acesso a esse nível de ensino -, a meta da entidade é formar para o exercício da cidadania, que contempla, fundamentalmente, uma prática pedagógica comprometida com as discussões a respeito da realidade objetiva e dos desafios que uma sociedade marcada pelas desigualdades socioeconômicas e culturais apresenta.

O trabalho que o Prece desenvolve é, claramente, uma forma de enfrentar as desigualdades educacionais e, mais que isso, uma opção de, através da educação, fazer frente aos desafios de romper com as amarras de um sistema social pautado na desigualdade econômica, na ignorância política e na falta de oportunidade; sobretudo para os segmentos mais pobres da população.

Ao retornarem aos fins de semana às suas origens, graduados e graduandos estabelecem contatos e trocam experiências com seus colegas que ainda se preparam para prestar o vestibular, fato que motiva a ambos e que fortalece o vínculo e o compromisso de todos os preceistas com as atividades desenvolvidas. Cada um assume a parte que lhe cabe, para que o grupo alcance seus objetivos.

#### **4.1 O processo de escolha dos monitores**

O processo de escolha dos monitores para cada disciplina ocorre de duas formas: uma delas dá-se mediante o desempenho demonstrado pelos estudantes novatos na avaliação diagnóstica ou sondagem, aplicada pelo Prece entre os estudantes que ingressam na entidade a cada ano. Essa avaliação aborda conhecimentos básicos, ou seja, do ensino fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa, História, Matemática, Ciências e Geografia. Os estudantes que obtêm melhores notas por cada área de conhecimento são, previamente, selecionados como candidatos potenciais à monitoria.

Após divulgação dos nomes dos estudantes indicados para monitores, faz-se uma reunião com todos eles, ocasião em que é apresentada a função de monitoria, cabendo a cada estudante indicado aceitá-la ou não.

Há, ainda, aqueles monitores que são escolhidos pelos educadores e pelas educadoras, entre os estudantes que já participam das atividades de estudos no Prece e que, portanto, já têm determinados conhecimentos na disciplina(s) em que atuarão. Esses, não precisam realizar nenhuma avaliação para serem apontados como possíveis monitores.

O monitor selecionado participa do curso de formação promovido pelo Prece, no qual estuda a metodologia, a visão pedagógica e o aprofundamento dos conhecimentos na(s) disciplina(s) em que atuará. Esse curso é fundamental, principalmente, para aqueles que estão chegando à entidade, pois têm a oportunidade de conhecer a proposta pedagógica e metodológica utilizada pela entidade. O curso de formação de monitores tem uma carga horária média de 40h/a.

Com relação aos conteúdos das disciplinas na(s) qual(is) os estudantes exercem monitoria, deve-se dizer que eles participam de um encontro semanal com os educadores, que, no caso, são os universitários ou os graduados do Prece. Esses encontros são os momentos em que os estudantes aprofundam o conhecimento sobre a matéria ou a disciplina na qual exercem a monitoria. É importante que, no acompanhamento da célula de estudo, o monitor já tenha discutido aquele conteúdo com o professor que coordena aquela disciplina. Assim, ele estará mais seguro para contribuir com o aprendizado do grupo.

A metodologia aqui exposta revela que, no Prece, o ensino e a gestão pedagógica são protagonizados pelos recursos humanos produzidos no próprio processo, representando uma conquista significativa do ponto de vista do desenvolvimento educativo nas comunidades. Contudo, deve-se observar que, na perspectiva da Educação Popular, os fundamentos norteadores da práxis educativa caracterizam-se pela prática questionadora, que tem o compromisso de aprofundar os debates e a reflexão sobre os diferentes aspectos que envolvem a vida em sociedade. Assim, os sujeitos envolvidos nas práticas pedagógicas do Prece precisam conhecer e compreender os fundamentos que embasam uma prática educativa progressista e emancipadora.

É fundamental aos precistas compreender o papel da educação, da participação da sociedade civil e de sua interação com o estado, no sentido de não confundir os papéis que ambos devem desempenhar, a fim de que a ação da sociedade civil organizada não se torne legitimadora da política neoliberal, a qual propõe o “estado mínimo”, ensejando a substituição da

ação estatal mediante a atuação do mercado e da própria sociedade civil; sobretudo no que se refere à oferta de serviços relacionados aos direitos sociais (Nogueira, 2004; Gohn, 2005).

O monitor atua voluntariamente; no entanto, ao desempenhar tal função, conforme expressam os próprios monitores, adquirem conhecimentos e experiências que contribuem sobremaneira para o seu desenvolvimento social e intelectual. Ao ter que acompanhar o desempenho de aprendizagem dos educandos nas células, o monitor retém, com mais eficácia, os assuntos estudados. Tal experiência tem apontado que, entre os precistas que participam do vestibular e que conseguem aprovação, o candidato que exerceu monitoria, geralmente, está entre os estudantes que conseguem ingressar na universidade.

## **CAPÍTULO V**

### **5.0 DA CASA DE FARINHA À UNIVERSIDADE**

Em 1996, a entidade comemora a primeira aprovação de um de seus fundadores no vestibular da UFC. Os resultados do grupo de estudo da casa de farinha começam a aparecer. Fui o primeiro estudante do Prece a prestar vestibular. Foi um momento de grande expectativa para o grupo, pois aquela seria a primeira experiência que poderia credenciar ou não aquele trabalho de estudos na casa de farinha. O resultado foi legitimador. Fui aprovado para o curso de Pedagogia e em primeiro lugar entre os candidatos que disputavam o ingresso no curso. Tal fato foi surpreendente e despertou a atenção dos participantes do Prece, pois o tempo de preparação fora de somente um ano e meio. O êxito dos estudos no Prece impulsionou as expectativas dos outros estudantes, que passaram a perceber, mais concretamente, que ingressar na universidade era uma realidade plenamente possível.

Para o Prece, minha aprovação no vestibular foi um momento de vitória coletiva, um momento de afirmação do grupo, de fortalecimento do ideal de que, através dos estudos na casa de farinha, poderíamos chegar à universidade sim, e romper com a tradição de conformismo e de aceitação de uma realidade que não oferecia novos horizontes e perspectivas aos moradores do campo. Era o início de uma mudança que, aos poucos, foi se processando nas comunidades rurais, isto é, a busca e a valorização da educação como instrumento de libertação (Freire, 1987).

Para divulgar essa conquista, o Prece realizou um evento comemorativo que contou com a participação de lideranças comunitárias, professores, estudantes, pais e mães de diversas comunidades. Surpresos com a aprovação de um estudante no vestibular da UFC que se preparara na casa de farinha, as atenções dos vários segmentos das comunidades começaram a convergir para o Prece. As perspectivas e os anseios de jovens e adultos de acesso ao ensino universitário estimularam outras pessoas a participarem dos estudos na casa de farinha.

Como era desejo do grupo e, portanto, da entidade, ao ingressar no ensino universitário continuei engajado nas atividades educativas na comunidade de Cipó, tornando prática o ideal da instituição. O ideal do Prece era promover o retorno às comunidades dos aprovados na universidade, possibilitando, assim, o fortalecimento de uma rede colaborativa em prol da educação, ampliando as possibilidades de outros estudantes também chegarem à universidade. Para que eu pudesse retornar, o Prece oferecia condições de transporte e de alimentação, o que ocorre até hoje com todos os universitários ou graduados envolvidos com as atividades no Prece.

Além desse apoio logístico que a instituição proporciona, também se constitui de grande importância para esse retorno o vínculo estabelecido durante o tempo de estudo com o grupo, a trajetória de convivência e o compromisso estabelecido da mútua ajuda e, ainda, a possibilidade de estar em constante contato com os familiares. O vínculo com o grupo se fortalece na medida em que as dificuldades e as lutas enfrentadas pelos participantes são compartilhadas e, processualmente, superadas ou minimizadas, situações que envolvem uma carga emocional muito forte e que proporcionam o sentimento de pertencimento, de vínculo entre os participantes da entidade.

Em sua maioria<sup>19</sup>, os preceistas envolvem-se de modo intensivo com as atividades desenvolvidas pela instituição em suas comunidades. Mesmo em Fortaleza, a vida desses estudantes não se afasta da preocupação com suas raízes, pois participam, semanalmente, de reuniões, por vezes várias reuniões na mesma semana, para discutir os problemas que enfrentam e buscar alternativas para solução desses. É uma rotina, sem dúvida, cansativa, pois aos finais de semana o trabalho continua, comprometendo, inclusive, o tempo de descanso. Porém, essa rotina garante ao Prece as condições para manutenção e expansão de seu trabalho.

---

<sup>19</sup> Luz, (2006) constatou que, entre os estudantes que se prepararam na instituição e chegaram à universidade, 87% deles estão envolvidos com alguma atividade na instituição. Tal percentual aponta que há, de fato, um forte compromisso desses estudantes em retornarem para contribuir com a continuidade das ações do Prece. Cada estudante procura colaborar com as atividades da instituição em sua própria comunidade de origem, daí a criação de várias EPCs.

Retornando, sistematicamente, ao município de Pentecoste, aos finais de semana, atuei como professor e como coordenador da disciplina de História, até o ano de 2004, em Cipó. Colaborei, em 2003, com as atividades do núcleo de Pentecoste, na mesma disciplina, e, no mesmo ano, coordenei o início de um novo núcleo do Prece no bairro Pirambu, em Fortaleza. De 2001 a 2004 exerci a função de coordenador da Educação de Jovens e Adultos no Prece - curso supletivo -, período em que foram implantadas inovações, como: incorporação de obras literárias para leituras, resumo e fichamento de tais leituras, produção de redação semanal (proposta que existia desde o início dos processos educativos no Prece), criação do dia de esportes etc. A partir de 2005, devido a outras atividades em que me envolvi fora do Prece, só me encontrava com os estudantes nas vésperas do vestibular (com exceção do núcleo do Pirambu, onde exerço a função de coordenador), ministrando aulas de História para aqueles que logravam classificação para a segunda fase do exame.

A aprovações de seus estudantes no vestibular da UFC, motivou, a cada ano, novos estudantes a procurar o Prece, alimentados pelo desejo de chegar ao ensino universitário, vitrine que atraia os estudantes. Para melhor visualização das aprovações do Prece no vestibular e acerca da situação atual em que se encontram os precistas, vejamos a tabela a seguir.

ANO	Aprovados nos vestibulares	SEXO		Cursando	SITUAÇÃO ESTUDANTIL			Concur sado	UNIVERSIDADE		
		M	F	Faculdade	Graduado	Mestrando	Doutorando		UFC	PRO UNI	OUT RAS
1996	01	01	-	-	01	01	-	01	01	-	-
1997	01	01	-	-	01	-	-	-	01	-	-
1998	02	02	-	-	02	-	01	01	02	-	-
1999	02	01	01	-	02	-	-	-	02	-	-
2000	03	01	02	01	03	-	-	-	02	-	01
2001	02	01	01	01	01	-	-	-	02	-	-
2002	06	03	03	03	03	01	-	-	06	-	-
2003	05	04	01	04	01	01	-	-	05	-	-
2004	20	08	12	20	-	-	-	-	20	-	-
2005	28	16	12	28	-	-	-	-	27	-	01
2006	26	14	12	26	-	-	-	-	21	05	-
2007	46	20	26	46	-	-	-	-	43	03	-
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>	<b>72</b>	<b>70</b>	<b>129</b>	<b>14</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>132</b>	<b>08</b>	<b>02</b>

Como se observa, a cada ano o Prece vem aprovando estudantes nos vestibulares, dos quais mais de 90% ingressaram na UFC. O número de aprovados no vestibular de 2007 atingiu praticamente o dobro da quantidade de aprovados no ano anterior. Isso se explica em virtude do aumento de candidatos impulsionado pela expansão da atuação do Prece.

Observa-se, ainda, que a quantidade de mulheres que logram aprovações nos vestibulares é equivalente à quantidade de homens aprovados. Porém, registrou-se um crescimento no número de aprovação destas no último vestibular cuja quantidade de aprovações foi superior a do universo masculino aprovado.

### 5.1 A repercussão do trabalho do Prece

Aos poucos, a notícia de que, através dos estudos no Prece, muitas pessoas estavam chegando à universidade foi se espalhando e, de repente, a comunidade de Cipó viu-se asfixiada com tantos estudantes que para lá afluíam aos finais de semana, buscando conhecimentos que os habilitassem a ingressar no ensino universitário. Em 2002, um grupo composto por mais de cinquenta estudantes deslocava-se, aos finais de semana, da cidade de Pentecoste para estudar em Cipó, enfrentando as dificuldades de locomoção, de acomodação e de alimentação, tendo em vista a estrutura física precária disponível na antiga casa de fazer farinha, embora esta já tivesse passado por uma reforma, possibilitando a acomodação de um número maior de pessoas, se comparado com a estrutura existente em 1994.

Foi um ano agitado, pois, além dos estudantes das comunidades rurais que já participavam do Prece, via-se agora uma nova demanda: estudantes deslocando-se da cidade para estudar no campo. No início, houve dificuldades de adequação desses estudantes em relação à metodologia utilizada pelo Prece, que privilegia o estudo em grupo, exigindo do educando maior participação nos estudos. Diante desse desafio, o que se verificou foi um rico aprendizado não só do ponto de vista dos conteúdos, mas, sobretudo, no que diz respeito à interação e à convivência com idéias e práticas plurais, que possibilitaram maior amadurecimento das lideranças precisistas.

Em razão das precárias instalações físicas, muitas células de estudo tiveram que se acomodar embaixo das árvores (Algarobas e Juazeiros), ambiente estranho, no primeiro momento, para os estudantes que vinham da cidade mas que, porém, logo se adaptaram ao novo estilo de sala de aula.

A turma de estudantes da cidade aos poucos foi assimilando a metodologia e resistindo às dificuldades que enfrentavam, quanto ao meio de transporte, pois vinham em



Estudo em células à sombra do Juazeiro

caminhão (pau-de-arara), saindo às sextas-feiras, à tarde, e retornando às segundas-feiras, às quatro horas da manhã. Era perceptível a mudança de valores e de perspectivas que aqueles jovens apresentavam após algum tempo de participação nas atividades de estudo no Prece. Aprenderam, dentre outras coisas, a ter maior responsabilidade com o estudo e com a aprendizagem, a valorizar os encontros nas células, a dialogar e a exercer a solidariedade. Em conversas informais, alguns educandos afirmavam que vieram estudar somente por influência de alguns colegas que também vieram, mas que não pensavam em mudar e em compreender melhor o mundo através da educação.

Exemplo dessa responsabilidade e dessa solidariedade pode ser aludida na forma de preocupação que passaram a ter uns com os outros. Sempre que alguém parecia desestimulado, havia sempre pessoas dispostas a conversar, a incentivar e a ajudar no que fosse possível.

Uma situação que evidenciou o envolvimento e a solidariedade que o grupo vindo da cidade de Pentecoste desenvolveu ocorreu quando um componente do grupo iria desistir, em razão da sua família não poder arcar com as despesas de alimentação nos finais de semana em Cipó. Ao tomarem conhecimento dessa dificuldade, os estudantes de Pentecoste se reuniram e organizaram uma contribuição mensal, de modo que cada um colaborou com um pouco para que a cada mês fosse arrecadado o suficiente para cobrir as despesas com a alimentação dessa pessoa. Esse gesto possibilitou que ela continuasse estudando até o final do ano e, posteriormente, esta prestou relevantes serviços, quando da criação do núcleo do Prece na cidade de Pentecoste. Hoje ela está na universidade.

Após a experiência de receber estudantes da cidade de Pentecoste na comunidade de Cipó, a direção do Prece percebeu que a instituição não dispunha de estrutura suficiente para recepcionar tantos estudantes e, enquanto a instituição chegava a essa conclusão, o número de pessoas da cidade, dispostas a estudar na casa de farinha no ano seguinte, era cada vez maior, principalmente pela divulgação dos resultados educacionais

obtidos no Prece, através daqueles estudantes que haviam participado das atividades educativas em Cipó.

Em razão da procura desse grande contingente de estudantes e diante das instalações físicas insuficientes para recebê-los na comunidade de Cipó, foi necessário expandir a atuação da instituição para a cidade de Pentecoste.

## **5.2 A necessidade de expansão**

Foi no ano de 2003 que ocorreram as primeiras experiências de multiplicação das atividades do Prece, expandindo-se para a cidade de Pentecoste e para o bairro do Pirambu, em Fortaleza, pelas razões acima expostas.

A demanda de estudantes da cidade, em 2003, era maior que a registrada em 2002, tornando-se impossível acomodá-los nas pequenas instalações que o Prece dispunha. A insuficiência nas instalações físicas despertou as lideranças do Prece, juntamente com os estudantes da cidade de Pentecoste, a enfrentarem o desafio de expansão do Prece, originando, assim, a criação do primeiro núcleo da entidade (EPC), nesta cidade.

Para que tal iniciativa lograsse êxito, foi necessário forte envolvimento daqueles estudantes que haviam participado da experiência de estudos na casa de fazer farinha. Esses indicavam que haviam aprendido mais que conteúdos: aprenderam a lutar por seus ideais, a se organizar e a valorizar o processo educativo. Participaram de mobilização dos estudantes novatos, para apresentação da proposta educacional do Prece, articularam contatos com instituições, para garantir o local de reunião entre as lideranças do Prece e os estudantes, e participaram como monitores, orientando os estudos junto às células que foram formadas.

A partir do trabalho em Pentecoste surgiram muitas lideranças estudantis empenhadas em lutar pela continuidade dos estudos preparatórios para o vestibular na cidade. Atualmente, todo o trabalho que a entidade realiza, na sede do Município, é liderado pelos estudantes oriundos

dessa experiência, ou seja, são recursos humanos formados pelo próprio núcleo, o que representa sustentabilidade do ponto de vista do acompanhamento do estudo em células, bem como das aulas ministradas aos educandos que se preparam para chegar à universidade.

Quanto ao núcleo do bairro Pirambu, em Fortaleza, este nasceu através da disciplina de Didática, por mim ministrada no Seminário Teológico de Fortaleza, no Curso de Teologia, junto à turma de Licenciatura. Ao falar da experiência de estudos desenvolvida em Cipó, um estudante (pastor Leonardo) mostrou-se interessado em desenvolver tal atividade no bairro. Para tanto, disponibilizou as instalações da Igreja Presbiteriana Independente para realização das atividades de estudo. Para conhecer de perto a experiência de estudos em desenvolvimento no Cipó, os estudantes seminaristas realizaram uma visita à comunidade, razão pela qual o pastor Leonardo empenhou-se cada vez mais para que criássemos o núcleo do Prece no Pirambu.

Para levar a cabo esse desafio, foram realizadas várias reuniões com moradores do bairro, visando apresentar a proposta de trabalho e, ao mesmo tempo, levantar a demanda por educação na comunidade para, em seguida, iniciar as atividades de estudo. As reuniões aconteceram no prédio da Igreja Presbiteriana Independente. Inicialmente, esses encontros mobilizavam muita gente, pois, devido às experiências de atividades de cunho assistencialista, as pessoas vinham às reuniões, imaginando que haveria distribuição de alimentos ou coisas similares, conforme informaram alguns moradores. Aos poucos, ficaram aqueles que assimilaram a proposta e que se dispuseram a investir na própria educação, como alternativa de enfrentar as muitas dificuldades que a vida cotidiana na periferia apresenta.

Nas reuniões e, posteriormente, na formação do grupo de estudo, foi importante a participação da estudante de Química da UFC, Angelina Luz, oriunda do Prece. Sua experiência de trabalho com a metodologia desenvolvida pela entidade contribuiu para a sedimentação do núcleo. Posteriormente, outros voluntários incorporaram-se ao núcleo e

desempenharam importante papel na consolidação do projeto denominado Pirambu-Cidadania, hoje com registro na Pró-Reitoria de Extensão da UFC.

Esses voluntários foram selecionados entre universitários residentes em Fortaleza, tendo como principal critério o interesse que eles demonstravam em trabalhar com a educação em contextos sociais desafiadores. O Pirambu-Cidadania é hoje uma experiência exitosa de trabalho educativo gestado em um bairro de periferia, impulsionando novos horizontes e oportunidades aos jovens não apenas pela oportunidade que têm de chegar à universidade, mas por proporcionar o envolvimento dos estudantes, dos pais e de outras organizações com as reflexões acerca das dificuldades, dos potenciais e dos desafios presentes no bairro, objetivando a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Nos anos seguintes, 2004 a 2006, foram criados novos núcleos, impulsionados pelas demandas advindas das comunidades. Tal expansão deu-se em razão de dois fatores primordiais: primeiro, havia no Prece abundância de recursos humanos, ou seja, muitos universitários e alguns graduados com disposição para contribuir com as atividades da instituição; segundo, como esses recursos humanos eram originários dessas comunidades, tais núcleos seriam geridos por essas pessoas. Com isso, o Prece passou a atender a muito mais estudantes, além de garantir oportunidade de atuação para a manutenção do vínculo dos universitários com suas comunidades.

A criação de núcleos do Prece em diferentes comunidades propiciou tanto aos universitários quanto aos estudantes locais o aprendizado da organização, do debate e de gestão. Com altos e baixos, no que se refere ao funcionamento de cada núcleo, tal iniciativa oportuniza aos jovens a experimentação de novas práticas, inserindo-os como protagonistas no processo de participação e de organização, no âmbito da sociedade civil (Nogueira, 2004); (Gohn, 2005). Hoje, o Prece conta com os seguintes núcleos de atuação: Boa vista, Providência, Assentamento Barra do Leme, Ombreira e Sede, em Pentecoste; Canafístula e Sede, em Apuiarés; sede do município de Paramoti e nos bairros Pirambu e Benfica, em Fortaleza.

Atualmente, em torno de setecentos estudantes freqüentam os diferentes núcleos do Prece. Esses núcleos, em número de dez, são denominados de “Escolas Populares Cooperativas” – EPCs -, as quais possuem coordenações próprias, independentes, autônomas. Mesmo com autonomia de atuação, as EPCs mantêm o vínculo tanto com o Instituto Coração de Estudante, bem como entre elas, através de uma organização interna denominada “conselho das EPCs”.

Tal espaço destina-se aos debates e às discussões de temas pertinentes à organização das EPCs, às dificuldades e aos desafios que enfrentam. Também são discutidas as formalizações de parcerias com outras instituições, busca de financiamentos etc. Cada EPC, cada programa e cada projetos desenvolvido pelo Instituto elege dois representantes para participar desse conselho, cujo calendário de reuniões é semanal. Esse conselho também se propõe a ser uma espaço decisório dentro do Instituto, ou seja, todas as decisões a serem tomadas pela instituição devem passar por discussões dentro do mesmo.

Tal dinâmica sinaliza para o importante aprendizado de outras dimensões da vida social, qual seja, o exercício da participação, do debate, da crítica, da livre expressão de pensamentos e de concepções. Com essas características, tal conselho constitui-se em um espaço de formação bastante valioso, no qual os precistas podem adquirir maior maturidade política e clareza, no que concerne ao papel que a instituição deve desempenhar.

Em doze anos de atividades, 142 (cento e quarenta e dois) estudantes oriundos do Prece ingressaram na universidade, dos quais 93% na UFC, fato que representou mudanças e novas perspectivas na vida desses sujeitos e, conseqüentemente, nas comunidades. Em se tratando de processos educacionais efetivados na zona rural, o acesso à universidade é, de fato, uma transformação radical no cotidiano de pessoas simples que, historicamente, não foram contempladas com o acesso à educação e que, desse modo, foram privadas de um bem social de fundamental importância para o desenvolvimento humano.

O retorno dos graduandos e dos graduados às comunidades indica o ponto diferencial na forma de pensar e de agir de precisistas cuja dedicação à causa da educação já demonstra a mudança de mentalidade e a suposição de que uma nova cultura começa a se produzir. Adolescentes, jovens e adultos moradores da zona rural empenham-se nos estudos, buscando ampliar suas perspectivas e construir novos horizontes em relação ao seu futuro na sociedade.

Porém, tal valorização da educação na perspectiva de chegar à universidade precisa da interlocução com a realidade local, de modo que as práticas sociais e as de trabalho presentes nas comunidades também sejam valorizadas. Seria um grande equívoco do Prece não atentar para essa dimensão do trabalho educativo, ou, de outro modo, estaria contribuindo “sofisticadamente” para a continuidade do êxodo rural. Mesmo com a intencionalidade da instituição de que os estudantes graduados retornem às comunidades, para ali trabalharem, tem-se que considerar a problemática das condições de sustentabilidade desses profissionais, o que significa um notável desafio, ainda mais quando a quantidade de profissionais que o Prece consegue formar aumenta a cada ano. Quem absorverá a mão de obra qualificada considerando que os municípios de pequeno porte não apresentam estrutura para incorporá-los aos quadros de servidores?

Retornando aos finais de semana para as comunidades, os universitários têm a oportunidade de se aproximarem dos dilemas e dos desafios ali presentes. O sentimento de preocupação com a comunidade à qual pertence evidencia-se no depoimento de Noberto, atualmente na Presidência da diretoria executiva do Instituto Coração de Estudante:

Eu fico extremamente alegre e muito feliz quando eu vejo aquelas pessoas bem carentes com muita vontade de estudar. Eu fico querendo fazer qualquer coisa para que aquela pessoa estude. Sinto-me também muito alegre quando eu vejo pessoas pensando na comunidade, no grupo. Outra coisa que eu gosto e que não queria perder nunca é o contato direto com as pessoas na comunidade. Para mim, em linhas gerais, é uma família só, não gostaria de perder nunca e também não gostaria de perder também a simplicidade, de conversar, saber quais são os problemas, saber o que está acontecendo. Não

acho nenhuma vantagem a comunidade dizer ah, nós temos uma pessoa formada pela UFC; cadê essa pessoa? Não mora lá, não vive lá, não anda lá. Anda uma vez por ano. Eu acho que a comunidade deveria ter o direito de ter essa pessoa presente. Eu gostaria de dar esse direito à comunidade, certo. Por ser um aluno que terminei o mestrado agora, estou entrando no doutorado e isso não é privilégio, certo. Isso é luta. Então eu acho que a comunidade também precisa saber que isso é luta. (Noberto, doutorando em Química/UFC, Canafístula, 2006).

Porém, considero necessário que haja maior compreensão da complexidade que envolve a vida em sociedade, dos mecanismos e das lógicas que a movem e, conseqüentemente, da reflexão e da ação com base numa práxis transformadora. Uma prática educativa emancipadora requer mais que boa vontade: requer uma sólida formação teórica que, aliada ao compromisso da práxis libertadora, possibilita a construção de vias concretas da emancipação humana (Damasceno, 2005, p 9-37). Portanto, para além do retorno do universitário ou do graduado à comunidade, convém pensar na qualidade desse retorno.

### **5.3 Retornar para colaborar: lema dos precistas**

O trabalho realizado pelo Prece tem sido possível devido ao espírito colaborativo e desprendido demonstrado por aqueles estudantes que, ao ingressarem na universidade, assumem o compromisso de retornar aos finais de semana para acompanhar outros estudantes (Batista, et al, 2006).

É importante ressaltar que esses estudantes não somente colaboram, mas também aprendem bastante, pois têm a oportunidade de praticar o conhecimento teórico apreendido na universidade, enriquecendo, assim, o seu conhecimento.

Acerca da motivação para retornar e colaborar com o grupo, segundo a fala dos entrevistados, há outros fatores relevantes, como o encontro com familiares e amigos que se encontram nas comunidades. Assim, aqueles que ingressam na universidade não se distanciam do seu círculo de amizades e prosseguem, inclusive, participando dos eventos socioculturais

que se realizam nas comunidades, como, por exemplo, festas religiosas, quadrilhas, jogos de futebol etc.

Outro fator que pode atuar como elemento de fortalecimento do espírito colaborativo nos precistas é a influência de valores vindos da religião, através da valorização da idéia do serviço e do servir ao seu semelhante. Por sinal, o estudo da bíblia durante algum tempo constou como uma das matérias do “currículo” do Prece. Esses momentos eram caracterizados pelos debates e pelas discussões sobre episódios e ensinamentos bíblicos, refletidos à luz do contexto, da realidade, das condições sociais das desigualdades e das injustiças.

A comunidade de Cipó tem, na religião, uma de suas características peculiares, pois, enquanto as igrejas presentes nas comunidades no entorno de Cipó são, geralmente, ligadas ao catolicismo, nessa comunidade a igreja protestante é que se estabeleceu como ponto de referência religiosa. Portanto, é possível que os valores cristãos também sejam relevantes no sentido de fortalecer o compromisso solidário de mútua ajuda verificada entre os precistas.

Vejamos o depoimento de alguns estudantes que retornam, sistematicamente, para continuar o trabalho do Prece nas comunidades.

Como a gente é um dos iniciantes do Prece e uma das coisas, por exemplo, que a gente pregou foi a mútua colaboração, a gente cooperar uns com os outros, quem soubesse sempre um pouquinho mais repassava o que tinha aprendido aos outros. E o que me motivou muito a retornar todos os finais de semana para minha comunidade, é você saber que está ajudando um companheiro, que esse pode ajudar outra pessoa e assim fazer uma rede de cooperação e isso é muito importante para que aconteça o desenvolvimento na região da gente.

(Beto, graduado em Agronomia/UFC, Cipó, 2006)

A gente recebeu a educação de graça. Os companheiros da gente foram lá para a universidade e, gratuitamente, passaram o conhecimento para nós que estávamos aqui. Então, quando você faz parte desse processo, você também é motivado a fazer a mesma coisa. É muito satisfatório voltar aos finais de semana e poder contribuir com a educação em sua comunidade. Sabendo que você está mudando vidas, que está

dando esperanças para muitos jovens que querem chegar onde a gente chegou, na universidade. Então é muito gratificante poder colaborar com a educação na comunidade, principalmente você sabendo que nessa área o Prece tem alcançado bastante sucesso, ou seja, está conseguindo mudar muitas vidas. Muitos jovens que às vezes nem pensavam em entrar na universidade, hoje sabem que isso é possível. Assim fui eu, nunca imaginava que pudesse chegar à universidade. Então através de exemplos da minha comunidade e de outras comunidades, até o seu mesmo, me possibilitou acreditar. Os primeiros fizeram com que a gente acreditasse. Então a gente na comunidade também é exemplo para muitas pessoas que querem chegar à universidade. A gente tem que auxiliar esse pessoal, ajudar, para que eles também possam vencer essa situação de dificuldade e chegar ao ensino superior. (Genival, graduado em Agronomia/UFC, Canafístula, 2006).

Denota-se, na primeira fala, o compromisso da ajuda mútua, da ação cooperativa muito clara na compreensão do entrevistado, o que se pode aludir à força de conceitos cristãos no modo de pensar e de agir, em prol do grupo ou da comunidade. Tal visão reveste-se de grande importância, ao se constituir em ação, em forma de pensar e de agir; em uma visão de mundo pautada pelo compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores das comunidades.

Na segunda, percebe-se, claramente, a dimensão da solidariedade e do compromisso que os precisistas buscam valorizar. O fato do entrevistado relacionar o retorno daqueles que chegaram à universidade como fundamental para a sua posterior aprovação no vestibular estimulou-o a repetir a mesma ação, constituindo-se quase em “obrigação”, em “dever”, em “dívida” de gratidão. Preocupar-se com aqueles que ainda estão nas comunidades e pensar no desenvolvimento da própria comunidade são elementos almejados pelo Prece e tal perspectiva tem sido observada nas falas e nas ações de muitos precisistas.

A compreensão de educação libertadora de Freire (1987) tem, nesse exemplo, sua vitalidade retomada. Como diz o referido autor, são os próprios oprimidos os autores de sua libertação, que, tomando o exemplo do Prece, tem-se a formação de uma corrente solidária que possibilita o acesso ao conhecimento, apontando para horizontes distintos daqueles que,

historicamente, destinam-se às camadas mais pobres da população, qual seja: a submissão a práticas clientelísticas e manipuladoras exercidas pelas oligarquias.

Diante do compromisso e do envolvimento demonstrado por precisistas com as atividades desenvolvidas pela instituição, é preciso ter o cuidado para que esse apego não se transforme em sentimento de posse, de apropriação, de propriedade, pelo que tal ação desvirtuar-se-ia como prática libertadora, passando ao outro extremo, isto é, tornar-se-ia prática opressora.

Eis o que expressa uma estudante do Prece acerca de seu envolvimento com as atividades da instituição:

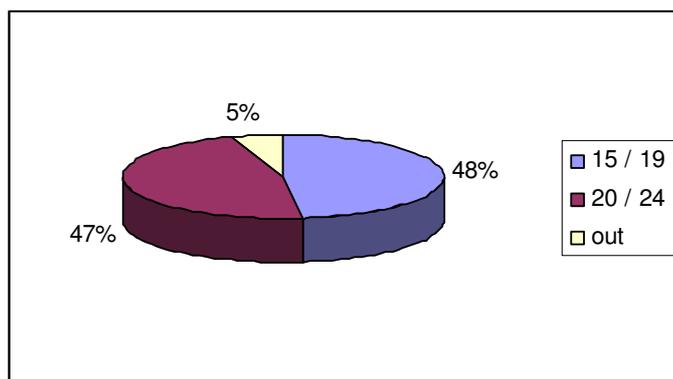
As vezes você se envolve de tal forma que tu não consegue pensar em outra coisa. Não sei se é uma característica da nossa família, vamos dizer assim, quando a gente se envolve numa coisa, você se envolve mesmo. Então, hoje em dia, eu praticamente vivo e respiro o Prece. As minhas atividades de trabalho são do Prece, eu comento sempre na sala de aula que uma coisa boa pra mim, na faculdade, que é pedagogia, é que tudo que eu estou aprendendo lá eu estou tentando fazer a ponte com o que eu faço. Então é como se eu já tivesse pegando a teoria e aplicando na prática, e isso é muito bom em termos de conhecimento profissional. (Arneide, graduanda em Pedagogia/UFC, 2006).

Esse depoimento mostra o grau de envolvimento de muitos precisistas com as atividades que a instituição realiza; daí a importância vital de uma sólida fundamentação teórica, a fim de que essa ação tenha, sempre, potencial transformador (Freire, 1987).

Apego a determinadas coisas ou atividades difere de compromisso transformador, de compreensão crítica que resulte em ação transformadora. Por isso, convém lembrar que, diante da prática militante observada no Prece, é imprescindível o exercício da reflexão sobre a própria prática. É preciso compreensão política mais profunda, incluindo, necessariamente, definição das concepções de sujeito e de sociedade que norteiam o trabalho da instituição.

#### **5.4. Perfil atual dos estudantes do Prece nas comunidades pesquisadas**

Para traçar o perfil dos estudantes que, atualmente, participam das atividades educativas do Prece em Cipó, em Boa Vista e em Canafístula, foi aplicado um questionário. Os dados obtidos através desse instrumento revelaram que 95% dos participantes são jovens e que se encontram na faixa etária entre 15 e 24 anos, como demonstrado no gráfico a seguir:



Os estudantes que ainda cursam o ensino médio fazem-no na escola regular, que oferta esse nível de ensino na própria comunidade ou o utiliza o transporte escolar para se deslocar para outra localidade, para ali estudar; ou, ainda, estuda através da modalidade supletiva, ofertada pelo próprio Prece, em parceria com o CEJA de Itapipoca.

Tais informações apresentam significativas mudanças considerando-se que, no início das atividades do Prece, a maioria dos participantes inscrevia-se em faixa etária mais elevada e menor grau de escolaridade.

A oferta educacional vem se ampliando, principalmente, desde a implementação do Fundef, o que tem pressionado o poder público a ofertar o ensino médio que, por sua vez, gera demanda para o ensino universitário. Em 1992, a matrícula nacional no ensino médio registrava pouco mais de quatro milhões de estudantes. No Ceará, a matrícula registrada, no mesmo ano, ficou em torno de cento e dezoito mil educandos.

Já em 2002, o número de estudantes matriculados no ensino médio, em âmbito nacional, aproximou-se dos nove milhões e, no estado, esse

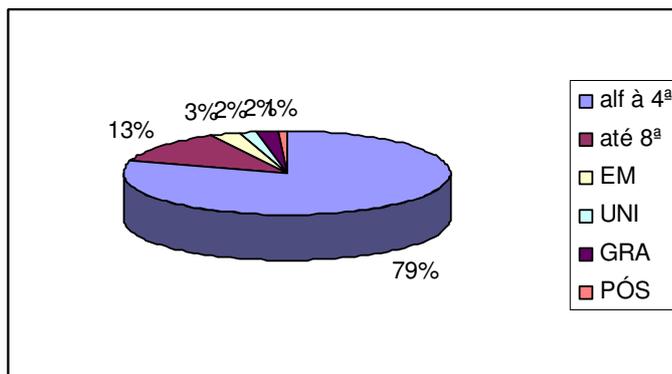
número cresceu para, aproximadamente, trezentos e quarenta mil estudantes (MEC/INEP, censo escolar de 1991 a 2006).

Como se verifica pelas informações acima aludidas, no espaço de dez anos o número de matrícula no ensino médio mais que duplicou. Essa configuração possibilitou aos estudos nas comunidades rurais o ingresso nesse nível de ensino e, criou-se, também, a perspectiva de chegar ao ensino universitário; para isso, recorrem ao Prece, onde se preparam para ingressar na universidade. É patente nas comunidades pesquisadas o interesse pela educação tanto por parte dos jovens quanto por seus familiares, fato que tem estimulado os educandos à conclusão da escolaridade básica cada vez mais cedo e o conseqüente envolvimento com as atividades educativas desenvolvidas pelo Prece.

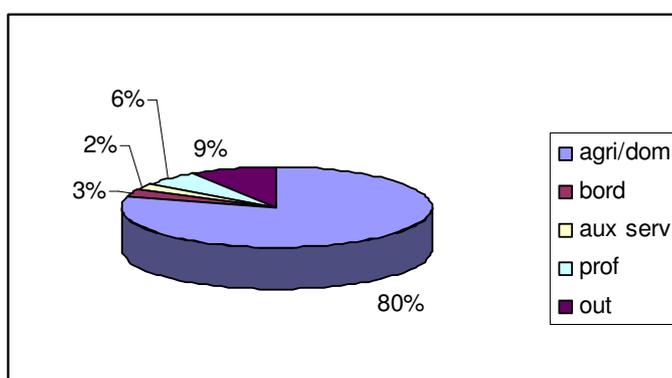
Dentre os estudantes pesquisados, 41% declararam que trabalham para sustento próprio ou para ajudar nas despesas da família. Essas informações contrastam com o perfil do grupo nos anos iniciais, o qual apresentava maior disponibilidade de tempo para os estudos. É importante considerar que, devido ao fato dos estudantes morarem com os pais e não no Prece, como foi o caso dos estudantes fundadores da instituição, eles se colocam na necessidade de desenvolver algum tipo de trabalho que gere renda para eles próprios ou para contribuir com o orçamento familiar.

Observou-se, ainda, que o nível de escolaridade dos pais desses estudantes é muito baixo: 79% deles são analfabetos ou possuem escolaridade até a 4ª série do antigo primeiro grau e que 80% deles trabalham na agricultura ou em atividades domésticas (donas de casa). Diferentemente dos seus pais, os jovens estão tendo a oportunidade de prosseguir com seus estudos, com o intuito de chegar à universidade, alterando, assim, uma realidade histórica caracterizada pelo analfabetismo ou pela baixa escolaridade que se registrou, sobretudo, na população de baixa renda.

Nível de escolaridade dos pais



Profissão dos pais



Diante desse quadro, percebe-se a importância do trabalho educativo realizado pelo Prece não apenas pela contribuição que tem apresentado, no que se refere ao aumento da escolaridade entre a população de baixa renda nas comunidades em que atua, mas também pela proposta educativa, que busca a compreensão crítica da realidade.

O Prece tem possibilitado aos jovens moradores das comunidades atendidas a perspectiva de inserção socioeconômica e cultural, pois, ao adentrar na universidade, abrem-se as oportunidades de trabalhos com melhor remuneração. Ao mesmo tempo, amplia-se a bagagem cultural desses jovens que, por sua vez, podem produzir mudanças significativas na vida cotidiana das comunidades.

Verificou-se, também, que 20% dos educandos estão envolvidos em atividades voluntárias no Prece, mesmo antes de ingressar na universidade.

Dentre os estudantes que responderam ao questionário, 27% deles participam de movimentos fora da entidade. Esses movimentos dos quais os jovens participam estão relacionados, em sua maioria, a atividades ligadas às igrejas e a alguns grupos de jovens. Verifica-se, entre os sujeitos pesquisados, baixa participação em movimentos associativos envolvidos com temáticas do dia-a-dia das comunidades, o que pode ser interpretado como um “certo distanciamento” das problemáticas locais ou, ainda, como o cultivo de uma visão pejorativa em relação às associações comunitárias. Independentemente de quais fatores contribuem para o distanciamento dos jovens pesquisados de tais movimentos, fica a presunção de que falta maturidade política no trato dessas questões, evidenciando uma “certa fragilidade” na formação que o Prece propõe-se a realizar, ou seja, na compreensão da dimensão política das relações que são tecidas na sociedade.

Contudo, observa-se entre os pesquisados que há maior interesse de participar, de algum modo, das atividades que dizem respeito à vida cotidiana de suas comunidades. Tal interesse aponta indícios de valorização da participação como estratégia de busca de conhecimento e de melhoria das condições de vida local.

Procurou-se, também, levantar quais motivações levavam esses jovens a buscar o estudo no Prece. Entre os pesquisados, 34% responderam que vieram estudar na entidade pensando em ingressar na universidade, 27% buscavam melhorar de vida, ter condições mais dignas de subsistência, e 11% dos estudantes associaram seu interesse à perspectiva de atuar como agentes transformadores, engajados em mudanças em suas comunidades.

Como o ideário do Instituto é desenvolver o sentimento de pertença, de solidariedade e de compromisso dos estudantes com suas comunidades, supõe-se que o índice de pessoas que relacionaram a preocupação com a comunidade, quando buscam estudar no Prece, seria maior. Porém, observando-se que a maioria dos estudantes é constituída de jovens, há que se considerar que esse percentual de 11% já representa mudança no modo

das pessoas pensarem sua relação com a comunidade onde moram, ou seja, o sentimento de responsabilidade com os rumos dos acontecimentos e da valorização da participação na vida local.

Entre os universitários e os graduados que participaram da pesquisa, observou-se que entre eles há pretensão de retorno às suas comunidades e de ali atuarem profissionalmente; por sinal, essa é uma das propostas e dos desafios do Prece para promover maior desenvolvimento nas comunidades. A respeito do que pensam alguns precistas em relação à essa possibilidade de morar na própria comunidade, após concluir a graduação ou outro nível de ensino na universidade, eis o depoimento de Helano:

Eu quero é o desenvolvimento da minha região, do lugar onde eu moro e pretendo morar. Depois que eu me formar não sei se vou continuar fazendo mestrado e doutorado, mas a minha perspectiva é que eu volte para morar aqui, e fazendo isso eu estou melhorando o lugar onde vou morar. (Helano, graduando em Agronomia/UFC, Canafístula, 2006).

Quando Helano reporta-se a “fazendo isso”, está se referindo ao trabalho do NAPR, que é desenvolvido na comunidade de Canafístula, bem como das atividades do pré-vestibular cooperativo, das quais ele participa, pois ele entende que tais ações podem contribuir com a melhoria das condições de vida dos moradores e que, portanto, é um investimento em que ele próprio se inclui como beneficiário.

Atualmente, alguns graduados estão morando em suas comunidades e desenvolvem atividades de acompanhamento de pequenos produtores rurais. Todavia, garantir a sustentabilidade<sup>20</sup> dos profissionais que venham a

---

<sup>20</sup> O que o Prece tem discutido como sustentabilidade dos profissionais que venham a fazer a opção de morar nas próprias comunidades de origem diz respeito ao desenvolvimento de projetos produtivos que possam gerar renda suficiente para que se viva com dignidade. Porém, tal sustentabilidade passaria pelas vias de financiamentos de projetos voltados à produção de determinadas culturas, produzir insumos orgânicos, criação de animais, dentre outros. Mas isso implica que as fontes de financiamentos, geralmente, são oriundas da sociedade civil e que, portanto, não possuem regularidade, e, ainda, que, para por em prática tais projetos, será necessário ter acesso à terra, e a maioria dos precistas não são proprietários rurais. Sobre os profissionais provenientes das áreas das humanas há uma proposta de se desenvolver, a partir deles mesmos, projetos sociais financiados com recursos captados pelo Instituto. Outra atividade que poderia gerar sustentabilidade para profissionais seria o desenvolvimento de um projeto de turismo rural, por sinal, essa foi uma das primeiras idéias sugeridas pelo Prece para sustentabilidade dos profissionais na própria comunidade. Como se nota, o que o Prece propõe como sustentabilidade relaciona-se ao trabalho, ao esforço próprio e à criatividade do profissional, e que tal perspectiva traz uma carga de

trabalhar em suas comunidades constitui-se em um dos grandes desafios atuais que o Prece propõe-se a enfrentar.

Todavia, essa responsabilidade que o Prece atribui a si é uma tarefa que compete ao estado, pois a sociedade civil deve ser atuante e cumprir o seu papel de interlocução com o estado, mas não deve incorrer no risco de realizar o papel substitutivo da ação estatal (Nogueira, 2004; Sader, 2005); afinal, isso seria conformar-se plenamente ao pensamento neoliberal.

### **5.5. As relações externas e internas no Prece**

A expansão das atividades realizadas pelo Prece traz, também, grandes desafios, no tocante à formação humana crítica e reflexiva, que possibilite o desenvolvimento de ações solidárias e o favorecimento da autonomia (Freire, 1996; Gonh, 2005) nos sujeitos e nas comunidades participantes.

Internamente, sobretudo a partir da institucionalidade e posterior expansão, o Prece tem se deparado com novas práticas e com novos desafios. Do ponto de vista de sua relação com outros setores da sociedade, durante muito tempo o Prece experimentou certo isolamento, o que, por um lado, permitiu que a instituição concentrasse sua atenção no ingresso de estudantes na universidade; por outro, tal prática culminou com o seu distanciamento de outras instituições com atuação nas comunidades ou no âmbito do município. Recentemente, esse cenário vem se modificando, e o Prece vem buscando maior aproximação com associações, com movimentos organizados e com conselhos municipais, na busca de fortalecer a sua participação frente aos desafios que a conjuntura social apresenta.

Com relação à política no município, a estratégia adotada pela entidade tem sido a de distanciamento de qualquer envolvimento político-partidário ou eleitoral; desse modo, não se posiciona em favor de nenhum grupo político.

---

responsabilidade muito grande sobre o indivíduo, enquanto desresponsabiliza o estado como agente responsável pelo desenvolvimento de políticas que possibilitem as condições básicas para viver com dignidade, absorvendo a força de trabalho dos profissionais formados na instituição.

Porém, ao afastar-se de qualquer intervenção política, o Prece pode incorrer no equívoco de construir uma participação despolitizada. Despolitizada no sentido de manter-se fora do estado, de construir uma visão dicotômica entre sociedade civil e estado, como observa Marco Aurélio Nogueira (1994, p. 102). A postura afastada da discussão acerca do estado, de sua função, da construção do público, de fortalecimento da democracia, pode gerar uma compreensão negativa da política. E isso não ajuda a modificar a política de baixa qualidade que, historicamente, tem se registrado no Brasil (Freire, 2003, p. 191-204).

Outro fator a ser considerado, na postura de distanciamento do Prece em relação ao poder público, diz respeito ao aspecto político do município de Pentecoste que, devido a seu caráter oligárquico, foi alvo de críticas dentro da instituição, desde a sua criação. De certo modo, essa forma de proceder talvez encerre a idéia de que a política não vale a pena e a de que os políticos não prestam, tornando essa compreensão, de certa forma, generalizada.

Até 2003, a instituição manteve completo afastamento em relação à participação no cenário da política local. A partir do ano de 2004, o Prece passou a realizar encontros entre candidatos que concorriam ao cargo de prefeito de Pentecoste, em sua sede, Cipó. Essas reuniões, assim se pode classificar, foram canais mais participativos e de interação entre candidatos e eleitores; foram momentos em que os candidatos apresentaram suas propostas e também foram argüidos pelos estudantes e pelas comunidades.

Tais reuniões funcionavam da seguinte forma: os candidatos eram previamente convidados, confirmavam datas, e cada um participava em dias alternados. Esse procedimento democrático e isento do Prece tem-lhe conferido credibilidade para promover tais eventos, que são inovadores e que proporcionam o diálogo entre eleitores e candidatos.

Com relação à estrutura da organização institucional, desde a fundação da entidade a presença do professor Manoel Andrade foi o referencial na condução dos rumos e das tomadas de decisões. Sua presença foi

fundamental no sentido da demonstração de resistência às dificuldades; muitas vezes investindo seus próprios recursos para propiciar as mínimas condições de funcionamento das atividades de estudo no grupo. Ainda que se possa entender a necessidade de lideranças que, em trabalhos sociais, animem e estimulem o comprometimento dos membros do grupo com as atividades, as iniciativas terminam por contribuir ou alimentar, em alguns momentos, acomodações e delegação de responsabilidade ou paralisia na tomada de decisões coletivas.

Assim, durante muito tempo, as pessoas envolvidas no Prece não conseguiam tomar decisões, o que era, inclusive, tema de discussões trazido pelo próprio Manoel Andrade, que, muitas vezes, expressava irritação com a falta de iniciativa apresentada por seus pares.

A incapacidade de decisão pairou sobre participantes do Prece durante muito tempo e alimentou a dependência que a entidade sentia da presença sempre firme de seu presidente. Os participantes do Prece enfrentavam a contradição da participação limitada, a contradição entre o aprendizado numa perspectiva transformadora, convivendo com a tradição da centralização (Paoli, 1995).

Era comum, até bem pouco tempo, nas reuniões da entidade, nas quais participavam muitos universitários, a maioria permanecer calada, sem sugerir, sem opinar, demonstrando não estar inteiramente interessada no assunto. Essa postura assumida pela maioria dos preceistas prejudicou, sensivelmente, o desenvolvimento político dos estudantes, ou seja, o alcance da autonomia que, conforme discorre Gohn (2005), relaciona-se à capacidade que os sujeitos têm de compreender, de participar e de decidir, a partir de suas próprias convicções.

Essa relação de dependência do Prece, ou das pessoas que o fazem, com relação ao professor Manoel Andrade, por muitas vezes foi debatida nas reuniões, aparentemente sem resultados, o que demonstra a força da cultura da subserviência, pois, mesmo sendo contestada e refutada, ainda assim perdurava e, até pouco tempo atrás, expressava-se na falta de iniciativas

decisórias por parte do grupo. Não é que não existisse ou não exista participação; ao contrário: os precistas sempre foram estimulados a participar, a exercitar a fala. Todavia, no que se refere às tomadas de decisões, os precistas deixavam muito a desejar.

Convém observar que muitas das atividades que o Prece realizava diziam respeito às expectativas do professor Manoel Andrade ao que ele queria, sonhava. E se essas não correspondessem ao desejo do grupo? Realizar-se-iam, pois parece haver uma concordância muda em seguir as metas traçadas pelo presidente da instituição; talvez para não contrariá-lo. Digo “parece” porque a observação assim sugere; já nas entrevistas, os precistas não conseguem explicitar ou tecer críticas dessa natureza. Um dos precistas abordou tal tema e assim se expressou:

“Eu acho que há, pelo menos na nossa região, um endeusamento muito grande em torno da figura do Andrade. Acho que as pessoas vão revelar realmente quem elas são depois da saída dele. Por que você sabe que ele tem aquele poder de convencimento, porque vê as coisas e diz assim, ah, mas isso aqui, não pode ser assim? Aí de repente a gente muda. Aí a pessoa realmente ou acredita ou respeita, e muda” (Arneide, graduanda em Pedagogia/UFC, Cipó, 2006)

Entretanto, apesar dessas contradições, o trabalho realizado pelo Prece sinaliza para a possibilidade de mudança no modo de participar, de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos. São perceptíveis os traços de mudança que vêm ocorrendo na compreensão social e na participação coletiva dos estudantes da instituição, de um modo geral. É notório que as lideranças dos núcleos começaram a agir com maior autonomia nas atividades que desenvolviam; sobretudo no que concerne à parte pedagógica e organizativa.

Também se observa que, no último ano, as lideranças do Prece tomaram novas iniciativas, até pelo fato da ausência do professor Manoel Andrade, que esteve fora do país para realização de pós-doutorado, além das parcerias que exigiam ações proativas dos atuais dirigentes da instituição.

Esse estágio de desenvolvimento da autonomia dos participantes, compreendida como a capacidade de tomar decisões a partir de suas próprias convicções, de respeito às diferenças, como discorre Gohn (2005), é uma das conquistas sempre perseguida pelo mentor da criação do Prece, o qual, em termos de dedicação e de persistência, tem prestado grande contribuição ao desenvolvimento da instituição.

Uma das novas lideranças revela que, ao exercer a coordenação de um núcleo, toma as precauções necessárias para que haja participação de todo o grupo nas decisões, reconhecendo que não é salutar à vida democrática que as decisões em um grupo sejam tomadas somente por uma pessoa:

Tento não criar aquela dependência, é uma coisa que eu me policio muito, sempre os coloco para tomarem as decisões, para as decisões serem deles, para não jogar toda a carga em mim: as vezes você tem a tendência a tentar resolver tudo. Uma coisa que eu faço muito é jogar o problema para que todos busquem soluções, se está acontecendo algum problema nós conversamos. O que é que vocês sugerem? Como é que a gente vai resolver? E não entregar as coisas prontas que a gente já teve experiência que isso não é saudável né, não é legal. (Arneide, Graduanda em Pedagogia/UFC, 2006).

Nessa fala já se observa a preocupação em compartilhar as decisões com o grupo, criando um ambiente onde, desde cedo, as pessoas aprendam a pensar e a agir como sujeitos de sua história. Porém, mais que uma retórica, a democracia só se torna plenamente efetiva com a prática, que exige uma sólida compreensão social e inclui, claramente, uma percepção de sujeito e de sociedade.

## **5.6 Política, sociedade e educação na concepção de precistas**

Como tratado anteriormente, durante muito tempo, em sua trajetória, o Prece colocou-se à margem da política, no sentido do diálogo com a administração pública. A concepção pejorativa da política, por sua vez,

reforça a imagem negativa do estatal, do público. Essa visão do Estado e da política como instâncias “anti-sociais” geraram a falsa compreensão de que a sociedade civil poderia resolver tudo; que, diante de sua organização, ela seria capaz de responder aos desafios de mudanças sociais (Nogueira, 2004; Sader, 2005). E as políticas públicas estatais essenciais ao atendimento das necessidades e das demandas apresentadas, principalmente, pela camada da sociedade formada pela população de baixa renda, onde ficam? Ao ouvir o argumento de uma liderança precista numa reunião na qual se debatiam processos educativos com base nos pressupostos da educação popular, chamou-me a atenção o fato dela exaltar a sociedade civil em detrimento da ação do estado, deixando transparecer que a sociedade civil seria o único caminho para enfrentar os problemas que a sociedade atualmente apresenta. Diante de tal argumento, foi lançada a seguinte ponderação: e os impostos que pagamos ao Estado? Qual é a dimensão do público e qual a função estatal? A sociedade civil pode desenvolver políticas que atendam as necessidades do conjunto da população brasileira? Por que não se exige melhorias em forma de políticas públicas estatais, já que contribuímos com os nossos impostos? Assim, foi aberto o questionamento sobre o papel do Estado, especialmente no que se refere aos direitos sociais (Pereira, 2002), e sobre o importante papel que se espera da sociedade civil, no sentido de ajudar a construir o público, a esfera pública, de pensar as políticas que venham ao encontro das necessidades demandadas pelo conjunto da sociedade.

Nas entrevistas que realizei, ao indagar acerca do que os sujeitos pensavam sobre a política, sobre a sociedade e sobre a própria educação, foi possível perceber que as análises concentraram-se em apontar características dos temas em questão, não havendo reflexão mais profunda acerca das alternativas de enfrentamento dos desafios. Sobre essas questões, eis o que pensa um dos participantes do Prece:

Eu vejo que temos uma sociedade um pouco individualista, a grande maioria. Mas... no social mesmo a gente está vendo que as pessoas que estão se levantando são poucas, mas eu acho que a grande maioria são pessoas individualistas, que pensam mais em si do que... Se tiver bom para eles! E a política é uma consequência disso. Os políticos sabendo disso

não pensam em coisas para beneficiar a sociedade, o benefício é mais por pessoas, vou ajudar esse aqui e a gente consegue os votos, não pensam num projeto mais geral que atenda a comunidade como um todo. Helano, graduando em Agronomia, Canafístula, 2006).

Como se pode observar, na fala do entrevistado, há indício de uma visão mais cuidadosa, quando se refere tanto à sociedade quanto à política. Para ele, é clara a relação que existe entre o modo da sociedade se comportar e a ação política. Uma sociedade individualista produz uma atuação política voltada para os interesses particulares, privados. De certo modo, essa compreensão ainda pressupõe uma visão pessimista da política.

Porém, a compreensão, a leitura da sociedade sob a ótica de que esta se comporta de modo individualista demonstra que o entrevistado, no mínimo, é reconhecedor dos prejuízos sociais decorrentes dessa postura. Tal interpretação dá margem para a proposição de práxis alternativa, de valorizar a participação e o protagonismo da sociedade civil, na perspectiva de produzir mudança no quadro social e político que se configura. Todavia, é importante ressaltar que a compreensão de Estado, a idéia do diálogo com a esfera pública e até mesmo da coparticipação da sociedade civil na sua construção parecem ainda estar distante da compreensão do entrevistado, que, a meu ver, traz a idéia de que seria uma lacuna a ser preenchida, visando a uma participação social mais eficaz, no sentido de compreender sociedade e estado como partes distintas que se complementam, e não como elementos dicotômicos (Nogueira, 2004; Sader, 2005).

Vejamos o depoimento de outro membro do Prece, que também concorda com a idéia de que a política não está correspondendo às expectativas de mudanças sociais que dela se espera; e apresenta algumas pistas para que ela venha a contemplar os interesses mais gerais da população.

Se a gente se educar um pouco mais, procurar conhecer nossos direitos, procurar saber quem realmente está fazendo alguma coisa, procurar se informar, então nós teremos condições de colocar pessoas mais responsáveis que possam lutar por nossos direitos no congresso e no senado. Então isso

depende muito de nós, a qualidade do nosso representante lá em Brasília. Então realmente, acho que boa parte é culpa nossa, porque a gente não procura se informar, não procura conhecer quem é que realmente está fazendo alguma coisa pela sociedade. Se a gente se educar acredito que a nossa política possa melhorar. Sobre a sociedade, há muita desigualdade social e isso é um grande problema.

(Genival, graduado em Agronomia/UFC, Canafístula, 2006).

Aqui, temos a atribuição de melhoria, de qualificação no quadro da política brasileira, a partir da qualidade da participação da sociedade civil no processo político. Isso requer uma mudança de comportamento, de postura, pois implica uma compreensão da política como bem de todos, e que, como tal, deve estar a serviço de todos, sendo monitorada pela população. Mais que acompanhar o desempenho dos parlamentares, como sugere o entrevistado, é necessária uma maior compreensão do sentido da política; sobretudo numa sociedade democrática.

Quando solicitados a falar sobre o modo como compreendem a educação hoje, muitos entrevistados argumentaram que ela está ainda muito falha, embora apresente avanços do ponto de vista da abrangência, do quantitativo.

Hoje eu vejo que ela está sendo mais apoiada do que antigamente. Mais eu vejo que ainda há algumas falhas. Não sei se por desestímulos dos professores ou dos alunos. Ainda vejo muito assim como ela era, não tinha aquele estímulo pra estudar, ia pra aula, não sabia porque ia, não sabia para que estudava, para quê que serve aquilo. Ia só para receber o diploma. Eu vejo que falta mais estímulo, a importância porque que eles estão estudando. E não continuar a estudar só para fazer as provas, tirar notas boas. (Helano, graduando em Agronomia/UFC, Canafístula, 2006).

Helano não aprofunda o que pensa sobre o papel da educação, sobre as condições sociais e políticas em que ela é produzida, nem questiona o papel das instâncias responsáveis pela gestão da educação no Brasil. No entanto, percebe que a educação não tem apresentado estímulo aos estudantes. Segundo sua compreensão, falta à escola tornar claro para o

educando a importância da educação para o seu desenvolvimento, para sua vida cotidiana.

Vejamos outro depoimento:

A educação eu acho que é uma das coisas mais prejudicadas porque você só tem uma boa educação se você for filho de empresário ou se correr mesmo atrás e se matar de trabalhar, um tempo eu trabalho um tempo eu estudo e mesmo assim você não vai conseguir ter o mesmo rendimento de aprendizagem que um filho de um empresário tem. Como a gente sabe, a educação foi inventada pelos capitalistas né, pelo capital, só que para nós que somos da classe baixa, a educação só é até um certo período, vamos supor, até o ensino médio. A partir do ensino médio, a educação já não é mais oferecida para nós. Por que? Porque nós estudamos o tempo todo nas escolas públicas e quando terminamos o ensino médio nós não temos a capacidade de fazer um vestibular e passar, porque a gente não foi preparado desde o início né, então o capitalismo criou a educação pra que tivesse qualificando a mão de obra deles. E a partir do ensino médio você já não tem mais direito de estar na escola, ou você estuda ou você trabalha para você poder se sustentar. (Nonata, graduanda em Pedagogia/UFC, Cipó, 2006).

Aqui, a leitura que a estudante faz sobre a educação já traz elementos que extrapolam a compreensão de pensá-la como um fato isolado da sociedade. Apresenta uma visão de educação associada a interesses de grupos hegemônicos e identifica as dificuldades e as razões que impedem a parte mais pobre da sociedade de ter acesso aos estudos. É uma compreensão mais ampla da educação, o que talvez seja influência da relação próxima que ela desenvolve com outros movimentos como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

É possível analisar, a partir dos depoimentos colhidos e de momentos de conversas informais, que a visão de vários participantes do Prece apontam para a compreensão de que a sociedade, se organizada, encontrará a solução para as mazelas que enfrenta, sem atentar para o fato de que os direitos básicos conquistados e sacramentados por leis devem ser garantidos justamente pelo Estado, pois este não será efetivado somente mediante a atuação da sociedade civil, ou seja, por si mesma a sociedade não pode garantir os direitos sociais, haja vista não ser essa a sua função. Aliás, essa

visão equivocada do papel da sociedade civil e, por conseguinte, do Estado privilegia a proposição neoliberal. Tal visão insinua que o mercado pode ser uma boa saída para a crise social; e a participação concentrar-se-ia apenas no sentido de incluir os excluídos de acesso aos bens considerados importantes pela sociedade capitalista globalizada. Não há, nesse modelo, a perspectiva de transformação social.

Considero que o trabalho desenvolvido pelo Prece tem sido relevante para os anseios educacionais de jovens e de adultos das comunidades nas quais atua. Inegavelmente, a instituição tem contribuído para a elevação do conhecimento de moradores de comunidades rurais; tem colaborado com o processo de busca de uma ação com maior autonomia dos moradores das comunidades. Também tem sinalizado para o aprendizado da participação que, gradualmente, vem se processando entre os participantes da instituição, ao se articular com outras instâncias e com movimentos atuantes na sociedade, como a igreja, o MST, as associações e os conselhos municipais. Assim, o Prece amplia a possibilidade de produzir mudanças mais efetivas, no que diz respeito à participação, cuja forma articulada e reconhecedora do potencial coletivo aponta para o aprendizado do exercício da cidadania.

## **6.0. Considerações finais**

A opção de pautar a análise deste trabalho a partir dos pontos de vista dos atores diretamente envolvidos, das incessantes observações que tantas vezes levou-me ao silêncio, em meio a momentos que, certamente, exigiam de mim, na qualidade de membro do Prece, maior participação e envolvimento com as ações ou com temas que eram discutidos nas reuniões, foram primordiais no esforço analítico de buscar compreender as dimensões e os diversos aspectos do trabalho do Prece na vida de estudantes e das comunidades envolvidas.

Realizar um mergulho na história do Prece foi de grande relevância em razão de, muitas vezes, serem desconsiderados os contextos históricos em que as ações realizam-se. Pode-se deduzir que conhecer a realidade educacional do município de Pentecoste no momento da criação do Prece foi

fator crucial para se entender a dimensão do desafio que estaria por vir, no sentido de encorajar e de despertar o sentimento de valorização da educação entre jovens e adultos de comunidades com poucas possibilidades de alterar a dinâmica de vida local, centrada na baixa escolaridade e no progressivo êxodo rural que atingia, principalmente, a população jovem.

Ao “inaugurar” uma prática educativa fundamentada no questionamento e no desejo de construir alternativas viáveis, com relação a novas possibilidades de ação dos sujeitos em suas comunidades, no município de Pentecoste, o Prece desencadeou processos educativos que se caracterizaram pelo destacado protagonismo dos educandos em relação à aprendizagem, bem como a introdução, no âmbito das discussões, de temas relacionados à realidade local e nacional, o que conferia aos educandos outra perspectiva de compreensão da vida em sociedade.

As transformações que se processaram na forma de compreender a realidade, o ingresso dos jovens no ensino universitário e a diversificação das atividades desenvolvidas pelo Prece deram novo alento às expectativas educacionais, que tomaram impulso no sentido da motivação que passou a despertar entre os educandos.

Assim, o panorama da educação das comunidades rurais da região de atuação do Prece foi se modificando, produzindo recursos humanos valiosos, comprometidos com as ações que pudessem alterar as formas das relações políticas, organizacionais e sociais estabelecidas.

Porém, essa trajetória também é permeada por dificuldades; sobretudo pela própria influência de um sistema sociopolítico enraizado em práticas oligárquicas e clientelistas, que tornam vulneráveis a participação autônoma dos sujeitos.

Isso implica em pontuar que o Prece não é, como não poderia ser, “um oásis de virtudes”, mas que, em meio às contradições inerentes às práticas sociais, a instituição aproxima-se de seu décimo terceiro ano com um

certo amadurecimento e, a partir daí, com novas propostas de atuação, propiciadas pelo esforço da reflexão sobre a própria prática.

O fato de, durante muito tempo, a instituição ter centrado seus esforços na preparação dos estudantes para o ingresso na universidade, por um lado, representou um marco histórico no sentido do ingresso no ensino universitário de pessoas de baixa renda, de filhos(as) de trabalhadores(as) ou, mesmo, dos próprios trabalhadores(as). Por outro lado, observa-se que, do ponto de vista social e político, o Prece não avançou em consonância com seu discurso, fato evidenciado pelo pequeno envolvimento dos estudantes precistas com as questões organizativas e com as discussões políticas junto às comunidades. Tal fato diminui o poder da participação como instrumento de transformação e de mudança.

Considerando-se que a partir de 2004 é que a instituição passa a se preocupar com a dimensão mais ampla dos processos que envolvem a vida societária, tem-se, aí, uma das suposições para a timidez de iniciativas, no sentido do envolvimento dos precistas nas lutas mais concretas de reivindicações e de busca de melhorias que sejam significativas para um conjunto maior da sociedade.

Tem-se observado, através de alguns discursos de lideranças precistas, que a instituição tem que agir inteligentemente, no tocante ao seu papel na proposição de mudança na cultura sociopolítica local. Todavia, tal ação não pode, jamais, desprezar os saberes e as práticas sociais (mesmo que consideradas espontâneas) que se realizam no cotidiano das comunidades. Para tanto, é necessário uma compreensão social mais profunda e maturidade política, no sentido de potencializar as iniciativas que emergem das necessidades sociais, muitas vezes imediatas, mas que podem ser transformadas em ricos aprendizados.

Convém mencionar, ainda, a forma como a instituição apresenta-se e relaciona-se com outras entidades, pois, ao possibilitar o ingresso de muitos estudantes na universidade, o Prece pode constituir-se numa espécie de organização “superior”, dificultando sua aceitação e a interação com outros

setores também importantes para o fortalecimento da cultura participativa. Trago essa reflexão por observar, nos próprios discursos de algumas lideranças da instituição, a constatação de que algumas organizações e/ou entidades reagem negativamente à aproximação do Prece, sobretudo na cidade de Pentecoste.

A relação do Prece com financiadores de maior porte, como fundações, por exemplo, tem possibilitado maior dinâmica nas suas atividades e influenciado a ação da entidade em determinadas temáticas sociais, dentre elas o controle social de políticas públicas no município. A sensibilidade para tais questões também propicia mudança no discurso de algumas lideranças precistas. Porém, há que se observar que as entidades financiadoras, em sua maioria, apresentam profundas características da visão de mercado, sobretudo, da concepção neoliberal. Uma delas é a relação custo-benefício.

Numa leitura panorâmica dessas parcerias, é possível inferir que, ao incentivar a atuação do Prece em setores antes pouco explorados, principalmente no campo político e social, convém considerar a necessidade de compreender a natureza de tais propostas, se se identificam com a participação, sem questionar a ordem social vigente, ou se se referenciam na participação, entendida como instrumento de luta dos menos favorecidos, buscando compreender melhor a realidade na perspectiva de transformá-la.

Do ponto de vista das expectativas e dos horizontes para os jovens da região onde atua, a experiência do Prece revela ter alcançado significativa importância, ao promover a inserção sócio-cultural. Ao oferecer oportunidade de estudos com metas bem definidas, ou seja, entrar na universidade e retornar para colaborar com a continuidade das atividades da instituição e com a melhoria das condições de vida na comunidade, conclui-se que o Prece vem alcançando êxito em seus propósitos.

Com relação à politização entre os seus participantes, o Prece ainda deixa a desejar, no tocante à compreensão mais global das relações tecidas na sociedade. Presume-se que uma das razões para que isso ocorra seja a falta de aprofundamento de temas que possibilitem o melhor entendimento,

por exemplo, das relações entre sociedade civil e estado. O não aprofundamento da discussão desses temas acarreta, assim, uma leitura limitada dos papéis que competem a cada uma dessas esferas, numa sociedade democrática.

Ocorre, ainda, que, com a autonomia das EPCs, as quais são geridas pelos próprios estudantes, as discussões de caráter formativo, em relação aos temas antes mencionados, ficam cada vez mais distantes, deixando uma lacuna que, de certo modo, compromete uma atuação mais qualificada dos precistas na perspectiva de mudanças, de transformação.

Tal perspectiva pode explicar a razão pela qual, ainda hoje, muitos precistas conservam uma visão de que a sociedade civil tem a tarefa de buscar as soluções para as problemáticas sociais vigentes, desconsiderando, ou mesmo desconhecendo, o potencial do estado democrático como instância fundamental no enfrentamento das condições de desigualdades presentes na sociedade. Tal compreensão conserva a situação de desigualdade social vigente, uma vez que as ações desenvolvidas pela sociedade civil organizada não possuem caráter universal; ao contrário, são localizadas e pontuais.

O trabalho realizado pelo Prece, porém, tem especial significado, quando visto pelo ângulo da oportunidade de estudos que proporciona junto à camada da população economicamente desprivilegiada. A elevação cultural que se tem registrado junto a jovens de baixa renda nas comunidades de atuação do Prece é uma evidência da importância do seu trabalho, ampliando, significativamente, as possibilidades de ascensão e de mobilidade social.

Outro aspecto importante da atuação do Prece tem sido a construção do sentimento de solidariedade e compromisso de seus estudantes em se engajar nas atividades da instituição em suas comunidades.

A perspectiva alimentada pela instituição de que os graduados possam retornar às suas comunidades e ali atuar profissionalmente deve ser mais debatida. É certo que esse é um argumento que favorece a captação de

recursos junto a agências financiadoras; no entanto, pode representar um grande equívoco, se considerada a irregularidade desses financiamentos.

O Instituto Coração de Estudante tem empreendido significativo esforço para qualificar socialmente sua prática. O potencial que a entidade dispõe é, sem sombra de dúvidas, excepcional, pelo fato de formar recursos humanos especializados em diversas áreas do conhecimento. O desafio é incrementar conhecimento e formação emancipadora, o que remete, necessariamente, a definições mais nítidas do papel dos sujeitos como cidadãos autônomos, responsáveis, articulados e conhecedores dos papéis que competem tanto à sociedade civil quanto ao estado, de modo a não sobrepor um ao outro.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete & MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma Educação Básica do Campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez; MANÇANO, Bernardo Fernandes. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BATISTA, Adriano...[et al]. **Caminhadas de universitários de origem popular:UFC**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

BENJAMIN, César e CALDART, Roseli. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 2000.

CARVALHO, José Camelo Braz de. ALVIM FILHO, Hélcio & COSTA, Renato Pontes (org). **Cursos Pré-Vestibulares Comunitários: Espaços de Mediações Pedagógicas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo. Brasiliense, 1986.

DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. Editora Brasiliense, 1994.

DAMASCENO, Maria Nobre. **Artesania do saber: tecendo os fios da educação popular**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

DAMASCENO, Maria Nobre & BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estudo da arte e perspectivas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan/abr, 2004.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. (Coleção perspectiva; v. 6).

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **A educação de jovens e adultos no campo: uma análise a luz do Pronera**. In MATOS, Kelma Socorro Lopes de. *Movimentos Sociais, Educação e Escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo. **Resolução CNE/CEB nº 1**, de 3 de abril de 2002.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Movimentos sociais: a construção da cidadania**. São Paulo: CEBRAP – Novos Estudos nº 10, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17<sup>o</sup>. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_ **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra: 1996.

\_\_\_\_\_ **Reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 22<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olímpio Ed., 1983.

GARCIA, Pedro Benjamim...[et al]. **O Pêndulo das Ideologias: a educação popular e o desafio da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GHIRALDELLI, Paulo Júnior. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 6<sup>a</sup> ed.- Rio de Janeiro: Record, 2002.

- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista brasileira de educação no. 14, 2000.
- HOLANDA, Maria Iolanda M. & RODRIGUES, Fco. Antônio A. (coords.). **Relatório Técnico-Pedagógico de Alfabetização e escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Áreas de Reforma Agrária do Ceará**. Fortaleza, 2005.
- LUZ, Helton Lopes. **PRECE – Programa de educação em células cooperativas: um movimento de educação para a autonomia**. (Monografia). Fortaleza: UFC, 2006.
- MARTINS, José de Sousa. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MATOS, Kelma Socorro Lopes de e ALENCAR, Maria Célia de Medeiros. **Juventude Rural: trabalho, migração e escola**. In MATTOS. Kelma Socorro Lopes de. *Movimentos Sociais, Educação e Escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.
- MEJÍA, Marco Raul. **Educação e Política – Fundamentos para uma nova agenda Latino-Americana**. In: GARCIA, Pedro Benjamim...[et al]. *O Pêndulo das Ideologias: a educação popular e o desafio da pós modernidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6ª ed.- São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- Ministério da Educação. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo**. Brasília – DF, 2004.
- MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção por Uma Educação do Campo, nº 5.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia (org). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

Paoli, Maria Célia. **Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político**. In: HELLMANN, Michaela. (Org.). Movimentos sociais e democracia no Brasil: “sem agente não tem jeito” Marco Zero, Ildesfes, Labor, 1995.

PEREIRA, Sônia. **A contribuição do homem simples na construção da esfera pública: os trabalhadores rurais de Baturité-CE**. (Tese de Doutorado). Doutorado em Ciências Sociais. PUC São Paulo, 2002.

RAMOS, Marise Nogueira, MOREIRA, Telma Maria e SANTOS, Clarice Aparecida dos (coordenadoras). **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

RODRIGUES, Francisco Antonio Alves. **Educar-se em colaboração: um encontro entre sujeitos**. In: OLINDA, Ercília Maria Braga de. & FIGUEIREDO, João Batista de A (org). Formação Humana e Dialogicidade em Paulo Freire. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

SADER, Emir. **Perspectivas**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Secretaria Municipal de Educação de Pentecoste. **Escolas e alunos de 1990 a 1998**. Pentecoste, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Sociedade civil e participação cidadã no poder local**. (Tese de doutorado). São Paulo, 1998.

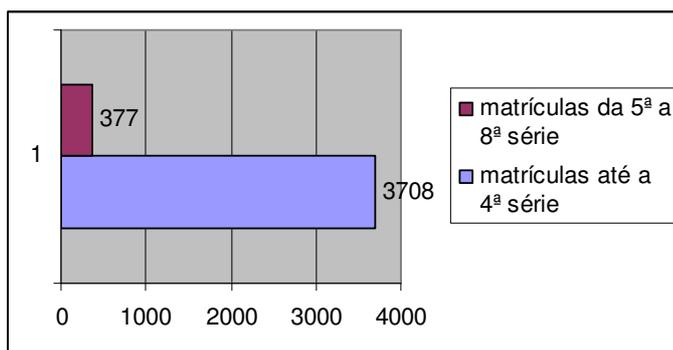
<http://www.ibge.gov.br> consulta em maio de 2007

<http://www.mec.gov.br/inep> consulta em maio de 2007

<http://www.unicef.org/brazil/SA2003> consulta em maio de 2007

**Anexo I**

Matrículas no ano de 1993 nas escolas rurais de Pentecoste



**Anexo II**

## QUESTÕES NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS

Fale um pouco de seu histórico estudantil antes da fundação do Prece?

Porque decidiu participar do Prece?

Fale de sua experiência de envolvimento com o Prece.

Fale sobre a metodologia de estudo utilizada no Prece.

O que lhe motiva a retornar aos finais de semana e colaborar com as atividades do Prece na comunidade?

Como você analisa a sociedade, a educação e a política hoje?

**Anexo III**

## Modelo de questionário aplicado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO - NÚCLEO: MOVIMENTOS SOCIAIS,  
EDUCAÇÃO POPULAR E ESCOLA

01. Nome completo \_\_\_\_\_

02. Data de nascimento \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

03. Endereço \_\_\_\_\_

04. Nome dos pais \_\_\_\_\_

05. Qual a profissão de seus pais?  
\_\_\_\_\_

06. Que grau de escolaridade eles possuem?  
\_\_\_\_\_

07. Como você tomou conhecimento da existência do PRECE?  
\_\_\_\_\_

08. Quando você ingressou no PRECE? E em que nível de escolaridade?  
\_\_\_\_\_

09. Por que você veio estudar no PRECE?  
\_\_\_\_\_

10. Atualmente, qual seu nível de escolaridade?  
\_\_\_\_\_

11. Você participa do PRECE no Cipó ou em um núcleo do mesmo? Caso seja de algum núcleo, cite o nome \_\_\_\_\_

12. Você participa de alguma atividade associativa ou outros movimentos em sua comunidade? Em caso afirmativo, especifique. \_\_\_\_\_

13. Você exerce alguma função em seu núcleo ou no PRECE?  
Qual? \_\_\_\_\_

14. Quais os dias em que você participa das atividades no PRECE?  
\_\_\_\_\_

15. Quantas horas por semana você dedica ao trabalho ou aos seus estudos no PRECE?

---

16. Caso exerça alguma atividade no PRECE, seu trabalho é remunerado ou voluntário?

---

17. Você exerce algum tipo de trabalho para sua sobrevivência ou ajuda da família? Caso afirmativo, especifique.

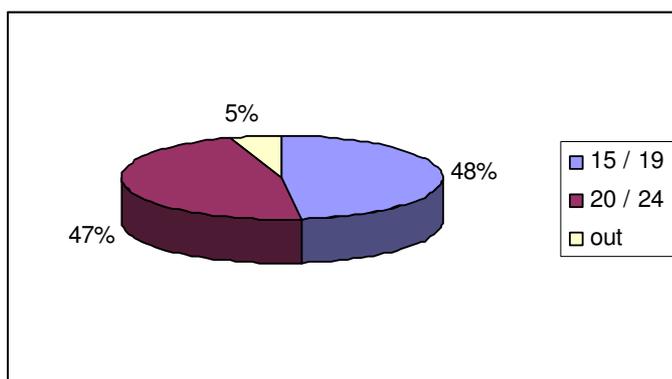
---

18. Qual seu estado civil? \_\_\_\_\_

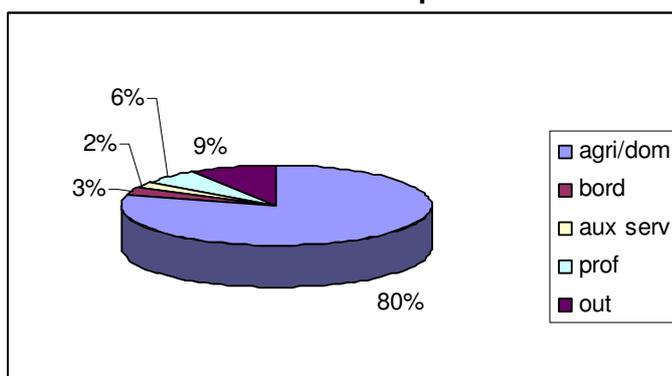
## Anexo IV

**GRÁFICOS COM RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS ESTUDANTES DO PRECE NÃO UNIVERSITÁRIOS NAS COMUNIDADES PESQUISADAS**

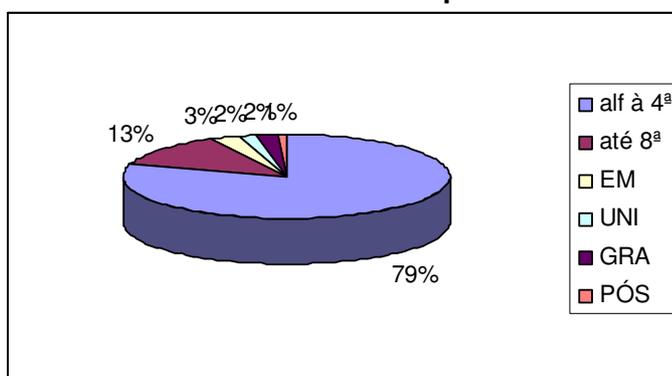
Faixa etária dos estudantes



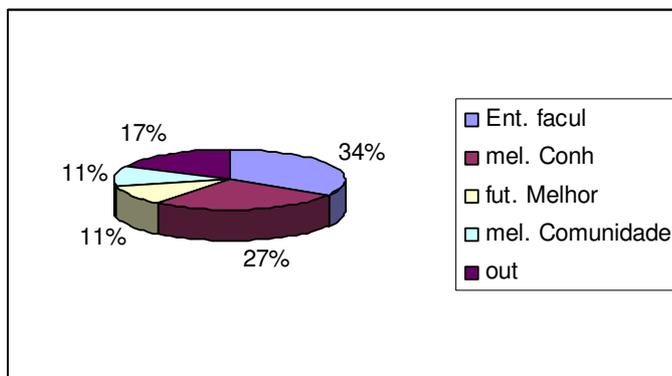
Profissão dos pais



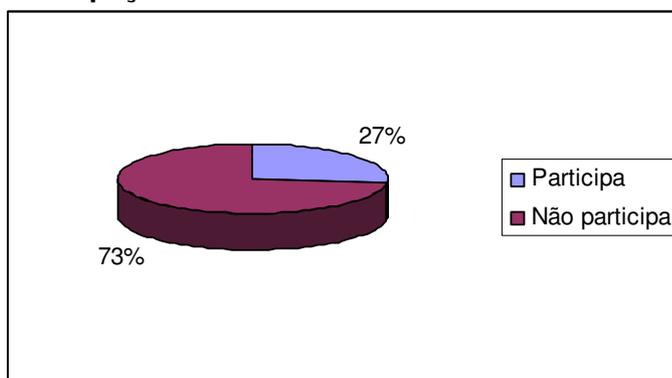
Escolaridade dos pais



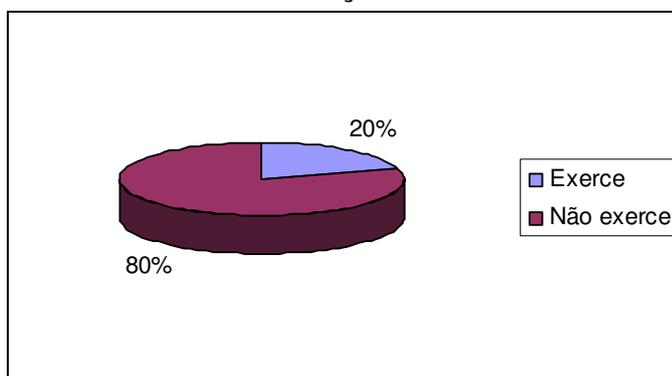
**Motivação dos estudantes para estudar no Prece**

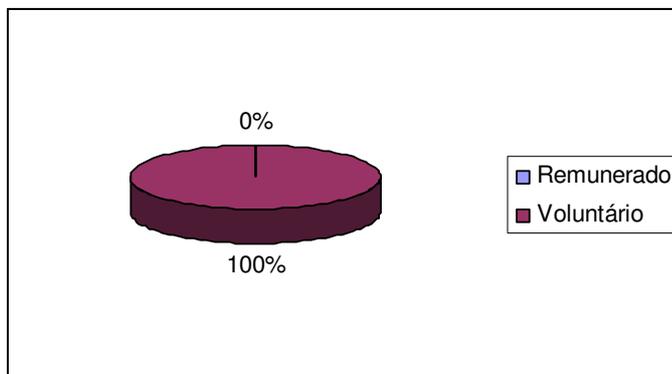
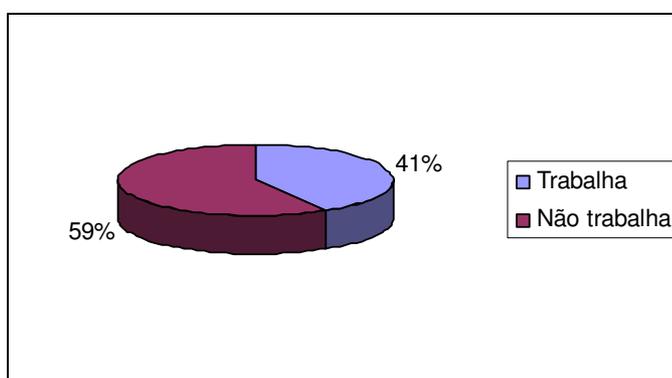
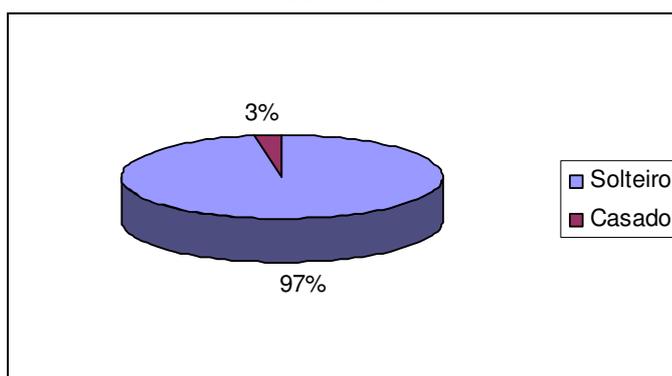


### Participação de outros movimentos fora do Prece



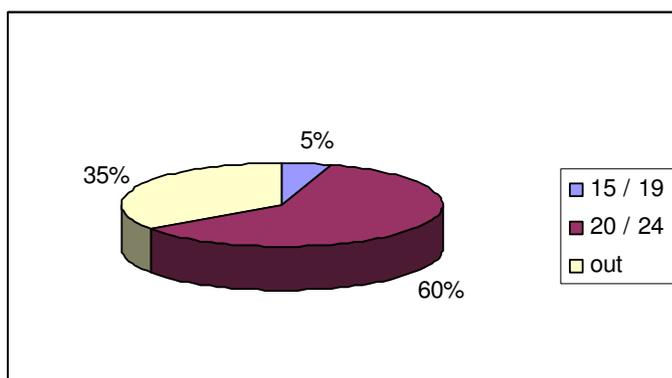
### Exerce função na EPC



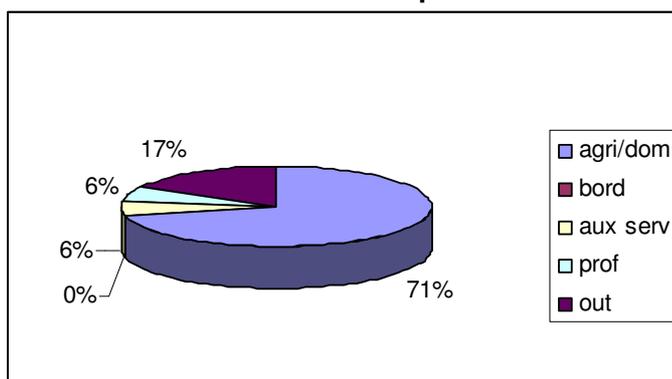
**Em relação à remuneração****Em relação ao trabalho para o próprio sustento ou ajudar no orçamento familiar****Estado civil**

**GRÁFICOS COM RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS UNIVERSITÁRIOS E GRADUADOS DO PRECE NAS COMUNIDADES PESQUISADAS**

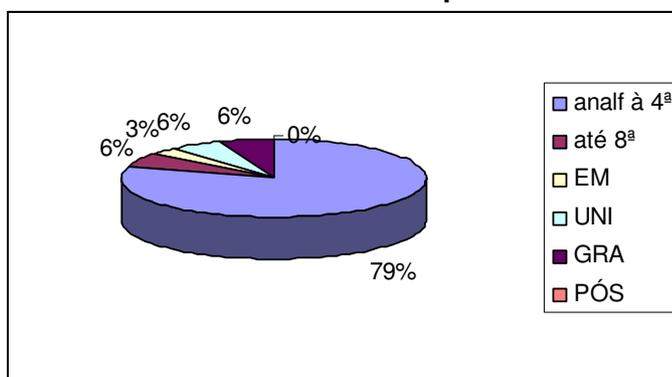
**Faixa etária**



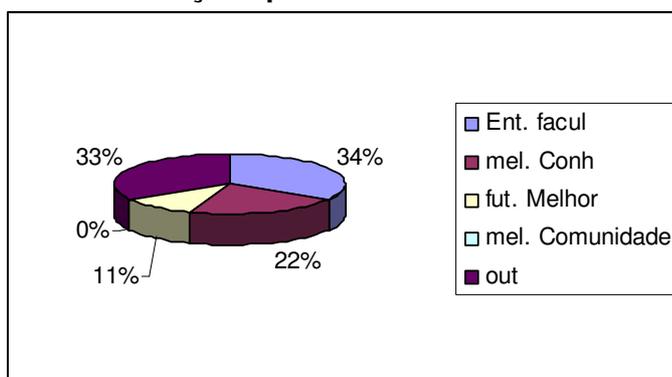
**Profissão dos pais**



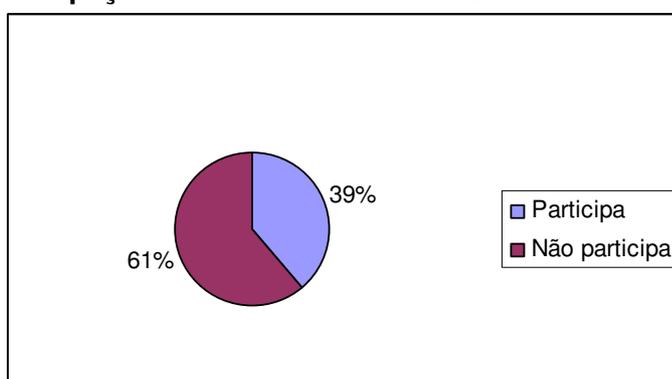
**Escolaridade dos pais**



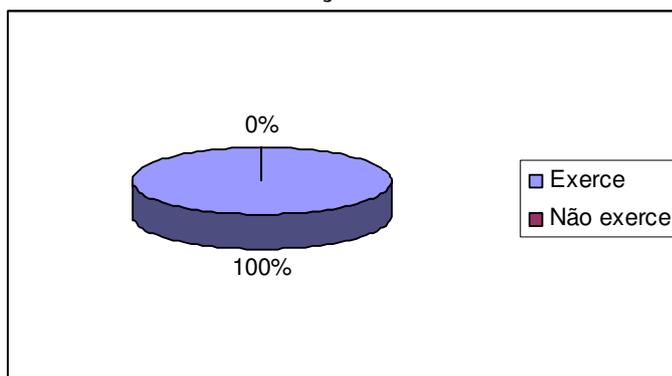
### Motivações para estudar no PRECE

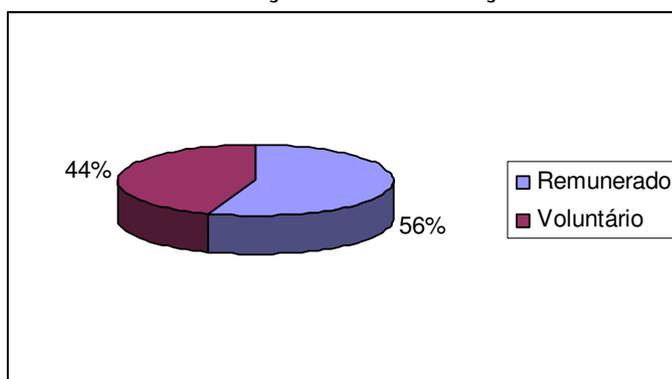
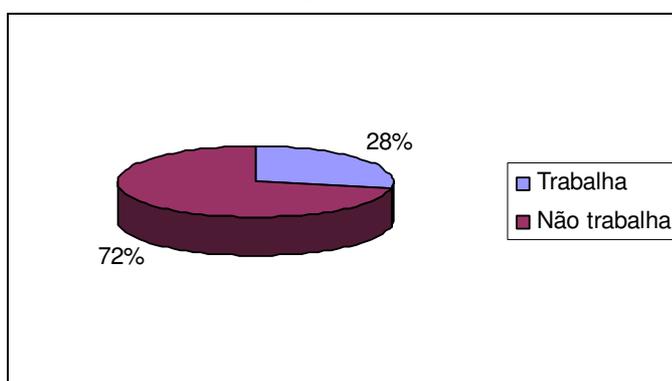


### Participação em outros movimentos além do PRECE



### Exerce função no PRECE



**Em relação à remuneração****Em relação ao trabalho para o próprio sustento ou ajudar no orçamento familiar****Estado civil**